

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA LITERÁRIA

***UMA COLÔNIA NO BRASIL* DE MARIE VAN LANGENDONCK: UM RELATO
DE VIAGEM SOB O OLHAR DE UMA ESTRANGEIRA**

UBERLÂNDIA – MG

2014

PÂMELA PINTO CHIARELI FACHINELLI

***UMA COLÔNIA NO BRASIL DE MARIE VAN LANGENDONCK: UM RELATO
DE VIAGEM SOB O OLHAR DE UMA ESTRANGEIRA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras do Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria Literária.

Área de concentração: Teoria Literária, estruturado.

Linha de Pesquisa: Perspectivas Teóricas e Historiográficas no Estudo da Literatura

Orientadora: Profa. Dra. Joana Luiza Muylaert de Araújo.

Coorientadora: Profa. Dra. Fani Miranda Tabak.

UBERLÂNDIA – MG

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- F139c
2014 Fachinelli, Pâmela Pinto Chiareli, 1988-
Uma colônia no Brasil de Marie Van Langendonck : um relato de
viagem sob o olhar de uma estrangeira / Pâmela Pinto Chiareli Fachinelli. -
Uberlândia, 2014.
111 f.
- Orientadora : Joana Luíza Muylaert de Araújo.
Coorientadora: Fani Miranda Tabak.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Letras.
Inclui bibliografia.
1. Literatura - Teses. 2. Literatura e história - Teses. 3. Langendonck,
Marie Van - Crítica e interpretação - Teses. 4. I. Araújo, Joana Luíza
Muylaert de. II. Tabak, Fani Miranda. III. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Letras. IV. Título.

CDU: 82

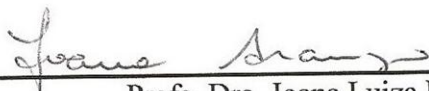
PAMELA PINTO CHIARELI FACHINELLI

**UMA COLÔNIA NO BRASIL DE MARIE VAN LANGENDONCK: UM RELATO
DE VIAGEM SOB O OLHAR DE UMA ESTRANGEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Literária do Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria Literária.
Área de concentração: Teoria Literária, estruturado.

Uberlândia (MG), 28 de fevereiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Joana Luiza Muylaert de Araújo
Universidade Federal de Uberlândia
Orientadora



José Luís Jobim de Salles Fonseca
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Maria Suzana Moreira do Carmo
Universidade Federal de Uberlândia

Aos meus pais, por priorizarem minha educação.

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no curso de mestrado, entre os inúmeros sonhos, eu procurava qualificar-me para o mercado profissional, contudo não compreendia o que significaria essa etapa em meio a tantas outras de minha vida. Hoje, olhando, involuntariamente, o que aconteceu ao longo desses dois anos, e, tentando eleger os momentos e pessoas que fizeram parte dele, preciso admitir que nunca estou só.

Foram inúmeras as vezes que abdiquei de estar com minha família, de viajar para visitá-los, de encontrar os velhos amigos, de estar presente na vida da minha afilhada. Renúncias às quais não me arrependo, pois, ensinaram-me a amadurecer; as responsabilidades cresceram e, eu cresci com elas. Tive que compreender que a vida é realmente feita de escolhas e que cada escolha exige força e determinação.

De tal modo, eu agradeço, primeiramente, aos meus pais, por entenderem minha ausência e por me apoiarem em mais essa fase.

Ao meu irmão, pelo companheirismo e cumplicidade.

Aos meus amigos, irmãos por escolha, eu agradeço a amizade sincera, as palavras de incentivo e as conversas jogadas fora, com certeza ter vocês por perto fizeram essa caminhada mais divertida.

Aos meus tios, tias, primos e primas, que compartilharam suas vidas comigo, muito obrigada pelo exemplo de união.

Ao meu marido, agradeço por estar presente em cada momento, me compreendendo, me apoiando e me amando apesar de todas as alternâncias de humor. Obrigada por fazer dos meus sonhos os seus!

Em especial, agradeço à Thamiris por fazer-se presente em cada momento dessa caminhada, apoiando-me e proporcionando-me a segurança de sua sincera amizade.

À Lívia pela companhia nas viagens, nas aulas e, principalmente, pela calma transmitida nos momentos de dificuldade.

À minha orientadora, Joana Luiza Muylaert de Araújo, muito obrigada por confiar no meu trabalho e dividir comigo o seu conhecimento. Obrigada por saber apontar as minhas falhas quando era preciso e por ressaltar minhas qualidades quando eu merecia. Sua ética, foco, determinação e caráter, proporcionaram-me uma visão do que é a vida acadêmica.

À minha coorientadora, Fani Miranda Tabak, muito obrigada por tornar-se parte da minha vida. Obrigada por me instruir profissionalmente, por acreditar em mim, no meu trabalho e, em minha sincera amizade. Sou grata, ainda, pelos cafés da tarde, pelas intermináveis conversas, pela paciência, pela segurança transmitida nas palavras certas, nas horas certas e, por sempre acreditar na minha capacidade mesmo quando eu duvidava dela.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

*“O distanciamento das viagens não
desenraiza o sujeito, apenas diferencia seu
mundo...”*

Sérgio Cardoso – O olhar dos viajantes

RESUMO

Apresenta O livro *Uma Colônia no Brasil* que é pouco conhecido no meio acadêmico. Escrito por uma belga, Madame van Langendonck, relata as experiências da autora em terras brasileiras no período em que residiu em uma colônia ao sul do país, entre os anos de 1857 e 1859. Marie van Langendonck, aos sessenta anos, embarcou em um navio de emigrantes seduzida pelo desejo de vivenciar a floresta virgem do Brasil. Acredita-se que a viajante tenha absorvido a visão edênica de um mundo virgem revivida no Romantismo busca-se, em um primeiro momento, esclarecer quais foram os imaginários construídos em cartas e relatos de viajantes ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII para que se possa compreender os princípios fundadores da atração de Marie pelo desconhecido e a visão romântica de um mundo virgem manifestada por sua escolha em habitar uma cabana em meio à mata virgem. À medida que Marie apresentava a vida pioneira pouco atraente, ela fazia uma avaliação negativa do processo de colonização, de maneira que, seus julgamentos estavam intrinsecamente relacionados aos elementos que compunham a sociedade brasileira pós-independência – o colono, o indígena, o escravo e à margem, a mulher. Assim, buscou-se evidenciar o quanto seus julgamentos e preconceitos acerca da população que se encontrava no Brasil, e de sua organização política traduziam a visão europeia de soberania sobre os povos conquistados. Pensar nessa visão acerca de países como o Brasil implica em retornar aos princípios que nortearam esse modo de olhar o ‘outro’. Além disso, quando o livro foi publicado na Bélgica, ainda que contivesse o subtítulo *Relatos históricos*, ele foi avaliado pela crítica como um diário, contudo, à medida que se pesquisava sobre o gênero, algumas questões de natureza teórica foram levantadas, uma vez que, o relato de Marie extrapolava características capitais apontadas por Blanchot e Lejeune inerentes ao diário. Procura-se revelar como a reconstrução memorialística de Mme. van Langendonck convergiu a uma atitude de escrita própria, que ultrapassou as noções de gênero, de maneira que o espaço autobiográfico da obra esta intrinsecamente ligada à condição de Marie como mulher, escritora, narradora e personagem em uma sociedade marcada por inúmeros preconceitos, que delimitavam a atuação da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Uma colônia no Brasil. Mme. van Langendonck. Literatura de viagem. Relato de viagem. Autoria feminina.

ABSTRACT

It's presents The book *Uma Colônia no Brasil* that is almost unknown in the academy. It was written by a belgium, Madame van Langendonck and has the purpose of describing her experiences in the Brazilian lands in the period she lived in a colony located in the south of the country, in the years 1857 to 1859. At sixty, Marie van Langendonck boards in an emigrant ship seduced by the desire of living in a virgin forest in Brazil. As soon as we believe the traveler had assimilated the edenic vision of a virgin world relived in the Romantic period, we intend, at first, clarify all the imaginary constructed in letters and in the travel literature in the course of XVI, XVII and XVIII centuries to realize the founding principles that attracted Marie to the unknown and the romantic vision of a virgin world revealed on her preference of living in a cottage in the middle of the forest. While Marie presents a not attractive pioneering life, she makes a negative point of view about the colonization process, so, her judgments are intrinsically related to the elements that figure the Brazilian society after the independence – the settler, the native, the slaver and the woman. Therefore, we are going to seek to highlight how her judgments and prejudices about people and politics translate the European vision of sovereignty over the dominated people. Thinking about this involves all the principles that originate how to look the *others*. In addition, when the book was published in Belgium, instead the subtitles *Historical reports*, it was considered a diary, however, as we researched on the genre, some theoretical issues were raised, since the story of Marie extrapolates capital characteristics indicated by Blanchot and Lejeune about the diary. This way, we intend to reveal how the memory reconstruction of Marie van Langendonck converges to a particular an attitude of writing, which goes beyond the notions of genre, as a result the autobiographical space of the work is intrinsically linked to the condition of Marie as a woman writer, narrator and character in a society marked by innumerable prejudices, which delimited the role of women.

KEY WORDS: A Colony in Brazil. Mme. van Langendonck. Travel literature. Travel Report. Female literature.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A ATRAÇÃO PELO DESCONHECIDO E A VISÃO DA AMÉRICA NA OBRA DE MARIE VAN LANGENDONCK.....	16
2.1	A AMBIVALENTE IMAGEM DOS TRÓPICOS.....	20
3	A POÉTICA DO OLHAR NO RELATO DE VIAGEM DE MARIE VAN LANGENDONCK.....	39
4	RELATO DE VIAGEM, AUTOBIOGRAFIA E AUTORIA FEMININA.....	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	108
	REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

Em 1996, com a união de três professoras recém-aposentadas da Universidade Federal de Santa Catarina - Elvira dos Santos Sponholtz, professora de literatura brasileira; Susana Bornéo Funck, P.h.D. em Humanidades, e Zahidé Lupinacci Muzart, doutora em Letras - que partilhavam o comum interesse em pesquisas sobre Literatura e Mulher, surgiu a Editora Mulheres.

Pensar a história contada a partir dos olhares femininos é um campo de estudo que surgiu principalmente nas quatro últimas décadas do século XX. No Brasil, a literatura produzida por mulheres acompanhou os movimentos feministas para as melhorias das condições profissionais e começou a se tornar visível no mesmo período.

Assim, inicialmente, o objetivo principal da editora consistia em recuperar e republicar obras de autoras brasileiras – romances, poesias, relatos - que escreveram entre os séculos XVII e início do século XX a fim de tornar público essa produção e auxiliar o processo de compreensão do olhar feminino sobre a história brasileira, bem como integrar a mulher aos acontecimentos históricos.

Segundo uma das fundadoras da editora e pesquisadora Zahidé Lupinacci Muzart, a produção de textos literários escritos por mulheres encontra-se principalmente em periódicos do século XIX, contudo, essas escritoras foram excluídas do cânone, que obedecia a crítica e a historiografia masculinas. Dessa maneira, as edições e reedições da editora, em um primeiro momento, se concentraram no resgate de escritoras do século XIX.

O objetivo inicial expandiu-se e a editora passou a publicar ensaios, estudos críticos sobre escritoras, estudos sobre questões do gênero feminino, índices bibliográficos, antologias e dicionários, obras de consulta e instrumentos de pesquisa sobre a literatura feita por mulheres do passado. Além disso, o projeto editorial também procura publicar obras de escritoras de outros países, de modo a investir na recuperação de textos de viajantes que escreveram sobre o Brasil.

Diante disso, em 1999, a Editora Mulheres em parceria com a EDUNISC publicou o *Diário da Baronesa de Langsdorff*, que relata quando a Baronesa esteve no país entre os anos 1842-1843, ocasião em que acompanhou seu marido, que vinha ajustar o casamento do príncipe francês François d'Orléans com a irmã mais nova de Dom Pedro II, a princesa Dona Francisca; já em 2000, publicou-se o relato de viagem nunca traduzido no Brasil,

intitulado *Peregrinações de uma pária*, escrito pela francesa Flora Tristan, que em 1833 viajou ao Peru para tentar reivindicar sua parte na herança da avó peruana.

Em 2002, a editora se propôs a publicar o relato da belga Mme. van Langendonck, intitulado *Une colonie au Brésil*, objeto deste estudo, traduzido por Paula Berinson que, junto com Maria Nilda Pessoa, já havia traduzido a narrativa de Flora Tristan. Quando a tradução estava sendo revisada, por informação da pesquisadora de narrativas de viajantes estrangeiros no Brasil, Miriam Lifschitz Moreira Leite, a editora descobriu que esse texto havia sido publicado¹, sob a coordenação e apresentação de Odilon Nogueira de Matos, e traduzido por Dora Lindenberg van Langendonck e, com artigo introdutório de Tácito Remi de Macedo van Langendonck, sendo os dois últimos descendentes da viajante.

Contudo, optou-se por publicar a leitura feita por Paula Berinson, juntamente com o artigo, publicado na primeira edição brasileira, de Augusto Meyer.

Diante disso, *Une colonie au Brésil* teve sua primeira publicação na Bélgica em 1862, sendo o primeiro livro de viagens sobre o Brasil, escrito por uma belga². Em terras brasileiras, foi traduzido e editado em Campinas, no ano de 1990, sendo reeditado em 2002, pela Editora Mulheres em parceria com a editora EDUNISC, e, posteriormente também foi reeditado na Bélgica, em 2008.

A autora deste estudo teve o primeiro contato com a obra numa publicação de 2002; após o exame de qualificação obteve-se por meio do sistema de bibliotecas da PUC-Campinas uma cópia digitalizada da primeira tradução brasileira. Somente no período de conclusão da dissertação foi obtida uma cópia digitalizada do livro em francês, fato esse que impediu de fazer um cotejamento entre os três exemplares.

Com isso, recorreu-se às duas edições brasileiras como objeto de estudo, e, optou-se por utilizar apenas trechos e passagens do relato publicado pela Editora Mulheres, uma vez que, iniciou-se a dissertação com essa edição, ou seja, somente esse exemplar reproduz cinco cartas da belga endereçadas ao imperador do Brasil, Dom Pedro II, que corroboram as discussões apresentadas no quarto capítulo. Entretanto, a utilização dessas cartas atendeu apenas aos objetivos propostos neste trabalho, de maneira que há a pretensão de, futuramente, aprofundar o estudo sobre elas, bem como as demais correspondências de Mme. van Langendonck, que estão disponíveis no Museu de Petrópolis.

¹ Informação retirada da nota editorial do livro *Uma Colônia no Brasil*.

² Esta informação consta na tese de Ansiaux (2006, p. 16) “the only primary work on the colonial life of a Belgian in Brazil is a diary published by Marie van Langendonck, a colonist herself” [...].

Da publicação de 1990 aproveitou-se principalmente o artigo introdutório do bisneto da viajante, bem como algumas notas referenciais no apêndice do livro que forneceu mais detalhes sobre a vida, a obra e sua trajetória como autora.

Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck nasceu em sete de outubro de 1798, em Antuérpia (Bélgica). No ano de 1827, casou-se em sua cidade natal com Jean Remi Félicien Philippe van Langendonck, oficial do Régiment de Guide e diretor do Hospital Militar de Charleroi. Uma ilustre dama, educada segundo os moldes europeus, poetisa e escritora, com várias obras publicadas, entre elas, *Aubepines* (1841) e *Heures poétiques* (1846).

Em 30 de abril 1857, então viúva, Mme. van Langendonck deixou a vida confortável que levava na Bélgica e embarcou no brigue Amanda, com destino ao porto de Rio Grande, no Brasil. No dia nove de julho, ela chegou ao porto e ficou aproximadamente dez dias em Porto Alegre, seguiu depois para a Colônia Harmonia, propriedade do vice-cônsul da França, Conde de Montravel – tratava-se de grande propriedade que a sociedade de Montravel alugava para ali instalar, provisoriamente, seus escritórios e para oferecer pouso aos colonos chegados da Europa. Por fim, Marie estabeleceu-se em Santa Maria de Soledade, colônia onde seus filhos a esperavam.

O relato de Marie van Langendonck incluiu os percalços da viagem no navio de emigrantes que a trouxe, relatou a sua experiência como colona, suas tentativas de estabelecer-se em uma região agrícola, o que subentende desmatamento, plantações de milho e feijão, e o enfrentamento de todos os perigos de uma região isolada e ainda selvagem. Decorridos dois anos no Rio Grande do Sul, voltou à Bélgica, mas em 1863, movida pela saudade dos filhos e do país, ela retornou ao Brasil. Continuou no país, precisamente no Rio Grande do Sul, até falecer em 1875, no município de Arroio Grande.

Quando Marie decidiu emigrar para o Brasil alguns fatores contribuíram para essa tomada de decisão, principalmente, a crise econômica europeia e a morte do marido. A possibilidade de erguer-se financeiramente se estabelecendo numa colônia em terras férteis no Brasil foi associada a uma aspiração antiga, uma vez que, para Mme. van Langendonck o que a atraía ao Brasil, um país desconhecido, era, além da necessidade financeira, o desejo intenso de ver uma floresta virgem, de estar em contato com a natureza intocada brasileira, tão evidenciada em relatos de viajantes no decorrer dos séculos, o que já não era possível ser encontrada nas terras da Europa.

Em *Uma colônia no Brasil*, a narradora parece revelar-se, inicialmente, como uma mulher desprovida de julgamentos e preconceitos eurocêtricos acerca da população que se encontrava no Brasil, e, de sua organização política, porém, é no desenrolar de suas descrições que nota-se em diversas passagens o quanto arraigada era a visão europeia de soberania sobre os povos conquistados.

Pensar nessa visão europeia acerca de países como o Brasil implica em retornar aos princípios que nortearam esse modo de olhar o ‘outro’.

Inicialmente, o capítulo intitulado *A atração pelo desconhecido e a visão da América na obra de Marie van Langendonck* esclarece os principais acontecimentos que abarcaram a Europa e a América e que ocasionaram a emigração europeia para países do continente americano, sobretudo, para o Brasil.

Ainda, buscam-se elucidar quais foram os imaginários construídos em cartas e relatos de viajantes pelos séculos XVI, XVII e XVIII para que se possam compreender os princípios fundadores da atração de Marie pelo desconhecido, e a visão romântica de um mundo virgem manifestada por sua escolha em habitar uma cabana em meio à mata virgem e, de tal modo recusar uma colônia mais próxima da civilização.

O capítulo seguinte percorre o trajeto feito pela narradora desde o embarque no brigue Amanda, onde ela estabeleceu o primeiro contato com o grupo de imigrantes alemães até o momento em que retornou à Bélgica.

Ao considerar que Marie van Langendonck havia absorvido o conceito de paraíso terrestre retomado por seus contemporâneos, procurou-se nesse momento elucidar como esta visão vai sendo desconstruída até o ponto de Mme. van Langendonck abandonar a colônia, de maneira que, a admiração pela natureza intocada brasileira não lhe foi suficiente para sustentar sua nova identidade, a de imigrante trabalhadora.

Diante de uma sociedade que há pouco havia declarado sua independência, os temas de seus julgamentos estavam intrinsecamente relacionados aos elementos que compõem a sociedade brasileira pós-independência – o colono, o indígena, o escravo, a mulher e a política. À medida que a narradora apresentou uma vida pioneira pouco atraente, ela fez uma avaliação negativa do processo de colonização e deixou transparecer o sentimento de ruptura e solidão que compunha a própria identidade do imigrante.

Em função de se ter escolhido o tratamento da poética do olhar pertinente à autora, optou-se por iniciar o quarto e último capítulo de modo a pensar o *locus* ocupado por Marie enquanto mulher e, sobretudo, frente à escrita.

Foi proposta uma discussão acerca da autoria feminina, do relato de viagem e da escrita autobiográfica evidenciando como se constrói a memória e a identidade feminina de Mme. van Langendonck.

Quando o livro *Uma colônia no Brasil* foi publicado na Bélgica, ainda que contivesse o subtítulo *Relatos históricos*, ele foi avaliado pela crítica como um diário, gênero apontado como um dos mais empregados pelas mulheres, ao lado das cartas e autobiografias.

No entanto, à medida que se pesquisava sobre o gênero, algumas questões de natureza teórica foram levantadas, uma vez que, o relato de Marie extrapolava características capitais apontadas por Blanchot (2005) e Lejeune (2008) inerentes ao diário.

Ainda, buscou-se explicar como a narradora converteu o espaço autobiográfico de seu relato em espaço político, uma vez que ela utilizou-se de sua habilidade como escritora para registrar a realidade segundo seu modo de ver e entender o mundo a sua volta.

Desse modo, os capítulos que se seguem apresentam um estudo sobre o livro de Mme. van Langendonck centrado no olhar feminino de uma estrangeira sobre o Brasil, levando em consideração o período literário brasileiro no qual o livro foi publicado (o Romantismo), para que se entenda a sua relação com a tradição brasileira de valorização de elementos genuinamente nacionais como a fauna, flora e o índio.

Dessa maneira, estudar um livro de autoria feminina permite chegar às novas conclusões sobre a produção literária das mulheres e contribuir para a construção da fortuna crítica da autora, uma vez que ela tem a obra pouco estudada dentro do panorama literário do romantismo.

2 A ATRAÇÃO PELO DESCONHECIDO E A VISÃO DA AMÉRICA NA OBRA DE MARIE VAN LANGENDONCK

Creio que, quando me decidi a emigrar para o Brasil, as combinações de interesses materiais eram apenas pretexto para ceder à atração pelo desconhecido, pois eu pensava menos no que íamos fazer no Brasil do que naquilo que íamos ver (LANGENDONCK, 2002, p. 25).

A epígrafe escolhida para iniciar este capítulo, corresponde à frase inicial de *Uma Colônia no Brasil*. Essa escolha justifica-se à medida que se acredita conter este trecho as causas e o *leitmotiv* que permeiam as expectativas da narradora acerca do Brasil, bem como a situam em um período histórico e literário específico. No primeiro momento, procura-se esclarecer os interesses materiais a que Marie se referiu para posteriormente, se explicar o motivo maior que a atraiu ao país.

Durante as primeiras décadas do século XIX, com a propagação do liberalismo e do nacionalismo como ideologias, alguns países da Europa presenciavam um período de intensos conflitos políticos. Na Itália, as associações revolucionárias impuseram uma Constituição; na Alemanha eclodiram movimentos liberais constitucionalistas; a Polônia arriscou obter sua independência, mas perdeu-a caindo boa parte de seu território nas mãos da Rússia e da Prússia; a Bélgica, país de origem de Marie, dominado pela Holanda, rebelou-se, proclamando sua independência.

Concomitantemente, verificava-se uma crise na indústria, a Revolução Industrial propiciou o aumento da produção no setor têxtil, no entanto, em longo prazo, ocasionou a superprodução. Entre os anos de 1815-1819 as colheitas não foram favoráveis e, como resultado, países da Europa enfrentaram a subprodução agrícola, que gerou alta nos preços de produtos alimentícios e o subconsumo industrial. Algumas fábricas tiveram que paralisar a produção, fator que elevou o índice de desemprego e a diminuição dos salários, exatamente no momento em que os preços subiam rapidamente.

Desse modo, a crise gerou uma estagnação na economia europeia, em que os burgueses e os camponeses foram as classes mais atingidas pelo desemprego, baixos salários e a alta no custo de vida.

Na América Latina, desde o sucesso do movimento libertário da colônia inglesa na América, as colônias espanholas ensejavam se desvincularem das metrópoles e declararem independência.

A Revolução Americana foi fruto do enorme descontentamento da burguesia colonial americana com a metrópole, uma vez que a Inglaterra com o intuito de manter o domínio colonial tentou impedir que as colônias além-mar estabelecessem comércio direto com outros países, fato que limitava as colônias e beneficiava as metrópoles. Além de tentar impor um comércio unilateral, a metrópole instalou uma política de impostos opressiva sobre o chá, papel, vidro e chumbo, evento que serviu para fortalecer o sentimento de revolta. Sustentados pela base popular, as assembleias coloniais tinham absorvido e adaptado as teorias políticas de filósofos europeus como Locke, Montesquieu e Rousseau em relação às aspirações locais e pregavam a independência da colônia e sua transformação em república. Após uma fase de luta intensa entre o exército civil e o exército militar, os patriotas americanos se declararam independentes em 1776, em seguida à realização do Congresso ‘Continental’.

O sucesso da Revolução Americana foi de extrema importância, uma vez que, sendo a primeira colônia a se tornar independente, ela passou a inspirar outros povos que tinham as mesmas aspirações políticas. Nas colônias espanholas e portuguesas, o sentimento de nacionalidade surgiu também como reação à política mercantil restritiva das metrópoles e do desejo de liberdade econômica e política, pouco a pouco, no início do século XIX, estimulados pelo exemplo dado pela América do Norte, países da América Central e do Sul foram conquistando soberania política e os impérios, colônias espanholas e portuguesas foram se desfazendo.

No Brasil, havia grande interesse em atrair mercenários para reforçar as tropas militares imperiais no processo de independência, bem como camponeses para trabalhar como colonos. Naquela ocasião, surgiram as campanhas migratórias que incentivavam os europeus a emigrarem para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Os agentes dessas campanhas passavam às camadas mais pobres da Europa, a imagem de que as terras brasileiras eram “verdadeira Terra de Promissão, onde haveria ouro como areia, as batatas seriam do tamanho de uma cabeça, o café cresceria em todas as árvores e o verde seria eterno” (SUSSEKIND, 1990, p. 22).

Nos anos seguintes, atraídos pelos engodos da campanha colonialista, muitos europeus emigraram para o Brasil, entre eles, a família de Marie van Langendonck. Seus filhos saem de Antuérpia engajados no projeto de Conde de Montravel e emigraram para participar da criação de uma colônia no Rio Grande do Sul, com o intuito de enriquecerem. Além da conveniência financeira, Marie enxergou a ocasião como a oportunidade de

conhecer a mata virgem que tanto desejou, de modo a não ser importante o que ela faria no Brasil, mas sim o que veria.

Completamente ligada à sua percepção e ao desejo de conhecer as florestas virgens brasileiras, é a ‘atração pelo desconhecido’ que atuou em Marie van Langendonck como motivação interior, noção abordada por Nunes (2011) no texto *A visão romântica*.

Dessa maneira, o fato de Marie deixar-se envolver e seduzir-se pelo estranho - entendido aqui como aquilo que é desconhecido -, pela natureza intocável e exótica, de modo a não se preocupar, antes de tudo, com os percalços financeiros e o processo de adaptação à vida rudimentar na colônia leva-se a acreditar que ela havia absorvido parte do sentimento que dominou a cultura e a sociedade europeia nos fins do século XVIII até meados do século XIX: a visão romântica.

[...] a busca do sublime ou exótico, dos recantos solitários que tranquilizam, das paisagens remotas que acendem o desejo da terra paradisíaca, ou de lugares em ruínas, abandonados pelo homem, que despertam a nostalgia da terra perdida – por trás desses aspectos do culto da Natureza, enquadrados num confronto dramático com o mundo, está silhueta a tácita insatisfação com o todo da cultura, misto de afastamento desencantado e de reprovação à sociedade, depois do assomo libertário do idealismo político de 1789 (NUNES, 2011, p. 69).

Com relação a esse sentimento que dominou a sociedade europeia, Nunes (2011) estabeleceu a distinção entre as categorias psicológica e histórica implícitas no conceito de Romantismo.

Segundo Nunes (2011) a categoria histórica está ligada ao movimento literário e artístico datado. E o romantismo psicológico é uma forma de sensibilidade que traz um caráter de inquietude, de insatisfação permanente, um conflito interior que traduz uma forma e concepção de mundo decorrentes das revoluções Industrial e Francesa e, que se concretizou no plano artístico e literário.

No plano das teorias, das ideias e temas literários, o período romântico é marcado pelo repúdio aos modelos, regras e normas clássicas. Ao universalismo clássico opõem um conceito de arte extremamente individualista: substituem a visão macrocômica que os clássicos tinham da vida e da arte, por uma visão microcômica, centrada no ‘eu’ de cada sujeito. De tal modo, tem-se a ‘noção de percepção’, termo ligado à estética, no qual cada indivíduo percebe o objeto de forma diferente – individualismo. Origina-se, então, a crise da representação, onde está marcada a passagem do Antigo Regime para a modernidade; a estética, a representação é na verdade a criação e não mais carrega o conceito mimético de cópia e imitação, contudo, a arte não está totalmente destituída de valores universais.

A natureza é tema constante tanto no período romântico como no clássico, a diferença está em como lhe é atribuída o valor estético. Para os clássicos, ela é regida por leis universais que lhe conferem harmonia e, à medida que “a obra de arte é a imitação da natureza e, imitando-a, imita seu concerto harmônico, sua racionalidade profunda, as leis do universo” (ROSENFELD; GUINSBURG, 2011, p. 263), o valor estético residiria na obra, uma vez que, o escritor clássico deveria dominar os ímpetos da interioridade e do plano expressivo e trabalhar como uma espécie de artesão que se conforma com as regras estabelecidas, às quais se ajusta.

Em contrapartida, para os românticos, a natureza é apreendida segundo um novo conceito de expressão, sendo o equilíbrio entre o eu e o mundo, entre a racionalidade e a subjetividade, dessa maneira, o caráter de novidade é atribuído à obra à medida que ela consegue expor uma forma particular de apreender o mesmo objeto. Assim, os valores universais de beleza continuam a existir no Romantismo, no entanto, a percepção do escritor tornará a obra de arte individual e, de certa forma, nova.

Assim, enquanto o clássico relaciona-se a algo mecânico (a reprodução fidedigna do objeto), o romântico é tido como orgânico, e por isso, de maneira a reinterpretar a mimese aristotélica, o poeta romântico é movido por um dom inato, pela intuição ou predestinação e funciona como o mediador entre o Eu e a natureza.

Diante disso, a natureza que até o fim do século XVIII era concebida de forma plástica, como um objeto contemplativo, no Romantismo, passa a ser um dos elementos mais importantes, uma vez que a natureza representa uma espécie de espelho onde o homem busca reencontrar-se consigo mesmo, em uma tentativa de harmonia e conciliação com o mundo externo.

Encontrar-se com a natureza significa encontrar-se consigo mesmo, significa alargar a sensibilidade. Os escritores do período veem na natureza uma espécie de antítese da civilização que os oprime. Em constante desilusão com a sociedade, o romântico transforma a Natureza em teofania, ele acredita que a natureza é a manifestação do poder divino. Logo, quanto mais próximos das formas naturais, mais próximos estariam de Deus.

Mme. van Langendonck estava carregada desse juízo, em alguns momentos da narrativa, é perceptível o modo como ela enxergava a natureza como potencial duradouro, uma espécie de arte monumental. Isso pode ser visto no seguinte exemplo:

A casa estava em ruínas; apenas o quarto que eu ocupara continuava de pé; o negro que guardava a propriedade morava ali. [...]. Sentei por entre os escombros que faziam a solidão parecer mais severa e menos jovem a terra. As ruínas são coisas raras no Brasil, aquelas foram as únicas que vi. Olhando-as, comparei involuntariamente essas obras do homem, que duram tão pouco, com essas vastas florestas que eu acabava de atravessar, que o tempo torna mais belas e majestosas, enquanto destrói tudo aquilo que o homem se esforça para tornar durável (LANGENDONCK, 2002, p. 103).

As ruínas a que a narradora se referiu são o que sobrou da sede da sociedade de Montravel, a mesma que a recebera, apenas dois anos antes, quando ela chegara ao Brasil. Naquele momento, as ruínas corroboraram para despertar a consciência da estrangeira. É por meio delas que Marie estabeleceu uma comparação entre as obras do homem, que com o tempo se acabam, e as obras divinas, que podiam durar para sempre se não fosse a intervenção humana. Tem-se aqui, a ideia de que a beleza é edificada segundo a infinitude da natureza.

Com base no raciocínio romântico, países detentores de uma natureza exuberante, como é o caso do Brasil, tornaram-se objeto de enlevo, admiração e fonte de inspiração de novos conteúdos ou de formas distintas de escrita, há uma espécie de retorno aos motivos edênicos desde os primórdios da presença europeia.

No entanto, ao longo da história, foram muitos os imaginários criados e difundidos por cronistas e naturalistas europeus que, apesar de suas transformações ao longo do tempo, estiveram sempre relacionados aos recursos naturais do continente americano. Verifica-se, de maneira sucinta, como foram formados os discursos acerca do continente americano ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

2.1 A AMBIVALENTE IMAGEM DOS TRÓPICOS

Uma das primeiras notícias sobre a América foi transmitida por meio da carta de Cristóvão Colombo a Luis de Santángel, em 1493. Sua intenção era a de registrar suas recentes descobertas acerca das ilhas em que havia aportado. O deslumbramento era o tom que mediava as descrições de Colombo sobre o lugar, o contato com o habitante estava influído pela corrente da mitologia europeia que pensava que os povos primitivos estavam mais próximos das condições do Jardim do Éden do que os povos imersos nos conflitos da ‘civilização’. Uma vez que, até aquele momento, não havia relatos acerca dessas terras, os letrados europeus se referiram ao continente americano como o Novo Mundo.

Segundo Holanda (1996, p. 210):

[...] novo, não só porque, ignorado até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu, fora ‘novamente’ encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se tivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação.

Esta passagem, retirada do livro *Visão do Paraíso* (1996) está em conformidade com o arrebatamento de Colombo acerca das terras americanas e, apesar de não conter dados sobre os habitantes desse lugar, referiu-se à ‘glória dos dias da Criação’.

Dessa maneira, a natureza exuberante, rica em recursos naturais, em constante clima primaveril, coexistindo com seus habitantes de atitude afável e ingênua - assemelhando-se à imagem de Adão e Eva vivendo no Éden, antes do pecado original – leva o colonizador a atribuir ao Novo Mundo, o título de paraíso terrestre.

O Novo Mundo era, antes de tudo, o verdadeiro Éden na terra; muito diferente da realidade existente na Europa, a fertilidade do solo americano proporcionava os mais diversos frutos e recursos, prontos para serem consumidos, sem a necessidade do labor humano. O conceito edênico foi bem aceito entre os letrados europeus, uma vez que, na Europa, a Cristandade detinha grande parte do poder sobre a população e buscava de alguma maneira reaver Constantinopla e, conseqüentemente, restaurar o Império Cristão no Oriente. Assim, ‘descobrir’ um novo continente naquele momento auxiliaria os países europeus a reerguerem-se política e economicamente, bem como reconquistarem a simpatia dos fiéis.

Os primeiros anos de 1400 foram marcados por grandes convulsões religiosas, políticas, econômicas e ambientais. A existência de três Papas rivais no início do século ocasionou uma grande desordem na Cristandade e, por conseguinte, a divisão dos governantes políticos. Concomitantemente, a Europa ainda suportava os efeitos da Peste Negra, que dizimou quase metade da população; a classe de trabalhadores rurais foi a camada que mais pereceu com a epidemia. Em decorrência da falta de trabalhadores as vilas estavam desertas; sem mão de obra para plantação e colheita, as terras ficaram sem cultivo e com isso, os índices de pobreza cresceram vertiginosamente.

Como se não bastasse a crise interna, em 1453, os turcos otomanos conseguiram tomar Constantinopla - que até aquele momento, era o principal centro de vendas - e formavam um monopólio comercial. O caminho do Mediterrâneo continuou como uma

grande via de intercâmbio comercial, mas que enriquecia, principalmente, os genoveses, venezianos e muçulmanos. Como resultado, o preço dos produtos importados do Oriente para a Europa aumentava demasiado, de maneira que comerciantes e navegadores europeus sentiam-se pressionados a buscar novas rotas comerciais para chegar às Índias sem passar pelo bloqueio dos turcos.

Exatamente naquele período, Portugal possuía uma série de condições favoráveis à expansão marítima, sua vasta experiência em navegações, principalmente na pesca de bacalhau e a qualidade superior das caravelas produzidas no país permitiram que os portugueses chegassem às Índias navegando ao redor do continente africano. Em seguida, a Espanha decidiu financiar a expedição do navegador genovês Cristóvão Colombo, em 1492. Ao partir da premissa de que a Terra era redonda, Colombo traçou um plano em que, os espanhóis conseguiriam chegar às Índias navegando rumo ao oeste, portanto, eles alcançariam o Oriente navegando pelo Ocidente.

O que parece, em um primeiro momento, um projeto que visava exclusivamente o enriquecimento econômico espanhol a fim de fazer da Espanha um Império, carregava outra intenção, a expansão do cristianismo por meio da devolução da Terra Santa à Santa Igreja.

Segundo pesquisadores como Todorov (1999) e Braga-Pinto (2003), o navegador esperava que uma aliança com o imperador da China - descrito por Marco Polo como interessado em ser instruído na fé de Cristo – contra os mouros pudesse ajudá-lo na recuperação de Jerusalém e restauração do cristianismo no Oriente.

Nas palavras de Braga-Pinto (2003, p. 33):

[...] Colombo podia se ver como um profeta que, depois da guerra de Granada e da expulsão dos judeus da Espanha, concebeu o projeto redentor de criação de uma aliança com o Grande Cã de Cathai (a China de Marco Polo) contra os mouros e a favor da restauração cristã de Jerusalém.

Apesar da expansão do catolicismo ser assunto de interesse tanto dos governantes espanhóis quanto do navegador, Colombo sabia que os reis da Espanha não investiriam naquele intento, a menos que pudessem lucrar de alguma forma com a viagem.

Assim, o navegador genovês, utilizando-se de certa dose de astúcia, propõe uma nova rota comercial para às Índias, a fim de conquistar a simpatia do Rei e da Rainha da Espanha por meio dos lucros financeiros para que, futuramente, parte das riquezas adquiridas pudesse ser usada para financiar sua viagem à China.

Conforme Todorov (1999, p. 10) explicitou, “a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim”.

Seja com o propósito de chegar às Índias, seja com a intenção de criar uma aliança com o Grande Cã, o projeto de Colombo o levou a um lugar ainda desconhecido para o resto do mundo e, em uma tentativa de compreender a paisagem do novo continente, tão diferente da Europa, o navegador deixou-se embalar por sua forte identidade católica e pela crença de origem cristã referente à existência do Paraíso Terrestre, - tantas vezes idealizado como possuidor de uma natureza idílica, associada à fertilidade do solo, à vegetação luxuriante e à amenidade do clima – e também pelas leituras de ditos santos e sábios teólogos, como o livro *Imago mundi* de Pierre d’Ailly, que afirmava que o Paraíso terrestre devia estar numa região temperada além do equador, o genovês utilizou-se das autoridades mencionadas acima para afirmar que o Novo Mundo era o Éden na terra.

A seguinte citação de Holanda (1996) também apontou para o fato de Cristóvão Colombo basear-se em modelos e esquemas literários antigos e medievais como forma de atribuir autoridade ao seu discurso.

Não só o deslumbramento de um Colombo divisava as suas Índias e as pintava, ora segundo os modelos edênicos provindos largamente de esquemas literários, ora segundo os próprios termos que tinham servido aos poetas gregos e romanos para exaltar a idade feliz, posta no começo dos tempos, quando um solo generoso, sob constante primavera, dava de si espontaneamente os mais saborosos frutos, onde os homens, isentos da desordenada cobiça, (pois tudo tinham sem esforço e de sobejo), não conheciam ‘ferros, nem aço, nem armas’, nem eram aptos para eles – são feitas, aliás, as próprias palavras de que se servirá o genovês ao tratar dos gentios das ilhas descobertas -, mas até os de mais profundo e repousado saber, se inclinavam a encarar os mundos novos sob a aparência de modelos antigos (HOLANDA, 1996, p. 185).

Assim, Cristóvão Colombo não se baseou somente em sua experiência para relatar aquilo que viu e viveu, mas interpretou as novidades do Novo Mundo segundo as crenças do Velho Mundo, de modo que fez coincidir suas expectativas e experiências às leituras anteriores. Ao usar da autoridade de teólogos e sábios consagrados, o navegador conseguiu a anuência tanto das autoridades governantes que se entusiasmam com o Novo Mundo, bem como de leitores e escritores do período.

O primeiro contato com os habitantes do Novo Mundo foi descrito por Colombo de maneira a ressaltar a nudez dos nativos e, posteriormente, devido a falta de comunicação verbal, o navegador elogiou a generosidade dos mesmos, que ofereciam seus ‘pertences’,

muitas vezes tratando-se de artefatos feitos de ouro e prata – muito apreciados pelos europeus - e, recebiam em troca objetos de menor ou sem valor.

Os anos que seguiram o relato de Colombo foram marcados por muitas viagens de reconhecimento ao novo continente. A existência de um lugar rico e exuberante, onde os habitantes andavam nus, eram desprovidos de ambição e viviam em perfeita harmonia com a natureza, despertou o interesse dos ‘sábios’ da época e passou a ser tema constante de discussões.

Pensadores e filósofos consideravam que o modo de vida dos nativos do Novo Mundo era caracterizado pela permanência de um estado de natureza. Para alguns, esse estado correspondia a um período marcado pela selvageria onde os aspectos negativos, tais como a antropofagia, a nudez, a comunhão da propriedade, a falta de leis e organização, dificultavam a vida em sociedade, e, que esse estágio devia apenas constituir um grau inicial para outro estágio mais avançado de civilização.

Em contrapartida, filósofos como Montaigne e Thomas More atribuíram características positivas e superiores ao modo de vida desses habitantes. Eles consideravam que todos os homens nascem naturalmente bons e generosos, de modo que a relação entre homem-natureza é permeada por uma visão idílica, completa e harmônica. No entanto, o equilíbrio dessa relação é rompido quando o homem começa a inserir-se em um contexto dominado pela sociedade, que impõe a servidão, a escravidão, a tirania e inúmeras outras leis que privilegiam as elites dominantes em detrimento dos mais fracos instaurando assim a desigualdade entre os homens, enquanto seres que vivem em sociedade.

Thomas More, em 1516, publicou *Utopia*, obra de ficção sobre um lugar novo e puro onde existiria uma sociedade perfeita; segundo alguns historiadores, ele teria se fascinado pela narração feita por Américo Vespúcio sobre a descoberta da ilha de Fernando de Noronha. Michel de Montaigne, também impressionado com as notícias sobre o Novo Mundo, dedica dois capítulos de *Ensaaios* (1588) - intitulados *Dos canibais* e *Dos Coches* - às terras recém-descobertas.

Segundo França (2012, p. 27):

“Montaigne empolgou-se de tal modo com as novidades de além-mar que não hesitou em asseverar, entre outras coisas, que o modo de vida dos exóticos habitantes do Novo Mundo era, em muitos aspectos, bem superior ao dos europeus [...]”.

[...] não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela ideia dos usos e costumes do país em que vivemos. Neste a religião é sempre a melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito. A essa gente chamamos selvagens como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto. As qualidades e propriedades dos primeiros são vivas, vigorosas, autênticas, úteis e naturais; não fazemos senão abastardá-las nos outros a fim de melhor as adaptar a nosso gosto corrompido (MONTAIGNE, 1961, p. 261).

Na citação acima, Montaigne (1961) contestou as denominações atribuídas aos nativos americanos. Segundo ele, esses julgamentos estão imersos em um discurso que avalia as diferenças segundo os valores culturais europeus, assim; tudo aquilo que é estranho e não se enquadra a esses valores, acaba sendo assimilado como bárbaro e selvagem.

Ainda, assevera que modificar a natureza desses povos, que até então conservavam a simplicidade ingênua e dependiam de poucos artifícios para viver, seria o mesmo que ‘abastardá-los’ a fim de satisfazer um ‘gosto corrompido’, pois o homem em seu estado de natureza é um ser puro e autêntico e, conseqüentemente, com hábitos superiores aos dos homens imersos na sociedade.

O canibalismo tão criticado por muitos viajantes acaba minimizado em *Dos Canibais*, pois na visão de Montaigne (1961) os selvagens sacrificavam e comiam seus prisioneiros à medida que acreditavam estar alimentando-se de suas virtudes e coragem, assim, aquele prisioneiro que julgavam sem virtude, não servia de alimento para o grupo.

Desse modo, o homem em seu estado natural, seu modo de vida primitivo em perfeita relação com o ambiente são as bases que fundamentam o mito do *bom selvagem* que repercutia nas obras de Thomas More, Montaigne e posteriormente, retomado por Rousseau.

Portanto, a inocência edênica presente nos primeiros relatos acerca dos nativos do Novo Mundo e, posteriormente, a descrição mais aprofundada de seus hábitos, vai revelar o paradoxo presente no discurso europeu. Por um lado, um discurso marcado pela negatividade que vai acentuar a nudez, a antropofagia, a comunhão de propriedade como características inferiores e alusivas ao homem selvagem, por outro lado, essas mesmas descrições vão acentuar de maneira positiva o estado natural desses indivíduos, revelando-se por meio do mito do *bom selvagem*.

De alguma maneira, essas ponderações parecem conjecturar o sentimento de Colombo em relação aos nativos da América. Se, num primeiro momento, ele assimilou positivamente o costume dos nativos, em seguida, ele declinou os aspectos culturais que os figuravam.

Desse modo, à medida que o navegador inseriu-se no novo continente, ele afastou-se da visão idílica que até então permeava suas primeiras descrições e, passou a assimilar a antropofagia, a nudez, entre outros aspectos, segundo parâmetros culturais europeus, que ele ponderou como evoluídos e superiores, conforme ficou evidenciado na citação:

Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos com o mesmo direito que eles e aí os considera não somente iguais, idênticos e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo (TODOROV, 1999, p. 50).

Diante disso, o modo com que Colombo apreendeu os nativos do Novo Mundo recaiu em duas atitudes distintas: se ele assimilou os nativos em termos de igualdade, a atitude de Colombo se delineou pelo desejo de cristianizar os índios, de modo a espalhar o Evangelho e, conseqüentemente, propagar os valores europeus. No entanto, se Colombo parte da diferença entre os povos e, a partir disso, projetou-se em termos de superioridade frente à cultura do colonizado, esse passaria do assimilacionismo à dominação, de modo a propagar ideais escravistas ao longo do processo de colonização, como forma de afirmar a inferioridade do nativo.

No século XVI são inúmeros os nomes que se dedicaram a escrever sobre as terras recém-descobertas, muitos dos quais nem sequer chegaram a conhecê-las, mas é certo que os poucos que visitaram o Novo Mundo sentiram a necessidade de retratá-lo. Com isso, a partir das primeiras publicações advindas da Espanha, o novo continente foi-se delineando para o resto da Europa.

A Carta de Colombo assemelha-se em certos aspectos, à Carta de Caminha, já que ambas, por meio da retomada dos motivos edênicos, buscavam atrair os olhares da Coroa Portuguesa para a terra conquistada.

Apesar disso, pode-se concluir que, diferentemente da Carta de Colombo, a Carta de Caminha não tenha contribuído com a criação do imaginário europeu acerca da América

naquele período, uma vez que, a carta conservou-se inédita por mais de dois séculos, sendo publicada em 1817, cinco anos antes da independência do Brasil.

Datada de maio de 1500, a publicação tardia da Carta de Caminha ocultou o projeto colonial do qual ela fazia parte, de modo que, quando publicada ela foi reinterpretada e usada por escritores e intelectuais brasileiros “como instrumento de articulação de ideias nacionalistas e anticolonialistas” (BRAGA-PINTO, 2003, p. 25), de modo a destacar os ideais liberalistas que advinham do processo de independência.

Esse projeto colonial português baseava-se em uma tradição europeia antiga e muito difundida, que afirmava a existência de reinados convertidos ao cristianismo na África e na Índia, por São Tomé, no século III d.C.

Portanto, a Coroa Portuguesa não buscava a expansão do cristianismo e, ao mesmo tempo, a restauração de Jerusalém como o projeto espanhol do qual Colombo fazia parte, todavia, procurava por outros reinos que já fossem cristãos, de modo a restaurar a religião. Conforme aponta a seguinte passagem:

A importância alcançada por esse mito em Portugal pode ser indicativo da formação de um novo discurso, no qual a Terra Prometida e o centro do mundo não estavam em algum lugar fora da Europa, mas na Cristandade europeia ou, mais especificamente, em Portugal. Em vez de simplesmente expandir o alcance geográfico da Cristandade, os portugueses procurariam, nos quatro cantos do mundo, outros reinos que já fossem cristãos (BRAGA-PINTO, 2003, p. 38-39).

A Carta de Caminha não faz alusões ao mito subjacente no discurso da expansão portuguesa, nem sugere que a expedição buscasse reinos cristãos, contudo, no texto *A Relação do Piloto Anônimo*, a viagem de Cabral é descrita como repetição da viagem de Vasco da Gama e, é possível perceber como o viajante estava determinado a descobrir e estabelecer comunicação com reinos cristãos ultramar. Assim, a viagem de Vasco da Gama não pode ser dissociada desse discurso que invoca a restauração da Cristandade, e, além disso, a comunicação linguística e geográfica entre esses reinos estabeleceria laços comerciais os quais Portugal se beneficiaria.

Desse modo, pode-se inferir que a descoberta do Brasil possa ter sido um evento inesperado, uma vez que a viagem de Cabral era a repetição da viagem anterior feita por Vasco da Gama, e essa última, repetição da viagem de São Tomé pelo Oriente, cujo propósito não era descobrir outro continente, mas sim chegar à Índia. No entanto, quando publicada a Carta de Caminha fora de seu contexto original, o descobrimento do Brasil

deixa de ser um evento marginal, fato que acabou ocultando o discurso português que aliava o interesse comercial à restauração religiosa.

Contudo, mesmo que, em um primeiro momento, o ‘descobrimento’ do Brasil tenha sido um fato possivelmente marginal para os portugueses, verifica-se que naquela época nenhuma descoberta estava fora do projeto expansionista daquele país. Com isso, a Carta de Caminha objetivava retratar a nova terra e o contato com seus habitantes, destacando o que parecia ser mais admirável: a inocência dos povos do lugar.

A intenção era informar o máximo possível de detalhes à Coroa Portuguesa, com uma capacidade de observação e descrição minuciosas. Na Carta de Caminha, ele delimitou-se a descrever como as embarcações portuguesas chegaram à costa brasileira, em seguida, ele apresentou os habitantes do lugar, que se aproximavam à medida que os europeus chegavam à praia, de maneira que, inicialmente, ele dedica-se muito pouco a retratar a nova terra.

Segundo o pesquisador Braga-Pinto (2003) a falta de roupas dos nativos e a falta de preocupação em cobrir seus órgãos sexuais são apreendidas como ideal moral a ser alcançado pelos europeus, pois, na visão de Caminha, a nudez dos índios remetia aos excessos dos povos da Europa e, também, a falta de inocência original que permeava esses povos. Enquanto ideal a ser alcançado, a inocência original dos nativos era, aos olhos do escritor, uma marca de superioridade almejada pelos europeus, aqui se pode fazer uma aproximação ao mito do bom selvagem - mais tarde ratificado nas obras de Montaigne, que afirmava que os habitantes do Novo Mundo eram em muitos aspectos superiores aos europeus.

A ausência de trajes entre os nativos e a consequente exposição de seus órgãos genitais, revelava que eles não eram circuncidados, fato que para os europeus, “indicava que eles eram, se não já cristãos, pelo menos gentios conversíveis (o que equivale a dizer que eram potencialmente cristãos)” (BRAGA-PINTO, 2003, p. 57).

Para a Cristandade, a circuncisão era a marca de povos que resistiram à conversão, uma vez que os nativos não possuíam esse estigma instituiu-se uma identidade comum entre nativos e cristãos europeus, que levou os portugueses a assimilarem as diferenças entre os povos pelo cristianismo, de modo que incluíram o Brasil na história da peregrinação apostólica de São Tomé – anteriormente explanada. É como se a conversão dos nativos tivesse se iniciado, mas fora um fato interrompido que merecia ser retomado.

Dessa maneira, conforme evidenciou Braga-Pinto (2003, p. 60) “ao mesmo tempo em que a falta dos nativos chega à Europa como um passado idealizado, essa falta também é a pressuposição de um futuro baseado na conversão e na assimilação”.

Nesse caso, o estabelecimento de uma comunicação religiosa com os gentios, vem acompanhado por interesses comerciais, uma vez que, a conversão deles permitiria uma comunicação geográfica e linguística que beneficiaria Portugal no processo de exploração dos recursos naturais da terra.

Diante da afirmação anterior, a publicação tardia da Carta de Caminha ocultou o projeto colonial do qual ela fazia parte, mas sua leitura permite compreender como se deu o processo de evangelização desses povos. Apesar de a Carta de Caminha ter se conservado inédita por dois séculos, a notícia de terras mais ao sul do que daquelas encontradas por Cristóvão Colombo, chegaram ao conhecimento da Europa culta, no ano de 1507, pela boca de um anônimo e em língua italiana (FRANÇA, 2012, p. 87).

Apesar disso, não se deve pensar que a notícia logo se espalhou pelo continente europeu. Segundo França (2012) que analisou o processo de construção do Brasil e dos brasileiros nos relatos de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII, as notícias sobre o Brasil se deram de maneira lenta e gradativa, restringindo-se, aos que dominavam a escrita e a imprensa.

Além disso, França (2012) asseverou que, até o ano de 1576, a contribuição dos portugueses em termos de publicações sobre as terras brasileiras foram insignificantes e, alcançaram apenas uma pequena parcela dos europeus, de modo, que ‘quase nada do que os portugueses deixaram registrados colaborou efetivamente para a construção do Brasil no pensamento europeu’. Ainda que a literatura produzida pelos portugueses não tenha contribuído com a criação do imaginário europeu naquele período, de certo modo, ela refletiu o pensamento europeu sobre as terras conquistadas.

Assim como Colombo, Caminha também foi arrebatado pelo entusiasmo que o conhecimento de um novo continente lhe conferia, além deles, pode-se dizer que toda a Europa culta também estava extasiada e curiosa por notícias do Novo Mundo. No século XVI foram da Espanha e Itália que saíram os primeiros relatos, nos séculos XVII e XVIII, os grandes editores e consumidores desse gênero foram os holandeses, ingleses, franceses e alemães, no entanto, isso não significa que a procura pela literatura de viagem estava

restrita a esses países, muito pelo contrário, o público letrado estava ávido por notícias e a procura pelo gênero de viagens cresce vertiginosamente³.

É certo que, os primeiros relatos estavam impregnados pelo arrebatamento de Colombo, todavia quando o europeu passou a estabelecer um contato real com o nativo americano nas colônias, o conceito sobre aquele habitante de cultura tão díspar, começou a edificar-se perante as mesmas ambiguidades - como se pode notar no discurso do próprio Colombo e na diversidade de opiniões entre filósofos da época - e, a metáfora do paraíso começou a se alterar, ressaltando uma suposta selvageria nessas populações.

Dessa forma, cartas escritas pelos jesuítas além de terem sido usadas como instrumentos de informação - que procurava reforçar a rede espiritual dos missionários e retratar a experiência religiosa - oferecem um mapa retórico que ilustra o processo de conversão dos gentios, efetivada a partir de 1530; conforme apontou Pécora (2001, p. 28), “a presença ostensiva da carta no corpo da Companhia evidencia que sua função está pensada ao menos segundo três aspectos decisivos: o da *informação*; o da *reunião de todos em um*; e, enfim, o da *experiência mística* ou *devocional*”.

Ademais, nas cartas trocadas entre os missionários é possível apreender a visão ambivalente que permeava a descrição dos gentios durante o processo de conversão religiosa.

De acordo com o que foi visto anteriormente, Caminha fundamentou a conversão e, posteriormente, a intervenção jesuítica, com base na existência de uma identidade religiosa comum entre índios e europeus, ou seja, de alguma forma os nativos já seriam cristãos e, que apesar de suas más práticas e pecados (a nudez, poligamia, antropofagia), eles possuiriam uma disposição original para o bem, nesse caso sinônimo de Deus.

Portanto, acreditando que as práticas ‘selvagens’ dos nativos não significava que elas eram advindas de uma má natureza, o método de conversão adotado pelos missionários era marcado pela pregação dos argumentos de fé – a chamada via amorosa, caracterizada pelos seguintes métodos:

³O pesquisador Jean Marcel Carvalho França (2012, p. 80) apontou que: [...] no século XVIII, quando a tiragem média de um livro de viagem de sucesso, em Londres, Paris ou Amsterdã, era de 2, 3 por vezes 4 mil exemplares. [...] Antes do século das Luzes, século em que o número de leitores na Europa dá um salto expressivo, as tiragens eram bem mais minguadas: nos quinhentos, quando começam a aparecer as narrativas de viagem de relativo sucesso, a tiragem média variava entre 750 e 1.500 exemplares, predominando, a partir da metade do século, as edições com tiragem na casa do milhar; no século XVII, a média subiu um pouco, e passaram a predominar as edições com tiragens de 1.500 a 2 mil exemplares [...].

A visita e pregação desarmada dos padres nas aldeias; o exemplo de vida dos missionários e a existência de uma justiça eclesiástica capaz de coibir os abusos dos sacerdotes de outras ordens; a pregação sistemática dos índios adultos; o ensino de leitura e escrita do português, além da doutrina religiosa aos pequenos; o esforço de aprendizado das línguas indígenas, de tradução de textos doutrinários e orações cristãs; a realização de festas, procissões e ofícios, com seus cantos, rezas, disciplinas e ministério dos sacramentos; a separação dos índios já batizados dos demais, para que não recaiam em antigos costumes gentios; o castigo exemplar dos conversos que pratiquem atos contranatura ou injuriosos à religião cristã entre outros (PÉCORA, 2001, p. 47).

Segundo Nóbrega (1931 apud PÉCORA, 2001, p. 46):

Ao converter todo este Gentio é mui fácil cousa, mas o sustental-o em bons costumes não póde ser sinão com muitos obreiros, porque em cousa nenhuma crêm e estão papel branco para nelles escrever vontade, si com exemplo e continua conversão os sustentarem.

Pode-se notar nas palavras de Nóbrega (1931) a presença da metáfora do ‘papel em branco’ que serve para ressaltar a inexistência de resistência à conversão jesuítica por parte dos nativos, de modo que a conservação dos bons hábitos conviria para sustentar a conversão.

Contudo, as hostilidades não demoraram a aparecer, no governo de Duarte da Costa (1553-57), as disposições favoráveis dos índios – descritos como obedientes e fáceis de senhorar – são questionadas a partir da designada ‘guerra dos índios’, quando cinquenta indígenas de uma aldeia revoltaram-se atacando os engenhos. Esse episódio faz com que o discurso de Nóbrega distancie-se da pregação dos argumentos de fé e principie a postular que o êxito da missão missionária no Novo Mundo deveria constituir-se de práticas severas de punição aos indígenas. A via da experiência como ficou conhecida, pregava a conversão dos indígenas pelo medo; nas cartas trocadas entre os missionários, eles começavam a exigir a sujeição política dos indígenas; concomitantemente, o governo de Mem de Sá aplicava punições às práticas condenadas pela igreja e oferecia proteção aos jesuítas das ameaças de um possível ataque dos nativos.

Diante disso, nas cartas escritas por Padre Manuel de Nóbrega, observa-se que, em dado momento, ele se refere aos índios por meio de uma perspectiva esperançosa, entretanto, ao constatar que os índios oferecem certa resistência ao novo modo de vida imposto a eles, seu ponto de vista sofre uma inversão, adquirindo uma avaliação negativa acerca dos habitantes do Novo Mundo. Esta ambivalência no modo com que o nativo é

apreendido vai se revelar perante a adoção das duas vias de conversão antagônicas, a amorosa e da experiência.

Apesar disso, as descrições das paisagens e clima conservavam o caráter positivo, acentuando a fertilidade da terra, variedade da fauna, exuberância da flora, clima salubre e o sinal da onipotência do Criador – representações feitas por Caminha e Nóbrega, que ficaram muito próximas das produzidas pelos demais países da Europa.

A seguir um trecho de uma carta de Nóbrega, retirado do livro *Visão do Paraíso* de Holanda (1996), na qual ele descreveu a cidade sede do governo geral, em 1549:

É muito sã e de bons ares [...]. É terra muito fresca, de inverno temperado, e o calor do verão não se sente muito. Tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito boas, e que têm pouca inveja às de Portugal. Os montes parecem formosos jardins e hortas, e certamente eu nunca vi tapeçaria de Flandres tão formosa, nos quais andam animais de muitas diversas maneiras, dos quais Plínio nem escreveu nem soube. Tem muitas ervas de diverso olor e muito diferentes das de Espanha, e certamente bem resplandece a grandeza, formosura e saber do Criador em tantas, tão diversas e formosas criaturas (NÓBREGA, 1931 apud HOLANDA, 1996, p. 244).

Nos séculos XVI, XVII e início do século XVIII, as imagens produzidas sobre o Novo Mundo pela literatura de viagem, bem como em romances ambientados em países imaginários que preservavam a descrição das paisagens tropicais do novo continente, pareciam corresponder aos aspectos vistosos e raros, ao poder de sedução que as belezas das paisagens exerciam bem como o préstimo que delas podiam tirar. As descrições do homem americano, no entanto, obedeciam aos interesses dos colonizadores que se encarregavam de criar aspectos positivos e negativos de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto a eles.

Em meados do século XVIII, a partir das ideias difundidas por Buffon com o livro *Historie naturelle* (1749) e em *Recherches philosophiques* (1783), de De Pauw acerca da ‘inferioridade’ do meio americano e da ‘fraqueza’ das espécies animais e humanas, essa visão ‘quase’ paradisíaca⁴ da América começou a ficar comprometida pela negatividade que marcava as teorias desses naturalistas.

Mesmo sem nunca ter pisado em terras americanas, de acordo com Gerbi (1996) Buffon dedicou-se a estudar as espécies da América. A base de seus estudos eram os vários

⁴Chama-se de visão ‘quase’ paradisíaca, uma vez que os aspectos da terra como o clima, a paisagem e fertilidade do solo, até então estavam impregnados pela visão edênica que figurou entre os relatos sobre o Novo Mundo, nos séculos XVI, XVII até meados do XVIII, não haviam sofrido mudanças em suas representações, apesar dos discursos marcados pela negatividade em relação ao homem americano.

escritos descritivos da natureza, flora e fauna americana produzida pelos cronistas e demais naturalistas que passaram pelo novo continente e trataram de coletar e descrever espécimes do Novo Mundo.

A partir de observações sobre os animais da América, o naturalista Buffon constatou que eles eram diferentes aos do Velho Mundo. Inicialmente, ele apresentou uma comparação entre o leão americano (puma) e o leão europeu e, apontou uma série de diferenças que inferiorizavam o animal americano, entre elas, a falta de juba, seu tamanho inferior, sua fraqueza e covardia em comparação ao animal do Velho Mundo (GERBI, 1996).

Segundo Gerbi (1996, p. 16), “a fulminante intuição do confronto entre o puma e o leão subitamente se estende a toda a série dos grandes mamíferos”.

Desse modo, comparativamente, Buffon desfilou todos os animais da América, comparou-os e, por mais parecidos que fossem aos espécimes do Velho Mundo, sempre constatava a debilidade dos animais do Novo Mundo conferindo ao ambiente o caráter hostil ao desenvolvimento das espécies (GERBI, 1996). Ademais, todo animal que se transportasse para o Novo Mundo tornar-se-ia menor, e entre os que são comuns aos dois mundos, os que vivem na América seriam inevitavelmente inferiores.

Como se sabe, Buffon ultrapassou os limites da zoologia e estendeu suas observações e análises aos homens americanos, dessa vez seu modelo foi o homem europeu. E, relacionando, o nativo americano e a natureza hostil, ele chegou ao mesmo ponto: a inferioridade dos animais é a mesma que a dos homens (GERBI, 1996).

[...] ainda que o selvagem do Novo Mundo possua aproximadamente a mesma estatura do homem de nosso mundo, isso não é suficiente para que ele constitua uma exceção ao fato geral do apequenamento da natureza viva em todo este continente. O selvagem é débil e pequeno nos órgãos de reprodução; não tem pelos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu, pois possui o hábito de correr, é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d'alma; quanto à do corpo, é menos um exercício, um movimento voluntário, que uma necessidade de ação imposta pela necessidade: prive-o da fome e da sede e terá destruído simultaneamente o princípio ativo de todos os seus movimentos; ele permanecerá num estúpido repouso sobre suas pernas ou deitado durante dias inteiros (BUFFON, 1749 apud GERBI, 1996, p. 21).

Segundo Gerbi (1996) pode-se constatar de acordo com Buffon que ele considerou o homem americano débil e indolente. A culpa de a natureza ser imperiosa era daquele homem que não fazia nada para moldá-la ou extrair dela os meios para sua sobrevivência.

Com isso, ele foi considerado um preguiçoso e ao mesmo tempo um covarde que se deixou vencer pela hostilidade do meio. Inferior até nos órgãos sexuais, o nativo americano não era capaz de ter paixão, calor por sua fêmea.

Igualmente, de acordo com Gerbi (1996, p. 22) Buffon estabeleceu uma relação de semelhança entre a frieza do nativo à dos répteis e insetos que “pululam frequentemente com dimensões gigantescas”. Se, por um lado, o continente americano é hostil aos grandes animais, por outro, ele é favorável à proliferação de artrópodes devido à umidade e insalubridade do solo e clima.

Segundo Gerbi (1996) um pouco mais radical que Buffon era De Pauw, que considerava o homem americano um animal, um degenerado, um monstro, não obstante, também concordava com a tese de Buffon, de que a natureza americana possuía influência sobre o nativo e funcionava como um obstáculo que impedia o seu desenvolvimento máximo. Do mesmo modo, o ar insalubre seria responsável pela propagação de insetos e répteis e pela degeneração dos animais e homem americano.

Dessa forma de acordo com Gerbi (1996) as teses de Buffon e De Pauw, aliadas à invocação da teoria aristotélica do ‘escravo natural’, baseadas nas leituras dos relatos dos viajantes, corroboraram com os critérios de inferioridade e superioridade presentes nesses textos, para afirmar a supremacia do continente e do homem europeu frente às colônias. E, dessa maneira, justificar a manutenção da escravidão, do incesto, da promiscuidade sexual, da violência, enfim, do domínio colonial nas sociedades extraeuropeias. Tem-se aqui as bases que fundamentam a visão eurocêntrica naquele período.

Para explicar a expansão econômica da sociedade europeia, as teorias de Buffon e De Pauw segundo Gerbi (1996) convertiam a visão ‘quase’ edênica da América e fazem surgir um novo discurso sobre o homem e a natureza americana, marcado inteiramente pela negatividade e distanciamento da projeção de imagem paradisíaca. Com isso, a literatura de viagem reflete esse discurso marcado pelos aparatos da história natural como meio de justificar a exploração das colônias e, conseqüentemente, dos índios, que convinhavam como mão de obra, como combatentes em guerra, escravos, entre outros.

De maneira geral, o que foi retomado ao longo dos séculos por vários autores, alude ao clima, que de “ameno e salubre no século XVI termina o século XVIII com a reputação de excessivamente quente e, o que é pior, insalubre” (FRANÇA, 2012, p. 200); a exuberância da flora, não sofre variações nos diversos relatos sobre o Brasil; a diversidade da fauna, exaltada principalmente, em relação à variedade de pássaros e a fertilidade do

solo, que era retratado como se não carecesse do labor humano para manter-se vigorosa, em meados do século XVIII, sofrem com a tese do naturalista Conde de Buffon sobre a ‘debilidade’ das espécies animais da América.

Segundo Ventura (1987, p. 29) a partir da independência política das colônias da América, que aconteceu aproximadamente ao final do século XVIII e início do século XIX, “perderam-se, na Europa, os temas específicos suscitados por Buffon, que deixou de exercer, com o ‘fim da história natural’, influência como cientista”.

Diante disso, o fim do domínio colonial implicou uma ampla negociação das relações entre América espanhola e Europa – relações políticas e econômicas e, com igual relevância, relações de representação e imaginação; esse período correspondeu ao que Pratt (1999) chamou de reinvenção da América.

Para as elites da Europa setentrional, a reinvenção é ligada a prospectos de grandes possibilidades expansionistas para o capital, tecnologia, mercadorias e sistemas de conhecimento europeus. As elites recém-independentes da América espanhola, por outro lado, se deparavam com a necessidade de autorreinvenção no que se referia às massas europeias e não europeias que procurariam governar (PRATT, 1999, p. 197).

Em decorrência do processo de independência, as colônias espanholas estavam livres para manter relações diretas, econômicas e políticas, com os demais países da Europa. Até aquele momento, isso não era possível, pois vigorava o protecionismo hispânico que mantinha os portos da América Espanhola fechados, tanto para mercadorias quanto para quase todas as pessoas estrangeiras.

No Brasil, o mesmo acontecia desde os quinhentos, os estrangeiros mantinham relação com as colônias portuguesas pelos portos das cidades litorâneas, que recebiam produtos e escravos de fora. Além disso, a Coroa Portuguesa detinha total domínio de exploração sobre as colônias e funcionava como agente negociador da matéria prima, fruto da exploração, para os demais países da Europa.

Com o fim desse regime, os capitalistas europeus, a fim de acelerar a produção, intensificar a demanda de mercado e expandir o capital, buscavam um comércio mais direto com o estrangeiro. Em contrapartida, os colonos independentes proprietários de terras buscavam expandir o mercado consumidor e, para isso, eles tinham a necessidade de atrair os olhares europeus. Naquele período, assim como em momentos anteriores da história, a literatura de viagens constituiu um veículo importante para a criação de

conhecimentos e formas de compreensão que refletiram o projeto expansionista para a imaginação europeia.

Pratt (1999) destacou os escritos de Humboldt⁵ como fator importante na reinvenção discursiva e ideológica da América do Sul durante as primeiras décadas do século XIX. Segundo Pratt (1999) Humboldt reinventou a América do Sul, principalmente, enquanto natureza, fator que restaurou a imagem paradisíaca do continente.

Baseado nisso, num primeiro momento, a escrita de Humboldt sobre a América do Sul se definiu segundo o projeto científico, isto é, a descrição física da paisagem que definia e representava o território americano. No entanto, foi com a publicação de seus escritos não técnicos, que mesclavam os detalhes científicos com o discurso romântico do sublime, entre eles; *Imagens da natureza* (1808) e *Imagens da cordilheira e monumentos dos povos indígenas da América* (1810) e *Narração pessoal* de suas viagens – obra inacabada que teve o terceiro volume publicado em 1825 – que Humboldt conseguiu atingir o público leitor europeu e reinventar o imaginário americano.

Em suas descrições sobre a América do Sul, Humboldt retomou a ideia de natureza exótica, como fizeram os primeiros conquistadores da América e, colocou o continente como um lugar privilegiado, no qual as ‘forças ocultas’ impulsionavam a paisagem. Distante das ideias de Buffon e De Pauw que inferiorizam os aspectos da natureza americana, Humboldt estava totalmente ancorado no discurso romântico europeu, à medida que se apropriou da estética do sublime e mesclou-a ao científico (PRATT, 1999).

Segundo Pratt (1999) as observações de Humboldt, em sua maior parte, restringem-se aos aspectos da natureza primitiva, os traços da interação entre o nativo americano, os escravos, os senhores e o homem europeu são evidenciados, mas apenas quando estão a serviço dos europeus. Assim, o discurso de Humboldt, apresentava o homem americano como ‘disponível’, sem organização e história social e econômica própria.

De acordo com Pratt (1999) apesar de Humboldt não fazer longas observações sobre o homem americano, após as primeiras providências em relação aos nativos no século XVI, como a atividade missionária e a sua possível conversão e, posteriormente, a guerra e o extermínio dos mesmos, o conceito do ‘bom selvagem’ surgido no período clássico é revivido no Renascimento, com a titulação de Nobre Selvagem. Concomitantemente ao período que se designou a reinvenção da América, o motivo

⁵ Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt, mais conhecido como Alexander von Humboldt, foi um geógrafo, naturalista e explorador alemão. Entre 1799 e 1804, Humboldt viajou pela América do Sul, explorando-a e ao mesmo tempo descrevendo-a.

classicista do bom selvagem é retomado principalmente após as contribuições do filósofo Jean-Jacques Rousseau, como motivação para políticas e práticas contra o genocídio e exploração desses povos.

White (1994, p. 212) afirmou:

O uso do termo *pacificação* para designar políticas e práticas de genocídio é importante, porque significa o advento de um quarto momento na história das relações das raças no período entre a Renascença e o final do século XVIII. Esse novo momento é assinalado pela aceitação geral da ideia do Nobre Selvagem. [...] a ideia do Nobre Selvagem estava presente tanto no pensamento clássico quanto no cristão, e foi revivida durante o Renascimento, embora nunca com o entusiasmo que caracterizou seu uso durante a segunda metade do século XVIII – e principalmente depois de Rousseau.

No entanto, White (1994) apontou que o motivo do Nobre Selvagem e sua popularidade iam além da possibilidade de dignificar o selvagem do Novo Mundo, antes servia para reafirmar o conceito de nobreza que predominava na Europa. Apesar disso, o conceito foi aproveitado de forma que atribuiu um tratamento mais humano aos nativos, ocorrência que ele asseverava tratar-se de uma ideia fetichista, pois o seu verdadeiro referente estava longe de ser os ‘selvagens’.

De tal modo, o caráter fetichista do mito do ‘bom selvagem’ que estava relacionado à raça e às qualidades superiores dos nativos do Novo Mundo, a partir da Revolução Francesa é moldado conforme as necessidades ideológicas da população europeia, de modo a caracterizar o fetichismo de classe. À medida que o mito compartilhava de interesses tanto da população europeia como de filósofos que defendiam a classe dos nativos, o conceito de Nobre Selvagem obteve ampla aceitação.

Assim, esse breve percurso histórico permite inferir que, ao longo dos séculos, as representações do homem selvagem e da natureza americana manifestavam-se de forma ambivalente pelo discurso europeu, oscilando entre a imagem positiva de felicidade natural e inocente dos habitantes de clima próspero e fértil - a ‘visão do paraíso’, segundo Holanda (1996) a condenação dos costumes bárbaros de grupos situados no limiar da noção de civilização.

Também se pode observar que esses discursos obedeciam aos interesses políticos de exploração e expansão capitalista europeia. Desse modo, essas representações constituem uma fonte de informação fundamental para que se possa compreender a visão dos europeus sobre as terras descobertas, bem como ilustrar os conceitos eurocêntricos acerca do ‘outro’.

Diante disso, Mme. van Langendonck, estrangeira, antes mesmo de decidir-se por emigrar para o Brasil, possuiu um modo de vê-lo “previamente determinado por uma série de crônicas, relatos, notícias, romances, por uma sucessão de miradas estrangeiras ou não, que demarcam os contornos, tonalidades, sombreados do território brasileiro” (SUSSEKIND, 1990, p. 32).

Encantada pela visão paradisíaca retomada pelos seus contemporâneos, a expectativa pelo novo e desconhecido não deixou de permear sua trajetória. Do mesmo modo que a estética do sublime⁶ permeou o olhar do estrangeiro sobre os países da América do Sul no período Renascentista, o discurso de Mme. van Langendonck recuperaria a natureza americana como fonte de inspiração, permitindo a ela afastar-se de seu país de origem e fixar seu olhar na observação dessa paisagem.

No entanto, no seguinte capítulo, a ambiguidade presente ao longo dos séculos no discurso europeu parece circundar as avaliações que Mme. van Langendonck fazia dos costumes, da gente brasileira e até mesmo da paisagem que a atraiu, de modo que seus julgamentos sofreram oscilações durante todo o seu relato.

⁶ Faz-se necessário esclarecer que a noção de sublime aqui compreendida está relacionada à categoria estética difundida a partir de meados do século XVIII, na qual o sublime é atingido à medida que a obra consegue provocar sensações duradouras, na qual a sensibilidade se volta para aspectos extraordinários e grandiosos da natureza.

3 A POÉTICA DO OLHAR NO RELATO DE VIAGEM DE MARIE VAN LANGENDONCK

Com o olhar é diferente. Ele remete de imediato, à atividade e às virtudes do sujeito, e atesta a cada passo nesta ação a espessura da sua interioridade. Ele perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece originar-se sempre da necessidade de ‘ver de novo’ (ou ver o novo), como intento de “olhar bem”. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor [...] (CARDOSO, 1988, p. 348).

Para refletir sobre a questão do olhar em *Uma Colônia no Brasil*, considera-se pertinente esclarecer que se partiu do princípio de que o ato de viajar seja similar à atividade de olhar - como proposto pelo filósofo Merleau-Ponty e retomado por Cardoso (1988) na citação acima -, uma vez que, em uma viagem procura-se reconhecer aquilo que é diferente e, nesse exercício de ‘olhar bem’, ‘ver o novo’ e retratá-lo, acaba-se por manifestar aquilo que se é próprio, tais como, os valores, preconceitos e expectativas.

Diante disso, este capítulo distancia-se da intenção de fazer um tratado sobre o olhar, como pode sugerir a palavra poética no título; contudo, emprega-se este vocábulo a fim de evidenciar e explorar os sentidos e sentimentos que se referem às descrições de Mme. van Langendonck; ainda que a narradora tenha a pretensão de criar um texto esteticamente pensado, seu discurso é marcado pelo seu ponto de vista, seu olhar particularizado e, desse modo, subjetivo.

Como foi visto anteriormente, nos séculos XVI, XVII e XVIII, o ato de viajar era considerado uma fonte de saber, capaz de aprimorar o conhecimento existente, contribuindo para o florescimento das ciências naturais, astronomia, geografia, entre outras disciplinas. Em princípio, a experiência da viagem era limitada, principalmente, aos viajantes e cronistas do sexo masculino, uma vez que as viagens eram demasiadamente longas e ofereciam inúmeros riscos à saúde e à vida. Contudo, o progresso das técnicas de navegação e a abertura dos portos nas colônias impulsionou o aumento da presença feminina nos países da América do Sul.

Com tantos exploradores dispostos a desbravar os recantos mais desconhecidos do mundo, o Brasil se tornou uma terra bastante mirada pelos viajantes, exploradores ou não, pois, além de ser em grande parte ainda desconhecida de todos, era considerada fonte de muitas riquezas e recursos naturais, o que incitava a curiosidade e interesses das potências europeias.

Assim, o século XIX propiciou a entrada de inúmeros estrangeiros, dos quais uma pequena parcela constituía-se de mulheres instruídas, que se estabeleceram no Brasil

segundo motivações diferentes e que se dedicaram a observar e registrar os aspectos locais da sociedade brasileira.

Como uma forma de adequação social e resguardo, em sua maioria, as impressões dessas mulheres eram cultivadas em diários íntimos ou cartas trocadas com familiares e amigos, uma vez que, ao tentarem publicar suas narrativas, elas estariam transgredindo os padrões sociais e adentrando o universo masculino⁷.

A propósito do que essas viajantes escreveram, Leite (1997) afirmou que a condição feminina não figurava entre os objetivos de interesses das autoras e, que, muitas delas não refletiram sequer sob sua condição. Em sua maioria, elas tratavam de descrever as particularidades da sociedade local, explicitando as diferenças e singularidades com sua terra de origem.

Nem todas elas refletiram sempre sobre a sua própria condição, e houve até algumas que ignoraram a população feminina no Brasil. A documentação que deixaram sobre si e sobre as mulheres brancas, negras e índias encontradas não é sempre um relato manifesto, mas aparece em informações e reflexões latentes sobre questões outras, expressando diferenças e singularidades, através do estilhamento do cotidiano descrito (LEITE, 1997, p. 26).

Em meio a essas mulheres situa-se Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck e os motivos que a fizeram emigrar para o Brasil já é conhecido. Contudo, mesmo que a natureza americana tenha impulsionado sua chegada, assim como as mulheres de seu tempo, Marie fixou seu olhar na observação dos costumes brasileiros, sua organização política e social, de modo que, as descrições sobre as paisagens locais foram colocadas em segundo plano.

Quando seu livro, *Uma Colônia no Brasil*, foi publicado na Bélgica, em 1862, incluía o subtítulo *Relatos históricos*, razão pela qual se pode afirmar que a pretensão da narradora era o de participar de um gênero, ainda dominado pelos historiadores e naturalistas da época – o relato de viagem.

No entanto, “instruir, servir de mapa e manual histórico e científico” (SUSSEKIND, 1990, p. 83) não são as bases que fundamentam seu relato, pelo contrário, a narrativa apresentou um caráter muito pessoal devido às frequentes observações de cunho particular - suas preferências, suas impressões, idiossincrasias e preconceitos. Afinal, está-

⁷ Segundo França (2012), até o século XVIII, a literatura de viagem fora um gênero eminentemente masculino. A partir de meados do século XVIII, já havia relatos de mulheres viajantes, no entanto, o preconceito marcava o modo como a sociedade enxergava essas mulheres.

se lidando com o olhar de uma europeia perante uma sociedade que há pouco havia declarado sua independência e, que advinha de um sistema econômico puramente escravocrata e colonial. Com isso, as temáticas que permeiam o relato de Marie estão intrinsecamente relacionadas aos elementos que compõem a sociedade brasileira pós-independência – o colono, o indígena, o escravo, a política, à margem, a mulher.

O capítulo que inicia o relato de Marie oferece uma ideia de como era organizado o transporte de emigrantes alemães, a maneira como ela enxergava os mesmos bem como, a posição que ela ocupava no navio e na sociedade. A imigração no Sul do Brasil iniciou-se em 1824 e, e foi realizada pelo governo brasileiro; no ano de 1855, a Sociedade Montravel, Silveira & Cia, fundada no mesmo ano, fora reconhecida como empreendimento particular autorizado pelo governo imperial. A Sociedade assumia o compromisso de introduzir 1440 colonos na província, mediante um adiantamento de quinze mil réis por colono, além de um empréstimo de cinquenta e sete contos de réis. Assim, os colonos recém-chegados, poderiam dar início ao cultivo da terra na colônia no Rio Grande do Sul.

No percurso da viagem, a Langendonck (2002, p. 25) apresentou o grupo que compunha a coberta do navio, “indivíduos de todas as idades e de todos os sexos” e, deixa claro que todos haviam pago por suas passagens, portanto, todos eram “colonos livres”. No entanto, ela evidencia uma diferença e uma semelhança entre eles. A divergência é que “alguns carregavam consigo uma pequena fortuna, seja em espécie, seja em mercadorias. Outros haviam sido embarcados à custa de suas comunidades” (LANGENDONCK, 2002, p. 25), fato que lhes confere um regime alimentar distinto, pois os que possuíam algum dinheiro estavam abastecidos com suprimentos, os outros, que nada tinham, eram obrigados a comer ‘rações de bordo’ para não morrerem de fome.

A similitude encontrou-se baseada nas circunstâncias de higiene, “todos tinham em comum uma sujeira sem nome, além de costumes que ao mais indulgente teriam parecido de uma licenciosidade bastante evidente” (LANGENDONCK, 2002, p. 25).

Pode-se inferir que Marie tentou ser tolerante frente aos costumes dos viajantes alemães, mas por fim ela asseverou que nem mesmo a pessoa mais complacente poderia compreender a falta de asseio e negligência a que estavam habituados.

Interessante destacar que Marie não compartilhou do mesmo local que esses indivíduos, a disposição que ela ocupava no navio proporcionava uma ampla visão dessas pessoas, mas a distancia dessa convivência, circunstância que ela estimava, pois quando

era forçada a dividir o mesmo espaço que eles, a narradora sentia-se enojada e desconfortável.

A cabine do capitão, excessivamente pequena, estava situada no mesmo nível da cobertura. Entre as duas havia nos reservado um espaço, contendo duas camas e o lugar necessário a nossas bagagens, de maneira que estávamos perfeitamente à vontade. Nossa cabine improvisada recebia luz por dois globos de vidro, incrustados na ponte. Sós, quando o desejávamos, fazendo nossas refeições em família, inicialmente não achamos a travessia sem conforto nem sem encanto. Ai de nós! Chegamos às regiões quentes, sufocávamos na cabine, forçoso nos foi ir buscar um pouco de ar na ponte. Toda a população do Amanda lá estava permanentemente, não sabíamos onde nos enfiar. *Os alemães continuamente faziam uns aos outros o favor mútuo de catarem os vermes que os cobriam. O nojo deste espetáculo era atroz, e como o capitão deixava a popa à disposição de todos, era, pois, impossível evitá-lo*⁸ (LANGENDONCK, 2002, p. 26).

Na passagem acima, é possível notar que o capitão, a família de Mme. van Langendonck e os alemães estão dispostos no mesmo nível, o da cobertura do navio, lugar destinado aos imigrantes. Contudo, uma cabine ainda que ‘improvisada’, separada dos demais viajantes fora concedida a sua família, de modo que, Mme. van Langendonck não se encontrava acomodada nem em meio aos alemães, nem junto ao capitão, mas entre os dois – posição que lhe conferia alguns privilégios, certo grau de conforto, privacidade e a manutenção do convívio familiar.

O tratamento e disposição diferenciados de sua família remetem à sua posição na sociedade; ainda que os Langendonck tenham sido uma família belga aristocrata de poucas posses, Mme. van Langendonck sempre frequentou a corte, os meios literários e culturais, de maneira que possuía uma relativa influência entre os membros da nobreza e que esses direcionavam a ela certos privilégios como o evidenciado na passagem acima – cabine ‘improvisada’ para sua família. Nesse caso, há uma hierarquia de classes que além de separá-la do convívio com os demais viajantes igualmente apontou para o fato de que os imigrantes e Marie dividiam propósitos divergentes. Como se comprova no capítulo anterior, Mme. van Langendonck enxergou na viagem ao Brasil a oportunidade de conhecer a mata virgem que sempre desejou enquanto que os demais imigrantes são atraídos pela promessa de melhores condições de vida.

Do mesmo modo, na passagem anterior, pode-se ratificar o transtorno que era compartilhar do mesmo local que o resto dos viajantes. Se anteriormente⁹, a narradora apontou os costumes alemães como responsáveis pelo modo imundo com o qual eles

⁸ Grifo da autora.

⁹ Refere-se à primeira explanação sobre os hábitos de higiene dos viajantes alemães.

estavam habituados, na passagem anterior destacada, ela reforçou essa conduta, mas agora, despida de benevolência, Mme. van Langendonck conferiu a esse comportamento um caráter desumano, de maneira que, sua exposição animaliza-os, uma vez que faz alusão ao comportamento típico dos primatas, que tem o costume de catarem os piolhos uns nos outros. Desse modo, a passagem referida evidencia a visão que Marie possuía do outro.

A exposição de Marie a respeito da organização e disposição do navio oferece uma visão histórica de como era executado o transporte de imigrantes no período de colonização por povoamento no Brasil. No entanto, os fatos apresentados por Marie são contaminados pelos seus juízos de valor, visto que, concomitantemente à descrição dos acontecimentos, a narradora avaliou negativamente o costume dos imigrantes alemães conforme as tradições de seu país de origem. Marie considerou desumano aquilo que não é adotado como prática costumeira de seu país, assim como Montaigne (1961, p. 261) apontou no capítulo *Dos Canibais*, “cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”.

O mesmo desconforto por ela manifestado quando em presença dos alemães durante a viagem é revivido em outros momentos da narrativa. Marie é uma das pioneiras a se instalar na colônia Harmonia, entretanto, em seguida, outros colonos chegariam. Segundo Langendonck (2002, p. 55) “a chegada do primeiro transporte composto inteiramente por alemães pouco nos interessou. Foram-lhes concedidas colônias bastante afastadas da nossa para nos preservar de qualquer contato com eles”.

Nota-se que a narradora novamente dá indícios sobre certos privilégios em relação aos outros colonos, uma vez que ela foi ‘preservada’ do contato imediato com os colonos alemães. A pessoa responsável por gerenciar os futuros colonos era o próprio Conde de Montravel, que a recebera no porto na ocasião de sua chegada, acolheu-a e tentou desencorajá-la a viver em meio à mata virgem, e, pode-se inferir que, a relação próxima entre eles foi a razão desse e de outros privilégios.

No entanto, o segundo grupo se estabeleceu próximo as suas terras e, nesse caso, percebe-se a dificuldade de integração com os demais imigrantes, a gente da terceira classe ou como ela mesma afirmou a ‘escória’ recrutada a esmo pelos agenciadores. Isso é que está descrito em uma passagem deste texto em que Mme. van Langendonck critica a escolha dos colonos, ex-presidiários que estabeleceram propriedade em terras vizinhas.

[...] essas pessoas pararam à nossa porta: eram pai, a mãe e duas crianças, menino e menina. Em minha vida jamais esquecerei a instintiva repulsa que me

inspirou essa família. O homem, alto, desengonçado, tinha uma atitude inquieta, um olhar desafiador, suas expressões era grosseiras e cínicas, e suas maneiras, repugnantes. A mulher era, positivamente, a encarnação do vício. Seus grandes olhos atrevidos, sua cabeça achatada como a da víbora, seu lábio inferior pendente e descobrindo grandes dentes amarelos, uma linguagem para a qual a ousadia e a obscenidade eram visivelmente coisas naturais, denotavam bem a criatura que (como eu soube mais tarde) saía de uma penitenciária, onde ficara detida durante dois anos por cumplicidade em um infame, cometido contra uma menor em uma casa onde seu marido sustentava o vício e suas sacerdotisas. Seus dois filhos, uma menina com onze anos de idade e o menino com dez, não tinham mais nada da infância. Os germes de todos os vícios da humanidade estavam neles demasiado avançados para deixar crer na possibilidade de recolocá-los em vias honestas (LANGENDONCK, 2002, p. 55-56).

De maneira análoga ao episódio no barco, o sentimento despertado em Mme. van Langendonck era o nojo, a ‘repulsa’ por essas pessoas; em um impulso de espontaneidade, despido de qualquer decalque, Marie reproduzia a imagem grotesca que o primeiro contato com eles lhe conferia. Nota-se o preconceito que a envolvia, baseada em aspectos físicos para descrever o desprezo pelos novos vizinhos, no entanto, ao tomar conhecimento do crime que ambos cometeram, a descrição passou a ter um tom de reprovação e censura novamente baseados em seus próprios juízos de valor.

Ainda, pode-se depreender de suas observações que Marie estendeu sua aversão aos filhos desse casal uma vez que considerava improvável livrá-los dos ‘vícios’ mundanos a que estavam habituados. Assim, movida por uma visão determinista, Mme. van Langendonck acreditava que as futuras ações dessas crianças já estariam pré-determinadas pelos exemplos corrompidos de seus pais.

Durante sua viagem para o Brasil, a imundície do corpo dos alemães estava relacionada às circunstâncias e a cultura, nessa citação, ela se referia a um tipo de sujeira impregnada na alma e atitude dessas pessoas, de maneira que não haveria a mínima possibilidade de restituir-lhes a moral e os bons costumes. Simultaneamente o nojo e o medo eram despertados em Marie e aplicavam-se a todos os outros colonos ladrões, incendiários, assassinos que vieram da Alemanha. A diferença de classe e cultura, evidenciada desde a viagem e o tratamento de deferência das autoridades brasileiras e do Conde de Montravel, esclareceu o criticismo e os preconceitos em relação ao imigrante comum externados no relato de Marie.

Apesar de criticar essa leva de alemães que ela acredita ser a ‘ralé’ da Alemanha, Mme. van Langendonck não procedeu à generalização de todos os alemães, e asseverou que a perseverança e o labor eram os meios para adquirir conforto e fortuna em terras brasileiras. Para Langendonck (2002, p. 57) “muitos alemães são infatigáveis trabalhadores

a quem nada espanta, a quem pouca coisa desencoraja [...]. Consequentemente, a ordem e o trabalho dão inevitavelmente a estes um bem-estar que eles jamais tiveram em sua pátria de origem”.

Ao considerar a ordem e o labor como fontes para alcançar melhores condições de vida, Marie remetia ao imaginário europeu daquele período. Se o Antigo Regime estava fundamentado na hierarquia e no privilégio de classes, após as Revoluções Industrial e Francesa, a sociedade europeia passou a enxergar o trabalho como fim recompensador, como meio de conseguir melhores condições de vida. Assim, motivados pela crença no progresso por meio do labor, essas duas revoluções provocaram e geraram novas formas de pensamento que resultaram na formação da sociedade moderna baseada no capitalismo.

Com relação aos colonos holandeses, ela admitiu que, aqueles que ela conheceu não tiveram muita sorte e atribuiu o fracasso desses à falta de coragem moral e física. Por meio de três exemplos distintos, ela comprovou que muitos holandeses foram seduzidos pelos engodos dos agentes da colonização na Holanda, - que espalhavam folhetos proferindo que “no Brasil cada riacho possuía um leito de diamantes e de pedras semipreciosas, que aí se encontrava o ouro por toda parte [...]. Que a terra produzia sem cultura” (LANGENDONCK, 2002, p. 57-58), entretanto, ao chegarem ao solo brasileiro, os holandeses se deparavam com a precariedade da vida na colônia e os obstáculos que teriam de enfrentar.

Diante da dimensão da terra que eles teriam que desmatar para, posteriormente, cultivar o solo e o tempo que teriam que esperar para recuperar o dinheiro investido, os holandeses sentiam-se tão desenganados que muitos adoeciam e morriam de desgosto. Na seguinte passagem, Marie conversava com um deles, e fica evidente o desengano do holandês que abandonara um bom emprego em sua pátria acreditando na promessa de enriquecer rapidamente.

- Meu Deus, senhora, que fiz eu deixando a Holanda, onde tinha assegurado meu pão? Jamais, poderei, sozinho, ganhar, aqui, a vida, para minha mulher e dentro em breve, quatro filhos. [...] O infeliz explodiu em soluços: - Não verei, disse ele, nem um outro ano nem mesmo um outro mês, o engano foi grande por demais, não resistirei [...] No dia seguinte, à noite, a febre lhe causou um delírio que durou três dias; no quarto, a mulher de Sneider estava viúva (LANGENDONCK, 2002, p. 59-60).

Nesse caso, a promessa de riqueza parecia suficiente para configurar o ato migratório, contudo, o afastamento do mundo civilizado, em um lote em área recém-

demarcada, sem estradas, e diante de práticas agrícolas rudimentares serviram para desencorajar o viajante. Em contrapartida, diante das mesmas circunstâncias a família de Mme. van Langendonck assumiu sua nova identidade, de imigrante trabalhador e, não se deixa abater por essas dificuldades, pois acreditavam que a persistência e o trabalho lhes proporcionariam a estabilidade financeira que procuravam.

A família de Marie era a terceira que chegava para se instalar nas terras concedidas pela Sociedade Montravel, e assim que surgiu uma oportunidade, ela tratou de tomar conhecimento sobre as técnicas agrícolas usadas para cultivar o solo. O procedimento consistia, inicialmente, na derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação. A coivara, nome dado a esta técnica agrícola, consiste na rotação de culturas, dessa forma, a plantação deveria ser intercalada com o arroz, o milho e o feijão por cerca de três anos. A família de Marie teve inevitavelmente que se adaptar a esse processo, uma vez que essa situação envolvia a regressão aos padrões culturais inferiores - pois na Europa o método utilizado para o preparo do solo havia há muito superado a técnica indígena. A coivara era utilizada principalmente em agricultura de subsistência, por pequenos proprietários de terra ou em áreas de plantio comunal e acarretava o rápido esgotamento do solo.

Segundo a Langendonck (2002, p. 53):

A falta quase total de vias de comunicação obrigava a destruição, pelo fogo, da madeira cortada. Os troncos que não se conseguia queimar ficavam apodrecendo ao ar livre, o que não impedia que plantássemos em volta. No entanto, que imenso rendimento não dariam essas belas madeiras, enviadas à Europa, para a marcenaria e a construção.

Pode-se notar que além do solo, toda a madeira da derrubada das árvores também era queimada, circunstância que ela recriminava. Contudo, suas explanações não reconhecem os efeitos maléficos da derrubada de árvores, principalmente das matas ciliares; ela avaliava esse processo conforme as perdas financeiras, uma vez que ela considerava um desperdício não utilizar essa madeira na confecção de móveis, na construção civil, ou como produto de exportação. Suas observações almejavam um fim prático e lucrativo conduzido por noções de reaproveitamento de materiais, uma visão marcadamente europeia que reconhecia as limitações da natureza, diferentemente dos povos americanos acostumados com a natureza exuberante.

Novamente, os episódios relatados por Mme. van Langendonck permitiram ter uma visão histórica do Brasil no período pós-independência, de modo a evidenciar a destruição

das matas ciliares decorrente da adoção da coivara como técnica agrícola no mesmo período; além disso, as ponderações da viajante proporcionaram uma visão política e econômica recorrente no pensamento europeu, sobretudo, na visão masculina, marcada por noções de economia e agricultura que, quando comparados aos brasileiros, instigavam o senso crítico da narradora. Assim, em alguns casos suas apreciações revelavam-se a partir de um olhar europeu masculinizado sobre a economia, agricultura e política, em outros suas recomendações advinham de sua forte identidade religiosa, extraídas da simplicidade da vida na colônia, no contato diário com a natureza e os habitantes locais.

As dificuldades relacionadas à colonização se estendiam à falta de atendimento médico na colônia. São inúmeros os casos relatados por Marie de pessoas que morreram antes de conseguirem se consultar, seja pelo planejamento precário e falta de recursos que afetaram as colônias oficiais (administradas pelo Estado) e particulares, seja pela distância que os doentes deveriam percorrer para serem atendidos; esses fatores acarretaram um alto índice de mortalidade principalmente entre crianças e mulheres.

De acordo com Marie:

“A sociedade pagava um médico, que, todas as quartas-feiras, durante duas horas, os colonos podiam ir consultar no rancho da administração. Aqueles que a doença retinha em suas casas se curavam sozinhos ou morriam sem que ninguém se inquietasse com isso” (LANGENDONCK, 2002, p. 62).

Em uma ocasião, a precariedade do atendimento médico na colônia a dispôs diante de uma circunstância que até então não havia presenciado, Mme. van Langendonck deparou-se com os costumes e crenças indígenas e se surpreendeu com o que viu. Em um de seus passeios à casa de uma vizinha, enquanto tomava chá mate - bebida a qual Marie deixa claro ter se habituado – ela presenciou a aproximação de um holandês caminhando com dificuldade e, que trazia em seus braços um menino de três anos e outro mais velho que ele procurava manter próximo. O pobre homem mostrou as hérnias que afligiam seus filhos, e acrescentou que precisava ir ao rancho ver o médico. A vizinha contestou que era inútil procurar por um médico e os convidou a retornar no domingo, pois ela mesma os curaria. No dia marcado, movida, de um lado, pela curiosidade, de outro pela descrença, a estrangeira voltou à casa da vizinha para testemunhar o acontecimento. O estrangeiro e o viajante carregavam consigo ambiguidades, experiências que no contato com o outro, que lhe é desconhecido, buscavam relatar aquilo que lhe é diferente, de tal modo no seu intuito de compreender, no seu desejo de ‘olhar bem’, Marie relatou aquilo que assistiu:

Quando chegaram perto da figueira, a Senhora Maximiliano aplicou a planta do pé descalço de uma das duas crianças contra a árvore, traçou com a ponta de uma faca o contorno do pé na casaca da árvore; recolocou o mesmo pé (aquele do lado em que se encontrava a hérnia) transversalmente sobre esta primeira marca e traçou um segundo contorno que cruzava o primeiro. Fez a mesma operação com o pé da outra criança. Então, destacou a casaca, que se achava entre o traçado dos quatro contornos e fechou em um pequeno saco de tecido trazido com este objetivo [...]. Confesso que minha confiança no sucesso da operação não era muito profunda (LANGENDONCK, 2002, p. 64).

A descrição minuciosa, a elucidação dos detalhes do ritual vistos pela primeira vez causou-lhe estranhamento e despontou na incredulidade da estrangeira acerca dos meios utilizados pela vizinha com o propósito de curar a hérnia dos dois garotos. A mesma descrença também se apropriava do pai dos meninos, no entanto, o desespero dele era tamanho que mesmo não reconhecendo a prática medicinal da Senhora Maximiliano, compactuou com o intento. Após o ritual, o pai “voltou da floresta inteiramente perplexo e evidentemente foi embora menos convencido do sucesso do que na sua primeira visita” (LANGENDONCK, 2002, p. 65).

Como se observou no capítulo anterior, a história natural teve seu apogeu no século XVIII com as teorias de Buffon e De Pauw fundamentadas na observação e descrição dos espécimes animais da América em relação aos da Europa. Contudo, em fins do século XVIII e início do século XIX, as transformações no pensamento europeu que vão desembocar nas Revoluções Industrial e Francesa também intervieram no pensamento científico, de maneira que ao invés de utilizar o método científico baseado na observação e descrição, os estudiosos passaram a valorizar a prática empírica, ou seja, a busca de evidências e experiências que comprovaram uma dada questão. Assim, pode-se confirmar a partir da passagem citada que a atitude incrédula dos estrangeiros estivesse enraizada no pensamento cientificista europeu do século XIX, uma vez que os métodos adotados pela vizinha não são reconhecidos cientificamente pela sua eficácia.

Certamente, o primeiro contato com uma cultura tão diferente cujos benefícios lhe eram desconhecidos originavam a dúvida que assombrava os dois estrangeiros, Marie e o pai das crianças. Contudo, um pouco mais adiante, já tendo evidenciado o sucesso de outros fatos semelhantes ao ritual anterior, o contato cultural convergiu para códigos simbólicos semelhantes e o estranhamento diminuiu, diluiu-se. Os acontecimentos que abarcavam a cura pelo uso de plantas ou rituais característicos aos quais Marie não estava familiarizada acabavam reconhecidos por sua capacidade medicinal, mas ainda são vistos

como estranhos sob o ponto de vista cientificista, como ficou evidenciado nas falas de Mme. van Langendonck a seguir:

Estas curas são incríveis, impossíveis mesmo do ponto de vista da ciência. No entanto, elas são verdadeiras, e não são os únicos feitos inexplicáveis da Senhora Maximiliano. Por causa disso, sua cólera era temida, pois se estava persuadido de que o doente que ela se recusasse a tratar morreria (LANGENDONCK, 2002, p. 66).

Senhora Maximiliano, Senhora Nunez ou Máxima são os nomes usados por Mme. van Langendonck ao se referir à mesma pessoa: a matriarca de uma família indígena vizinha, com a qual manteve relações muito próximas. Marie a definiu como uma mulher ‘singular’ única segundo seu ponto de vista, uma vez que, possui qualidades exigidas a uma mulher de seu tempo, tais como, a generosidade, a compassividade e a vontade de ajudar as pessoas, seja por meio de seus ‘feitos inexplicáveis’ como os rituais de cura ou por meio de prendas e favores destinados à própria narradora como meio de poupá-la de alguns afazeres domésticos. A Senhora Maximiliano assim como suas noras aparecia na vida cotidiana confinada à dimensão doméstica, visto que esse era o espaço limitado para a condição feminina no mundo colonial e agrário, no entanto, quando os homens afastavam-se para trabalhar, as mulheres assumiam as tarefas masculinas e ficavam responsáveis pelo bom desenvolvimento da colônia.

Segundo Bernardino (2001) as mulheres se restringiam as obrigações e cuidados com a casa, suas habilidades deviam se limitar ao âmbito doméstico. Era também exigido delas um comportamento comedido, delicado, afável e passivo. Porém, a Senhora Maximiliano transgredia em algumas circunstâncias esses valores, principalmente quando provocada pelo ciúme que possuía do marido, quando isso ocorria, ela passava a ser temida pelos que a rodeavam.

A Senhora Nunez era uma mulher singular: boa, generosa, compassiva, excessivamente prestimosa em seu estado normal, todas as suas qualidades desapareciam quando a sombra de uma suspeita sobre a fidelidade conjugal despertava nela. Então, de feia que era, ela se tornava medonha, sua cólera era excessiva. Todo argumento para acalmá-la era inútil; somente a violência das cenas que esgotavam suas forças a tornava razoável (LANGENDONCK, 2002, p. 61).

Diante da passagem acima, pode-se observar como se delineia a personalidade da Senhora Nunez, bem como, a maneira que ela era vista aos olhos de Marie. Nota-se que ao

satisfazer as premissas do comportamento exigido pelas mulheres de seu tempo, a personagem havia passado por um processo de aculturação no qual absorveu aspectos e valores da cultura europeia, que são bem ponderados pela narradora. Apesar disso, à medida que Máxima é induzida pelo ciúme e transgredia esses valores, de modo a adotar uma conduta contrária, revelada pela exaltação e agressividade, as ponderações de Marie adquiriam um tom de censura, demonstrado pela intensificação da feiura da personagem.

Assim, seu temperamento afável e comedido quando em conformidade com os valores da viajante, se transformava em violento e aterrorizante, de modo que suas feições e atitudes adquiriam um aspecto negativo e horripilante, quando não condiziam com os mesmos valores.

Igualmente, pode-se observar em outras passagens de *Uma Colônia no Brasil* que o indígena havia absorvido a cultura do branco em diferentes aspectos. Ainda, ao se referir a vizinha, Marie apontou que a Senhora Nunez não compreendia a fundo a religião católica, mas que cultivava adoração pela Santa Virgem que Marie conservava em sua casa, pois Máxima e sua nora, sempre que a visitavam, levavam velas de cera confeccionadas por elas para acender em nome da Virgem, faziam questão de beijá-la e deixavam, sem que ela tomasse conhecimento, um donativo.

Após descobrir o cofrinho cheio de moedas de ouro e prata e compreender o quanto a vizinha cobiçava e idolatrava a imagem, Mme. van Langendonck permitiu que a Senhora Nunez tomasse posse da Madona. No dia seguinte, em visita à família Maximiliano, Marie observou a disposição da Virgem na casa.

[...] lá a Virgem estava sobre um altar paramentado com todos os farrapos de cores vistosas que se havia podido reunir e cercado de verde. Duas velas de cera ardiam ali constantemente. A senhora Nunez dizia que jamais a mãe de Deus recusava coisa alguma a quem conservasse uma lamparina acesa sobre seu altar. Ela havia com cuidado enrolado, em um pedaço de tela, um papel onde estava escrito que o padre N..., padre da Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo, proibira a doença de entrar na casa de Maximiliano Nunez. Ela não conhecia o indivíduo que por doze francos, lhe vendera esta proteção contra a cólera (LANGENDONCK, 2002, p. 67-68).

Dessa maneira, permaneciam lado a lado, os dois objetos de veneração de sua vizinha, os quais ela depositava tamanha confiança, que a fazia acreditar na eficácia de suas práticas milagrosas e na proteção contra todos os males. A credence da vizinha e o culto à Virgem eram avaliados com estima por Marie, uma vez que provava a boa fé que permeava a família, já que ela ponderava que essas atitudes estavam fundamentadas na

crença católica. Conforme explicou Souza (1986), o cristianismo é assimilado conforme as necessidades e regras de determinadas populações, sendo a utilização de imagens e crucifixos absorvidos e indispensáveis nos rituais das populações indígenas e negras no Brasil.

Como foi visto anteriormente, o processo de evangelização dos índios se interligou as necessidades dos interesses mercantis e políticos europeus no Brasil, como base ideológica da conquista e colonização das novas terras; as consequências desse processo foram o acultramento dessas populações e o esforço de disciplinar, de acordo com os preceitos cristãos portugueses. Assim, em muitos aspectos pode-se observar a adaptação ou absorção completa da cultura de origem europeia pelos nativos brasileiros, sendo o culto à Virgem e sua idolatria exemplos da concretização desse processo.

A partir do século XIX, os portos brasileiros tornam-se acessíveis à entrada de navios franceses, ingleses, norte-americanos, alemães e outros, processo que acarretou mudanças também para o cristianismo no Brasil. Esse deixou de ser unicamente lusitano e sofreu impactos da romanização, e igualmente deixou de ser a única religião no país, pois o protestantismo entrou com os primeiros viajantes estrangeiros. O catolicismo era a religião praticada por Mme. van Langendonck, em diferentes momentos nota-se o tom devoto que permeava suas observações e críticas, de maneira que chegava a questionar o número de protestantes na colônia:

Quando as terras da colônia foram concedidas ao Conde de Montravel, este se comprometeu verbalmente com o Imperador do Brasil a cedê-las apenas a famílias católicas. Esta cláusula jamais foi observada. O número de católicos era infinitamente inferior ao de protestantes. O administrador da colônia, ele mesmo protestante, só concedia aos católicos aquilo que não lhes podia recusar (LANGENDONCK, 2002, p. 74).

Observa-se que há, a preocupação de cultivar o catolicismo como principal religião na colônia, contudo, essa preocupação se baseava exclusivamente em um contrato verbal que não foi cumprido, uma vez que o administrador era protestante. Igualmente, a Igreja Católica Romana passava por um momento em que tanto seu conservadorismo como sua hegemonia era questionado, uma vez que, sob o ponto de vista político, o uso e abuso do padroado enfraqueceram sua independência.

É perceptível que Mme. van Langendonck se decepcionava com o número superior de protestantes na colônia, esses obtinham mais benefícios que os católicos, que apenas de tempos em tempos recebiam a visita dos padres.

Dessa maneira, devido ao grande número de colonos protestantes, pode-se afirmar que a identidade católica de Marie fortaleceu sua afeição pela família Maximiliano que, apesar de não praticar o catolicismo, incorporou a religião dos primeiros colonos portugueses às suas crenças.

A celebração de São João também evidenciava o quão estavam penetrados os valores católicos na família Maximiliano, ‘verdadeiros peles-vermelhas’, definição empregada por Marie.

Como já foi visto no período que corresponde à colonização do Brasil, os portugueses tentaram inculcar nos índios e posteriormente nos negros o catolicismo como religião, bem como costumes e valores da cultura europeia, sendo a celebração de São João uma delas. Sua origem remonta às celebrações pagãs, anteriores ao Cristianismo, realizadas no Hemisfério Norte no dia vinte e quatro de junho, data em que se comemorava a grande fertilidade da terra e as boas colheitas que estariam por vir. Com a expansão do Império Romano e a consequente disseminação do Cristianismo, as celebrações pagãs foram revestidas pelo manto da Igreja Católica, tornando-se uma festa em homenagem a São João Batista, primo de Jesus Cristo, nascido a 24 de junho.

Mme. van Langendonck afirmou que o convite para a festa de São João havia sido feito antecipadamente, todavia quando o dia se aproximou, ela não se lembrou da celebração. Quando já estava se preparando para dormir, Maneco – irmão do Senhor Maximiliano - chegou à sua casa a mando de Máxima para buscá-la. Diante da recusa de Marie, ele asseverou, e disse que esperaria no dia seguinte, mas que não voltaria sem ela, uma vez que, prometeu levá-la. A insistência de Maneco e a possibilidade de privá-lo de participar da festa da qual tanto se havia falado, fizeram com que Marie cedesse às vontades dele.

À medida que Marie comentava as circunstâncias da chegada de Maneco, ela delineou os traços do indígena, que até então ela não havia explanado. De acordo com Marie, ele andava descalço por entre as matas - característica já evidenciada em outros viajantes - envolto em um poncho para se proteger do frio e com estatura mediana como ficou evidenciado na seguinte passagem: “Maneco, esse três quartos de selvagem” (LANGENDONCK, 2002, p. 69).

Após um longo caminho que separava a casa de Mme. van Langendonck da casa da família indígena, tendo enfrentado a mata virgem em plena escuridão e atravessado rios

com a água nos joelhos, Marie finalmente chegou à festa de São João e foi recebida pela Senhora Nunez com todo o carinho e prestimosidade.

A Senhora Nunez previra o estado lastimável em que eu chegaria. Diante de um fogo enorme me esperava um bloco de madeira onde ela me sentou. Pôs-se no chão à minha frente, tirou os meus sapatos, banhou meus pés com água morna, depois me trouxe meias secas e um par de belos tamancos que confeccionara em minha intenção. Os tamancos são solas de madeira com gáspeas em couro ou tecido de lã, embelezados com bordados ou fitas de seda (LANGENDONCK, 2002, p. 70).

O presente confeccionado especialmente para Mme. van Langendonck demonstrou a preocupação de todos em atender as suas necessidades, assim como também evidenciou que as mulheres da família conheciam o adorno usado pelas mulheres europeias, mesmo que não fizessem uso dos mesmos.

Embora vivendo de modo modesto como colona, a posição de classe da estrangeira não deixou de permear sua trajetória, segundo Pratt (1999, p. 273), “[...] estas mulheres viajantes ocupam um mundo de servos e servidão onde seus privilégios de classe e de raça são pressupostos, onde refeições, banhos, cobertores e luminárias surgem do nada”.

Assim, a passagem acima evidencia a Senhora Maximiliano e, conseqüentemente, toda sua família em termos de *disponibilité*¹⁰, uma vez que Marie – retrato do colono europeu - era tratada com ares de superioridade e a ela era despendida toda a atenção da família, com a finalidade de fazê-la se sentir bem e confortável. Mais do que uma questão referente à hospitalidade dos vizinhos, quando os Maximiliano assumiram esta postura, diversas vezes no decorrer do relato sem hesitar e, Marie sem questionar, recebeu com naturalidade o tratamento privilegiado que lhe foi conferido entre os demais, pode-se entender que ela assumiu essa posição de classe – referente à superioridade de sua raça e valores - assim como a posição do colonizador diante do colonizado, conforme abordado anteriormente.

Segundo o relato de Marie:

“Na família dos Nunez, o São João era celebrado tal como em vários vilarejos da França. Preparava-se sobre uma elevação uma fogueira imensa; por volta das dez horas da

¹⁰O termo francês *disponibilité* foi empregado a fim de evidenciar a aceitação do colonizado frente aos privilégios de classe do europeu e, assume espontaneamente os papéis que o colonizador pretende que assumam (PRATT, 1999, p. 281).

noite, ateava-se fogo a ela, e a noite se passava em divertimentos” (LANGENDONCK, 2002, p. 68).

A presença da fogueira é comum em todas as Festas de São João europeias, como ficou evidenciado na observação de Marie. Uma lenda católica afirma que o antigo costume de acender fogueiras no início do verão europeu tinha suas raízes em um acordo feito pelas primas Maria e Isabel. Para avisar Maria sobre o nascimento de São João Batista e assim obter seu auxílio após o parto, Isabel teria de acender uma fogueira sobre um monte. No Brasil, além dessa simbologia, como a festa é realizada no inverno, sendo junho um mês frio e chuvoso, a fogueira serve para aquecer e unir as pessoas ao seu redor.

Do mesmo modo, o contato intercultural entre o indígena e o europeu propiciou ao nativo o desenvolvimento da noção de propriedade individual. Assim, a família indígena apresentada em *Uma Colônia no Brasil* distancia-se da imagem do índio difundida pelos primeiros europeus que aqui chegaram e, é construída a partir de noções de progresso, próprias da visão de mundo europeu. A família Maximiliano era composta por oito pessoas e havia adquirido duas colônias por conta própria – ou seja, sem o empréstimo da Sociedade Montravel ou do governo – que cultivava perfeitamente.

A Sociedade Montravel empregava o Senhor Maximiliano Nunez, patriarca da família, que ao lado de seus dois irmãos e os dois filhos de sua esposa, eram os responsáveis pelo traçado de estradas e abertura de caminhos que separavam uma colônia da outra, pois a demarcação prévia dos lotes e aberturas de vias de comunicação, muitas vezes, não precedeu os imigrantes.

Desse modo, a família indígena ou as próprias famílias da colônia foram as que forneceram mão de obra necessária para a realização desses serviços, o que acarretou a ausência dos homens adultos, por longos períodos, nas atividades agrícolas em muitas unidades familiares, aumentando a carga de trabalho de mulheres e crianças. Ao mesmo tempo, a família Maximiliano também mantinha outras fontes de renda, o aluguel de cavalos e uma mula para o transporte do milho ou idas à loja, a confecção de canoas a partir de troncos de árvores e a construção de cabanas, as duas últimas ações eram muito bem pagas.

Em linhas gerais, a visão que se tem da família indígena descrita por Mme. van Langendonck não compreende o imaginário europeu da imagem de bom selvagem do

século XVI, retomada na noção de nobre selvagem¹¹ após a luta contra os nativos, nem ressaltava uma possível selvageria desses povos. Os integrantes dessa família eram evidenciados como totalmente adaptados à cultura do colonizador, uma vez que não apareciam vinculados a uma tribo, mas sim à estrutura familiar de base colonial e patriarcal, na qual os homens eram evidenciados como possuidores de terras e trabalhadores árduos, sendo os responsáveis pela manutenção e sustento da família; as mulheres eram responsáveis pelos afazeres domésticos, sendo descritas como prestativas e disponíveis.

Ainda que se tenha absorvido parte dos valores da cultura europeia, essa família manteve particularidades de sua cultura de origem - o conhecimento de plantas e ervas medicinais, a confecção de jangadas a partir dos troncos de árvores, o modo de se vestir e em alguns casos, o comportamento intempestivo das mulheres. Assim, a família era o reflexo da transposição para o Novo Mundo de padrões de comportamento europeus adaptados e incorporados à cultura do nativo brasileiro. Conforme se pode inferir da seguinte passagem:

A cultura que se desenvolve no novo solo tornava-se, portanto, surpreendentemente semelhante e diferente da cultura original: era complicada, por vezes, pelas relações que fossem estabelecidas com uma raça nativa e, ainda mais, pela imigração de outros locais que não fossem a fonte original (ELIOT, 1965, p. 64 apud BOSI, 1995, p. 30).

Durante todo o relato não é informado sobre outras famílias indígenas com que Marie manteve contato, exceto por uma ou outra circunstância à parte, em que permanecia a imagem do nativo em termos de *disponibilité*. As descrições de Marie se limitavam aos aspectos de moradia, trabalho e religião de um grupo específico, fato que não permite ter uma ampla visão de como eram organizadas as tribos indígenas naquele período. No que concerne às descrições sobre o nativo, França (2012) assegurou que com o decorrer dos séculos pode-se observar que o apagamento do indígena das narrativas de viagem sobre o Brasil, acompanhou o afastamento do mesmo de cidades litorâneas.

Adentrando o século XVIII, as notas sobre os nativos, tão pródigas outrora, vão se tornando ainda mais esporádicas e curtas. Froger no limiar do século XVII, registra que algumas casas portuguesas mantinham uns poucos deles, devidamente domesticados, trabalhando como escravos, mas não se habilita a descrevê-los. Em narrativas do século XVIII, a tônica é a de que mal era possível

¹¹ Lembra-se que as noções de bom selvagem e nobre selvagem foram desenvolvidas no capítulo anterior.

vê-los nas cidades litorâneas brasileiras ou em seus arredores (FRANÇA, 2012, p. 254).

Desse modo, pode-se notar que a falta de contato com o nativo se estendia no século XIX mesmo à colônia do interior do Rio Grande do Sul, já que o relato de Marie se limitava aos poucos testemunhos acerca de sua convivência com os indígenas. Logo que se iniciou o processo de apagamento do nativo brasileiro dos relatos de viagem, outro personagem começou a surgir: o escravo negro.

Em *Uma Colônia no Brasil*, as observações de Mme. van Langendonck se direcionavam sobre questões diversas, em sua maioria, relacionadas à vida cotidiana; na posição de imigrante estrangeira, os aspectos da cultura brasileira não passavam despercebidos, e o regime de escravidão no país é evidenciado, sobretudo, no capítulo em que Marie ainda está a caminho da colônia Harmonia. Por causa do mau estado das estradas, que com a chuva estavam impossíveis de transpor, Marie precisou aguardar alguns dias até que o sol retornasse e ela pudesse seguir viagem. Esse pequeno incidente permitiu que Marie testemunhasse como era a relação entre senhores e escravos, como se pode observar nas linhas que seguem:

Em suma, a escravidão, tal como a vi no Brasil, pareceu-me menos funesta aos negros do que prejudicial à raça branca. Quaisquer que sejam as causas, o fato é que os maus instintos inerentes à natureza do negro deixam nele bem pouco espaço para os sentimentos de probidade, de pudor e de moral. No entanto, é no meio dessas criaturas que os brasileiros deixam seus filhos chegarem à idade da razão: essas crianças são educadas com os negrinhos e brincam com eles, que para algumas coisas, nunca são crianças (LANGENDONCK, 2002, p. 41).

Mme. van Langendonck não forneceu uma longa exposição sobre o assunto, contudo, sintetizou suas impressões segundo juízos de valor eurocêntricos, assim, a perspectiva adotada por ela era sempre em comparação com a sua cultura de origem. Na passagem acima, pode-se evidenciar que Marie recriminava a familiaridade com que os escravos eram tratados pelos brasileiros, pois ela acreditava que os negros possuíam uma tendência natural para a perversidade e a improbidade, de modo que o contato próximo com seus senhores poderia prejudicar a obediência e submissão dos mesmos.

Assim, pode-se inferir, que Mme. van Langendonck assumiu sua posição de aristocrata de pequenas posses e deixou transpor a noção, incorporada ao imaginário europeu durante séculos, de que a condição de escravo era atribuída ao negro e que esse era dotado de ‘maus instintos’ que lhe asseguravam sua posição.

Além disso, a teoria aristotélica do escravo natural usada desde o começo para justificar as práticas violentas supostamente necessárias para a pacificação dos índios no Novo Mundo, também foi usada para justificar a servidão das populações negras africanas em países europeus e posteriormente, no Novo Mundo.

Marie possuía forte identidade católica que ela deixou transparecer por meio de suas observações e críticas, como ficou comprovado anteriormente.

Dessa maneira, se pode vincular o tom preconceituoso de sua declaração - que acreditava que o negro já nascia com um impulso ruim e inferior - à explicação católica de Gênesis 9:20-27, que retrata a maldição de Cam, filho de Noé.

Segundo essa interpretação, a maldição de Cam foi usada para justificar o racismo e a escravidão do negro africano, que acreditava ser descendente de Cam, a cor era o sinal da maldição. Essa interpretação aliada à tese aristotélica do escravo natural circulou entre as metrópoles e foi empregada como forma de justificar e garantir a escravidão dos africanos nas colônias durante os séculos XVI, XVII e XVIII, conforme apontou Bosi (1992, p. 258):

A referência à sina de Cam circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islã. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua punição como o evento fundador de uma situação imutável.

Interessante destacar que Mme. van Langendonck havia manifestado sua indignação contra a prática da escravidão antes de emigrar para o Brasil, conforme ela mesma afirmou sua “simpatia pelo povo negro era profunda, [...] censurava os brancos, com confiança, e certamente não foi sem combate que renunciei a minhas convicções” (LANGENDONCK, 2002, p. 42).

Contudo, já na posição de imigrante e estrangeira, ao conviver com a realidade da escravidão, Marie deixou transparecer sua intolerância racial, ou seja, os mesmos preconceitos que permeavam os escravocratas e demonstrou que suas ideias estavam enraizadas em juízos de valor eurocêtricos, que circulavam em meio à religião, política e economia dos países europeus.

Em suas observações sobre as escravas negras, Marie apontou que elas eram ensinadas desde muito novas a realizar todos os trabalhos manuais – costurar, bordar,

lavar, passar e cozinhar –, atributos que faziam delas criadas perfeitas, prontas para servir seus senhores, tornando-se indispensáveis.

É a esta opinião, a de que servir é a condição exclusiva do escravo, que se deve a repugnância das moças do povo pelos trabalhos domésticos, e mesmo por qualquer trabalho. Elas não pretendem ser confundidas com negras, preferindo pedir à prostituição os meios de subsistência. Além disso, mesmo estando à escravidão abolida, mais de uma geração passará antes que o trabalho seja uma honra entre as moças do povo nas cidades do Brasil (LANGENDONCK, 2002, p. 42).

Se por um lado os brasileiros permitem a mistura de crianças negras e brancas até a maior idade, por outro as moças recusavam o trabalho para evitar qualquer aproximação com as tarefas conferidas às escravas, optando, em caso de necessidade financeira, pelos infortúnios da prostituição. Pode-se notar que a visão da mulher europeia, representada por Mme. van Langendonck, habituada ao trabalho entra em choque com as práticas decorrentes do regime colonial, que embora limitasse a mulher branca ao ambiente doméstico, via de regra, essas mulheres desempenhavam o papel de supervisoras das escravas nas atividades que se desenvolviam no lar.

Ainda que a prática mercantil pós-colonial se honrasse com o nome de liberal e o tráfico de escravos estivesse proibido desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de novembro de 1831, a força de trabalho no país continuava sendo escravocrata.

Bosi (1995, p. 198) afirmou: “dai resulta a conjunção peculiar ao sistema econômico-político brasileiro, durante a primeira metade do século XIX: liberalismo mais escravismo”. E assim também prevaleceu o modo de pensar das brasileiras, mesmo a escravidão abolida, somente o tempo seria capaz de modificar a mentalidade das mulheres com relação ao valor do trabalho.

Apesar de não possuir o perfil de colona ideal, especificado na legislação migratória brasileira que privilegiou lavradores e artífices, isto é, gente do meio rural europeu, Marie mostrou-se sempre muito disposta ao árduo trabalho que demandava a vida rudimentar na colônia. Atraída pela visão romântica de um mundo virgem expressada pela recusa em ficar em uma localidade mais próxima da civilização, este afastamento a colocou em um local quase intransitável e cercado pelas matas virgens que tanto desejou.

Para ela, a liberdade e a felicidade tanto almejadas pelos homens de todos os tempos sustentavam-se na maneira singela com que o indivíduo conduzia seus dias. Como ela mesma assegurava, “deixar uma tal existência teria sido uma loucura”

(LANGENDONCK, 2002, p. 54), no entanto, a modéstia de seus bens e o caráter humilde que regia sua vida na colônia, fizeram-na perceber que a posseção de muitos bens era insignificante se comparado à beleza das paisagens de que era testemunha todos os dias, uma vez que ela acreditava estar mais próxima da magnificência de Deus.

A seguir nota-se o tom de satisfação que permeava Marie quando essa descrevia as belas e remotas paisagens que cercavam sua cabana:

Evidentemente, se esta medalha não tivesse seu reverso, deixar uma tal existência teria sido absurdo ou loucura. A felicidade prometida aos eleitos não podia ir além da nossa. A magnificência de Deus nos cercava, nós O adorávamos em suas obras, nós O possuíamos nelas. A liberdade, este sonho ilusório do velho mundo, nós a tínhamos em sua mais completa expressão, e as necessidades materiais eram tão poucas que quase não chegavam a nos preocupar (LANGENDONCK, 2002, p. 54).

Apesar de sentir-se realizada e adaptada ao seu novo modo de vida, que exigia muito esforço, mas que era mínimo se comparado à beleza do lugar, com o tempo a colônia passou a receber muitos imigrantes e com isso, a caça começou a ficar escassa, dificultando a alimentação da população, “as jacutingas, espécie de faisão, inicialmente muito abundantes, tinham-se tornado muito raras” (LANGENDONCK, 2002, p. 75).

Ao mesmo tempo, o árduo trabalho da exploração agrícola, a falta de mercado e o distanciamento do mundo civilizado passaram a exigir mais gastos com o transporte das colheitas, tornando o ganho dos colonos quase nulo, caso que levou os filhos de Marie a procurarem outros meios de subsistência, afastando-os cada vez mais da colônia Harmonia.

Quando meus filhos começaram seu aprendizado de agrimensores, com frequência fiquei só durante várias semanas. Quantas noites passei então em mortais ansiedades! Quantas vezes, escutando esses gritos que não provinham nem da voz humana nem da animal, imaginei que havia visto a última luz do sol (LANGENDONCK, 2002, p. 79).

Diante disso, Mme. van Langendonck expôs o medo que passou a aterrorizá-la quando seus filhos eram forçados a viajar devido suas novas ocupações. Naquele episódio ela se referiu aos ruídos que vinham da floresta e que persistiram por algumas noites, em consequência dos gritos assustadores, Marie ponderava que os invasores poderiam ser indígenas ainda em seu estado selvagem. Essas criaturas eram temidas por todos os habitantes das colônias nascentes, pois se acreditavam que por onde eles passassem a morte era coisa certa para homens e crianças, quanto às mulheres, essas eram aprisionadas.

O conhecimento da prática dos bugres – como eram nomeados pelos nativos da região – não é gerado a partir do testemunho de Mme. van Langendonck, mas dos testemunhos de ‘outrem’. De tal modo, as informações descritas por Marie foram baseadas nas experiências dos habitantes daquele lugar e transmitidas até que chegasse aos ouvidos da estrangeira.

No entanto, ao ponderar acerca dos fatos, “esses selvagens não tem armas de fogo e não estão vestidos; os que haviam sido vistos pela Senhora Maximiliano traziam fuzis e não estavam nus” (LANGENDONCK, 2002, p. 78), Mme. van Langendonck procedeu à narração com certa astúcia e assim, apropriou-se de outra narrativa local para apontar por meio de sua própria hipótese os possíveis agentes causadores do conflito que haviam se estabelecido próximo à colônia Harmonia:

Contava-se que os negros fugitivos possuíam um abrigo conhecido apenas por eles, cercado por enormes montanhas rochosas que nenhum outro além dos iniciados podia transpor. Presumia-se que eles possuíam terras cultivadas e dali só saíam para obter roupas, pólvora e chumbo. Parece que o medo de serem recapturados os torna ferozes, que as precauções que lhes inspira este temor frequentemente se traduzem por assassínios. A pilhagem é o único meio de obter o que lhes falta, e consequentemente as habitações isoladas têm tudo a temer de sua visita (LANGENDONCK, 2002, p. 79).

Em busca de explicações para uma série de eventos estranhos, Marie novamente recorreu à fonte que recorrem todos os autores e confiando nas histórias locais, apropriou-se dos testemunhos da população, e os incorporou em seu relato. Na citação acima, nota-se que Marie aludiu à existência de locais que serviam de refúgio para escravos, os chamados quilombos¹². Estabelecidos em meio à mata para evitarem uma recaptura, os negros fugidos viviam da economia de subsistência, mas quando necessitavam de roupas ou armamentos usados para sua defesa, eles cometiam violentos roubos de modo que os habitantes das colônias temiam o encontro com eles.

A incidência de outras passagens carregadas de mistério e em alguns casos, de perigo, correspondeu ao afastamento de seus filhos da colônia. Nesse momento da narrativa, a estrangeira passou a descrever algumas ‘aventuras’ que sobrevinham com o cair da noite, e que parecia fortalecer a solidão com que passou a conduzir seus dias.

¹²O significado original da palavra quilombo remete a um lugar de repouso utilizado pelas populações nômades. No Brasil, a palavra ganhou um novo significado e passou a designar uma comunidade de escravos fugitivos que viviam principalmente da economia de subsistência.

Uma noite, mexeram em tudo no galpão que me servia de cozinha: eu escutava movimentos de idas e vindas, mas não se falava. Resolvida a me defender se alguém penetrasse em minha choupana, levantei-me e, me armando com uma grande faca, preparei-me para rechaçar bravamente qualquer agressão, de qualquer parte e de qualquer natureza (LANGENDONCK, 2002, p. 79).

Como uma forma de destacar o papel da mulher no contexto colonial, o relato de Mme. van Langendonck apontou a fragilidade da mulher naquela situação pioneira. Além do excesso de trabalho acarretado pelo afastamento de seus cônjuges e filhos, as mulheres acabavam sendo responsáveis por sua própria segurança, de modo que, impelidas a serem corajosas, estavam sempre dispostas a passar por alguns riscos e combater o perigo. Assim, Mme. van Langendonck não se deixou abater pelos novos possíveis invasores e mesmo que não os confrontasse, ela se preparava ao menos para lutar. Apesar disso, a situação não era tão grave como ela imaginava e, mais tarde descobriu-se que seus ladrões temidos e indesejados eram os macacos.

Em outra ocasião, Mme. van Langendonck foi acordada por sua hóspede, uma jovem alemã, que afirmava escutar passos do lado de fora da cabana. Como as duas estavam sozinhas, temendo pelo pior, Marie tomou coragem e preparou-se para se defender, como ela afirmou:

“De início partilhei do medo de minha companheira, mas alarmada com o estado que eu via esta pobre moça, senti que me era necessária coragem para dois, [...] saltei da cama, peguei o fuzil pelo cano para me defender com a coronha, pois não sabia atirar” (LANGENDONCK, 2002, p. 82).

No entanto, tanto o medo quanto a coragem foram desnecessários, pois, não se tratava de um perigo real, na ocasião, os estranhos passos eram de Tigre – grande cão de caça já conhecido da família.

Com a chegada do verão, outras desventuras perturbariam os dias e noites de Marie – o encontro com serpentes e aranhas caranguejeiras gigantes e venenosas. Num mesmo dia, ela relatou três diferentes episódios em que esteve a ponto de ser picada por cobras; essas ocorrências a levavam a examinar minuciosamente cada espaço de sua cabana antes de dormir, mas isso não impedia que o caso se repetisse:

Via de regra, leio na cama até tarde, a noite já ia alta quando apaguei minha lâmpada. Horror: puxando para mim os cobertores, minha mão direita sentiu um contato frio e pegajoso, não pude duvidar de que o frio da noite havia feito uma serpente, que procurava o calor, se insinuar em minha cama. Afastei os cobertores com os pés e com o dorso da mão lancei com força meu terrível hóspede ao chão. Ouvi-o que caía, mas não o vi. *Não ousei sair da cama para*

*reacender a lâmpada e até o dia seguinte permaneci atormentada por terríveis angústias. Esta noite foi uma das mais tristes que passei na floresta*¹³ (LANGENDONCK, 2002, p. 84).

Na passagem destacada acima, é perceptível o quanto a narradora estava impressionada e horrorizada com os incidentes daquele dia. Embora ela tentasse se precaver, o número de serpentes superava o esperado, a ponto de Marie, uma mulher sexagenária e sozinha, não conseguir deter os contratemplos que a condição lhe impunha.

Pode-se depreender que, episódios como esses sobrevieram durante todo o período em que Mme. van Langendonck permaneceu na colônia, contudo, nota-se que a descrição dos mesmos principiou quando a narradora estava praticamente morando sozinha, pois na presença de seus filhos, ela acabava sendo poupada de lidar com estas terríveis criaturas e, assim não se dedicava a relatar esses incidentes.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a recorrência de situações ameaçadoras e o constante medo que a aterrorizava sobreviviam quando Marie encontrava-se totalmente suscetível ao ambiente selvagem, além disso, a solidão transcorria sua existência e o ambiente doméstico, sentimento que funcionou como elemento intensificador de seus anseios.

Pratt (1999) ao observar relatos de viagem de autoras estrangeiras do século XIX, atentou para o fato de que o mundo do interior das casas funcionava como o lugar onde estava situada a subjetividade feminina, uma vez que estão imersas e sozinhas, nesses locais, as mulheres conseguiam acessar seus sentimentos mais obscuros. Com o cair da noite, e reclusa em casa, Marie deparou-se com a sensação de angústia e tristeza que o isolamento lhe causava, em contrapartida com o raiar do dia, ela pareceu recuperar o fôlego para continuar sua nova vida em um novo país – pode-se dizer que, ela estava diante de um novo aprendizado, o da solidão.

Durante cada uma dessas noites de alarmes, eu concebia o projeto de me instalar seja perto dos escritórios da Sociedade seja em casa da Senhora Maximiliano, que se oferecia a mandar construir para mim uma cabana. Mas, quando chegava o dia, esquecia meu medo, sentia-me tão feliz por poder dispor livremente de mim mesma, no seio desta admirável natureza, que não podia me decidir a renunciar a isto (LANGENDONCK, 2002, p. 84).

Sob a constante ambiguidade de seus sentimentos que, pareciam obedecer à alternância entre o dia e a noite, Mme. van Langendonck conduziu o que parecia ser seus

¹³ Grifo da autora.

últimos meses na colônia. Durante o dia, prevalecia a realização e a satisfação de poder presenciar aquilo que ela acreditava ser a manifestação de Deus na terra; assim como para Wordsworth¹⁴, para a estrangeira, “a Natureza, na qual buscou a confirmação da origem divina, da inocência primeira [...], representou um ideal de simplicidade dos sentimentos associados à vida rural” (NUNES, 2011, p. 65), contudo, essa mesma natureza tornava-se agressiva e noturna, lembrando-a da distância e da separação de seus filhos.

Desse modo, após dois anos vividos em meio à mata virgem da paisagem do Rio Grande do Sul, e tendo enfrentado diversas situações perigosas, como o encontro com as onças (que ela chamava de tigres), o ataque de bugios, inúmeras cobras durante o verão, aranhas caranguejeiras gigantes e venenosas, não eram somente esses os fatos que a faziam perder o desejo de viver na colônia; outros fatores culminavam para a decisão de voltar ao seu país de origem.

Como se pode observar anteriormente, Marie não se adaptou muito bem à escolha de colonos alemães trazidos pela Sociedade Montravel, reputados como a ‘ralé’ da Alemanha; a ausência de médicos, a alta taxa de mortalidade, o afastamento do mundo civilizado, num lote localizado em área recém-demarcada, sem estradas, e diante de práticas agrícolas rudimentares fizeram com que seus filhos “desgostosos com a exploração das terras, cujo produto era nulo, pela falta de mercado fácil” (LANGENDONCK, 2002, p. 100) resolvessem abandonar definitivamente a colônia.

Assim, mesmo que Mme. van Langendonck ainda preservasse a admiração pela natureza intocada brasileira, inspirada no romantismo, isso não foi suficiente para sustentar sua nova identidade. A imagem de paraíso terrestre foi sendo desconstruída, à medida que a narradora apresentava uma vida pioneira pouco atraente e fez uma avaliação negativa do processo de colonização.

Decidida a retornar ao seu país de origem para não mais voltar ao Brasil, Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck sofreu o desenraizamento da terra estrangeira a que tanto se afeiçoou.

Estranha coisa o coração humano! Esperava com impaciência o momento de deixar a floresta, e apenas vinte e quatro horas depois de abandoná-la, já sentia falta dela. Eu me perguntava como podia me afastar de tantas coisas belas. Os bosques da Europa, atravessados por estradas retas e cômodas e por aristocráticas avenidas, cujas árvores podadas e talhadas dão a impressão de uma paisagem pintada, são tão pequenos, tão mesquinhos, se comparadas com essa

¹⁴Poeta romântico que, ao lado de Taylor Coleridge, ajudou a lançar o romantismo na literatura inglesa por meio da publicação conjunta, em 1798, do livro *The Lyrical Ballads*.

natureza tal como saiu das mãos do criador, que mesmo hoje, que três mil léguas me separam desta, vem-me desejos loucos de atravessar o oceano. Mas o fato é que as florestas virgens primeiro nos atraem e em seguida nos prendem, da mesma forma que a ausência faz esquecer os defeitos de um objeto amado, para deixar apenas a lembrança das qualidades que no-lo tornavam caro. O mesmo acontece com as grandes florestas do Brasil: aqueles que as habitaram gostariam de revê-las, mesmo à custa de algum perigo ou privação. Seu pensamento se reporta sempre para essas florestas onde as grandes árvores parecem formar uma única família, unidas que são por inumeráveis lianas, cujas graciosas guirlandas, no tempo de sua floração, dão à floresta um ar de contínua festa (LANGENDONCK, 2002, p. 105).

A ambiguidade de seus sentimentos ainda prevalecia; o que lhe foi familiar, ou seja, as paisagens de seu país de origem, já lhe são estranhas; as florestas nativas do Brasil são comparadas a perda de um objeto estimado, de maneira que estimulava o desejo de retorno, apesar de todas as experiências em solo brasileiro. O distanciamento alterava a percepção de Mme. van Langendonck, a surpresa em relação aos seus sentimentos levava-a a aprender algo mais profundo, que “a pátria do coração está onde está a família, lá onde estão aqueles que lhe são caros” (LANGENDONCK, 2002, p. 121).

4 RELATO DE VIAGEM, AUTOBIOGRAFIA E AUTORIA FEMININA

Corajosa e decidida, renunciou à vida confortável e suntuosa dos salões europeus, trocando-a pelo labor duríssimo da colonização. Assim, em 1857 veio para o Brasil, aqui permanecendo por dois anos, deixando notável escrito de sua aventura no país tropical, no livro que publicou em Antuérpia, em 1862, intitulado *Une colonie au Brésil*, no qual relata muitos e interessantes episódios que assinalaram sua primeira estada neste País. Sugestiva a descrição de suas experiências, resultantes de espírito bem informado e qualificado por conhecimentos que lhe situam a individualidade de poetisa e escritora, conceituação que, em essência e de fato, enaltece o Brasil e sua gente (LANGENDONCK, 1990, p. 11-12).

Para dar início a este capítulo, elegeu-se a passagem acima que compõe o prefácio do livro *Uma Colônia no Brasil*, edição de 1990 e que ressalta as características tanto morais quanto profissionais de Mme. van Langendonck, atributos que a qualificam como mulher e escritora, uma vez que se buscará refletir sobre o lugar ocupado por Marie enquanto mulher e, sobretudo, frente à escrita. Este capítulo propõe uma discussão acerca da autoria feminina, do relato de viagem e da escrita autobiográfica, de modo a evidenciar como se constrói o relato da viajante no âmbito social e político do século XIX.

Conforme informações do bisneto de Marie no Brasil, Dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck - que integrou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e prefaciou a primeira tradução brasileira em 1990 - a viajante era filha de Carolus Rutgeerts e de Maria Philomene Josephine de Linée Rutgeerts, nascida a sete de outubro de 1798 em Antuérpia, na Bélgica. Aos 29 anos, no dia 18 de abril de 1827, casou-se na mesma cidade com Jean Remi Felicien Philippe van Langendonck e a partir daquele momento, passou a carregar o nome do cônjuge, intitulando-se Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck.

Fruto da união matrimonial, Mme. van Langendonck concebeu cinco filhos, sendo duas meninas - uma com o nome da mãe, Marie van Langendonck que se casou na Bélgica e ficou residindo na Europa e a outra, Hélène van Langendonck que nunca se casou - além delas, três meninos, Léon Joseph van Langendonck, filho mais velho, emigrou juntamente com sua mãe para o Brasil maravilhado com as campanhas colonialistas e a promessa de enriquecimento em curto prazo; tempos depois, casou-se no país com uma mulher de descendência europeia; Edouard Adolphe Marie van Langendonck, que já veio casado com uma mulher também com descendência e Hippolyte Renaud Marie van Langendonck que assim como os demais, casou-se com uma mulher com descendência. É preciso lembrar

que o privilégio de adquirir um bom casamento era uma espécie de garantia de continuidade da família e, ao mesmo tempo, aumento de bens. Assim, com exceção de Hélène, todos os filhos da viajante conseguiram bons casamentos de modo que, os que permaneceram no Brasil, deixaram descendentes.

A família ‘van Langendonck’ provém de uma das sete famílias mais antigas da Bélgica¹⁵, com direito do patriciado, ou seja, uma família da aristocracia/nobreza. Além da origem nobre, Jean Remi van Langendonck ocupou um cargo oficial - Régiment de Guide - e exerceu a função de diretor do Hospital Militar de Charleroi; dados que nos permitem comprovar que se tratava de uma figura ilustre, uma vez que, naquele período os ofícios militares e de grande prestígio eram destinados exclusivamente às pessoas com descendência nobre. Ainda, pode-se depreender que o nome da família e a consequente posição privilegiada decorrente deste título permitiram que Marie frequentasse os melhores ambientes na Bélgica, como também em outros países, visto como sua posição social lhe conferia grandes benefícios; mesmo no Brasil, em uma situação econômica pouco lisonjeira, a viajante estabeleceu relações próximas com pessoas distintas, tais como; o Conde de Montravel, proprietário da colônia em que se instalou; o vice-cônsul da França em Porto Alegre, Senhor Barão D’Ornano; o cônsul geral da França, Senhor Taunay e o próprio imperador Dom Pedro II com quem Marie manteve correspondência por mais de uma década mesmo após sua partida do Brasil – relações confirmadas por meio da leitura de seu relato e das cartas endereçadas ao imperador Dom Pedro II, anexadas à segunda tradução brasileira, da Editora Mulheres em parceria com a EDUNISC.

Além da corte, Marie frequentava os meios literários e culturais, convivendo com os melhores escritores da época, destacando-se como poetisa e escritora de renome, com algumas obras publicadas. Em seu livro *Aubepinés*, editado em Bruxelas em 1841, ela dedicou várias poesias aos seus contemporâneos Dumortier, Victor Hugo, Verhaeren, Lamartine, Jean-Baptiste Rousseau, Antonio Wiert, entre outros (LANGENDONCK, 1990).

Em *Heures poétiques*, publicado em Malines no ano de 1846, Marie deixou transparecer sua formação católica e publica exclusivamente poesias de cunho religioso¹⁶, como fica evidenciado por Tácito Remi de Macedo van Langendonck na seguinte passagem:

¹⁵ Texto extraído do prefácio de Tácito Remi de Macedo van Langendonck em Langendonck (1990, p. 11).

¹⁶ Marie possuía forte identidade católica que ela deixa transparecer ao longo de seu relato.

Mais tarde, em Malines, em 1846, publicou outro livro, *Heures Poétiques*, com poesias de profunda inspiração religiosa, compostas pela facilidade que a memorização de prece adquire quando vertida para o verso e pela circunstância de não existir na época, livros de horas, em rima, dos grandes poetas franceses do século passado, conforme diz a Autora e de cuja lavra destacava-se ‘Oração da manhã’, ‘Santa Missa’, ‘Deus’, ‘Na dor’, ‘Oração aos mortos’, ‘A Paixão de Nosso Senhor’, ‘Uma Hora com Deus’ e ‘Meditação do Cristão’. Não se limitou Marie Barbe a tênues citações da divindade, mas fiel ao seu sentimento e à sua formação religiosa, entregou-se plenamente a estas influências benfazejas, compondo os poemas com inspiração cristã, poemas que nos tocam a alma de crentes e nos embalam com a doçura, suavidade e elevação de seus versos (LANGENDONCK, 1990, p. 11).

Diante do exposto, pode-se comprovar o domínio de Marie no que se refere à escrita, uma vez que em seus poemas, o eu lírico, ao trabalhar as emoções, conseguia recriar situações comoventes, que ‘tocam a alma’ do leitor, promovendo uma espécie de purificação ou clarificação das paixões, a catarse¹⁷.

É possível notar as características que a fizeram se estabelecer como escritora de poesias, visto que, na tentativa de proporcionar alguma novidade ao *Heures Poétiques*, Mme. van Langendonck buscou na tradição clássica a autoridade para escrever. Ao buscar essa autoridade nos ‘grandes poetas franceses do passado’, Mme. van Langendonck recuperou a *imitatio* - princípio aristotélico recorrente no século XVII - elemento que funcionaria nos textos da viajante como uma espécie de licença poética.

Como foi demonstrado no capítulo anterior, Mme. van Langendonck possuía traços românticos, embora, do ponto de vista formal, ela não houvesse abandonado o modelo clássico. Essa ocorrência evidenciou que a dicotomia clássico/romântico, acionada frequentemente por pesquisadores e historiadores, não devem levar a uma oposição radical entre os termos, nem evidenciar uma ruptura total entre os dois movimentos, visto que as diferentes orientações se combinam em diferentes artistas.

Mme. van Langendonck não rompeu totalmente com as convenções clássicas, de maneira que, no plano da expressão, ela procurou introduzir uma nova forma de olhar sob esses escritos, de modo a perceber o objeto conforme sua percepção e, dessa maneira, criar algo original, como ela mesma alegou na citação acima.

¹⁷ Propriedade da obra literária, o conceito de catarse é uma das grandes contribuições do filósofo Aristóteles, na obra *Poética* e que mais tarde, fora retomado por outros teóricos como Freud e Robert H. Jauss. Para Aristóteles, toda obra de arte instala no observador as mesmas emoções que expõe. Ao fazer isso, o observador vive essas emoções e, quando elas chegam a um fim na obra de arte, o observador sente-se igualmente aliviado.

Ainda que ela apenas introduzisse as rimas como novidade, a metrificação oferecida por ela instaurou esse caráter inovador que facilitou a memorização da prece.

Assim, ela abrangia a tradição clássica segundo um novo conceito de expressão e, dessa maneira, ela conseguiu expor uma forma particular de apreender o mesmo objeto.

Com isso, Mme. van Langendonck buscou licença poética na obra *A Arte Poética* do crítico e poeta francês, Nicolas Boileau-Despréaux, a fim de adentrar o gênero de viagens.

Em *Uma Colônia no Brasil*, antes de iniciar seu relato, Mme. van Langendonck retomou a tradição clássica como se pode notar no trecho de Boileau-Despréaux (1979):

Un auteur à genoux, dans une humble préface,
Au lecteur qu'il ennuie a beau demander grâce;
Il ne gagnera rien sur ce juge irrité
Qui lui fait son procès de pleine autorité¹⁸ (BOILEAU-DESPRÉAUX, 1979
apud LANGENDONCK, 2002, p. 23).

As mulheres, em virtude da rigidez do mercado editorial do século XIX - marcado, sobretudo, pelo preconceito em relação às publicações femininas - ao tentarem adentrar um gênero considerado 'sério', respeitado unicamente pelas publicações masculinas, como é caso do relato de viagem, utilizavam o prólogo de suas obras como meio de conseguir a anuência dos críticos e leitores. Trata-se de um recurso comum na literatura de autoria feminina daquele período e funciona como uma espécie de *captatio benevolentiae*¹⁹, na qual a escritora tenta ganhar a simpatia do leitor, interpelando-o no sentido de receber louvor e solidariedade para a causa que está a ser defendida. Ao mesmo tempo, ao empregar tal recurso e eleger a passagem de Boileau-Despréaux (1979), pode-se inferir que, enquanto poeta, a tradição clássica estava presente na estrutura dos poemas escritos por Mme. van Langendonck.

Esse breve percurso biográfico da viajante, permite observar que Mme. van Langendonck ocupava lugares sociais bem definidos e que não se excluem; ao mesmo tempo em que cumpre os papéis de esposa e mãe, Marie desempenhava com autoridade a atividade da escrita.

¹⁸ Epígrafe de *Uma colônia no Brasil*. Tradução desta autora: Um autor de joelhos em um humilde prefácio,/ao leitor que ele entedia lhe faz bem pedir uma graça;/ele não ganhará nada deste juiz irritado/que o julga com grande autoridade.

¹⁹ Expressão da retórica latina que significa literalmente 'conquista da benevolência' - muito difundida em todas as literaturas românicas, presente na estrutura formal da *ars dictaminis*, isto é, a arte de compor cartas - funciona como um procedimento que busca a disposição favorável do leitor para o que há de seguir.

Desse modo, Marie satisfaz os valores morais exigidos pela sociedade da época, uma vez que possui além de um bom casamento, filhos e uma conduta que obedece aos ditames sociais e religiosos daquele momento histórico e, igualmente, conseguia autoridade para ingressar no mercado editorial e registrar sua engenhosidade, ainda que sutil, de maneira a destacar-se como escritora de poesias, sendo reconhecida pela publicação e divulgação de seus livros.

Sabe-se que após a morte do marido, Mme. van Langendonck com mais de 60 anos de idade emigra para o Brasil em um navio de emigrantes alemães, em 1857. Como se ratificou no capítulo *A atração pelo desconhecido e a visão da América na obra de Marie*, a crise econômica europeia afetou toda a população, os altos preços dos produtos e tributos fortaleceram o interesse dos europeus em adquirir fortuna por meio dos recursos naturais provenientes das terras americanas, de tal modo, a expansão capitalista e neocolonialista europeia somada ao processo de independência política de vários países latino-americanos propiciou a entrada de colonos europeus em diferentes partes do Brasil.

Contudo, ratificou-se que o interesse de Marie pelo país ia além da possibilidade de enriquecer-se, de modo que ela enxergava a emigração como a oportunidade de conhecer a mata virgem que tanto desejou. Assim, ainda que respaldada pelos desígnios colonizadores, o que a trouxe no Brasil foi um motivo pessoal, intenso a ponto de fazer uma sexagenária enfrentar os infortúnios de uma travessia a navio que levava aproximadamente três meses com o propósito de satisfazer uma vontade antiga.

Atraída pela exuberância natural do sul do Brasil, onde ocuparia terras anunciadas pela propaganda colonialista divulgada na Europa, Madame van Langendonck veio ao Brasil transgredindo a conduta e os limites ideais daquele momento histórico: a casa, a família, e a sua terra natal (MOTTA, 2008, p. 65).

Apesar da crise econômica e financeira e da falta de um marido que pudesse prover os meios de subsistência familiar, pode-se inferir que Mme. van Langendonck desfrutava de algum prestígio decorrente de sua descendência e de sua atividade como escritora, de maneira que ela poderia obter meios para atravessar a crise econômica mesmo que com certas privações e, assim, gozar de uma velhice tranquila no seio de sua pátria, contando com o apoio dos filhos que ali residiam.

No entanto, quando Mme. van Langendonck renunciou ao estilo de vida europeu e optou pela emigração, de certo modo, ela contrariou o que se esperava de uma viúva com sessenta anos de idade.

Ainda que em meio à grande expansão econômica na Europa, as mulheres constituíssem a mão de obra ao lado dos homens, e, que de alguma forma, elas houvessem adquirido certa independência em relação a eles, as atividades domésticas e, comumente consideradas femininas, como costurar, bordar e cozinhar, continuavam a ser responsabilidade das mulheres. Com mais rigor, conforme os valores da sociedade, as sexagenárias deveriam dedicar-se exclusivamente a manutenção do ambiente familiar, de modo que qualquer situação que não contemplasse tais valores era considerada inapropriada ou transgressora.

Ademais, o ato migratório exigia muita disposição física e psicológica, de modo que as pessoas com idade avançada estariam mais propensas às enfermidades e eventualidades da travessia entre continentes.

Logo, ao considerar os valores enraizados no cerne da cultura europeia referente ao comportamento feminino pactuou-se com a ponderação feita por Motta (2008) que enxergava a atitude de Marie como transgressora.

Por outro lado, Leite (1997, p. 29) asseverou no texto *Mulheres viajantes do século XIX* que, “as viúvas sempre tiveram maior autonomia legal e efetiva que as mulheres solteiras e casadas”.

Assim, pode-se compreender que a viuvez de Mme. van Langendonck tenha funcionado como um fator determinante e impulsionador para que ela pudesse fazer aquilo que desejava, de modo a infringir algumas regras sociais referentes ao comportamento feminino, uma vez que na ausência de um marido, ela podia dispor de maior autonomia para tomar suas próprias decisões.

Embora gozasse de maior autonomia moral e intelectual que as mulheres solteiras e casadas, Mme. van Langendonck é condigna de certo grau de liberdade, uma vez que vigiada pela presença dos filhos que viajaram com ela, o que corroborava na necessidade de proteção e provimentos masculinos sobre a mulher. Mesmo que, até o momento de sua viagem, Mme. van Langendonck tenha consentido com todos os deveres e obrigações de mãe e esposa, ponderou-se que ela pudesse ser vista sob o parâmetro de uma mulher transgressora, e se considerou o fato dela ter ignorado os possíveis contratempos de uma longa viagem e ter tomado uma atitude distante da esperada e exigida para uma mulher de sua idade, ainda que, o fato de ser viúva e viajar na presença dos filhos seja entendido como pretexto socialmente aprovado para obter a aceitação das pessoas. A esse respeito, Leite (1997) avaliou as atitudes de mulheres viajantes que deixaram suas casas e país:

Evidentemente, estas foram muito diferentes uma das outras, com algumas características comuns, referentes à condição feminina. De uma forma ou de outras todas tinham transgredido algumas das convenções tradicionais referentes à mulher – os deveres para com a família (ascendentes e descendentes), a ausência da casa e da cidade, expondo-se aos perigos de uma travessia transatlântica (no caso das que vieram para o Brasil) e, quando registraram a viagem, a exposição pública (LEITE, 1997 apud LANGSDORFF, 2000, p. 11).

Conforme assinalou Leite (1997) mesmo que cada caso tenha suas próprias especificidades, de alguma maneira, as mulheres viajantes podem ser consideradas transgressoras uma vez que infringiram em algum momento o comportamento que se esperava e exigia delas.

Interessante destacar que não se tem a pretensão de colocar essas mulheres e, principalmente, Mme. van Langendonck como heroínas, de virtudes e sentimentos excepcionais; a pretensão é mostrar as dificuldades enfrentadas por Marie em um momento em que, ser mulher e, sobretudo escritora, dependia de convenções masculinas, que restringiam os espaços públicos ocupados por elas.

Diante disso, na ocasião em que essas mulheres se expressavam publicamente, por meio da publicação de suas viagens, seus trabalhos quando não desqualificados eram alocados em gêneros considerados ‘femininos’ e de menor prestígio.

A seguinte na passagem as condições sociais da produção literária em meados de século XIX.

As qualidades consideradas masculinas necessárias para se afastar da família, da cidade e se expor em público, precisavam ser disfarçadas ou referidas a motivos socialmente aprovados, para obterem a aceitação social e, às vezes, para a própria publicação de seus livros. Muitas vezes escondem-se sob pseudônimos, ou assinam o nome do marido, concedendo-lhe autoria para serem aceitas na esfera masculina de autores de questões consideradas ‘sérias’. A correspondência com a família ou o diário são as formas mais comuns dos livros das viajantes, correspondendo também a uma adequação social de sua ‘exposição’ a leitores e a um resguardo e mediação da família para essas aventuras, no mundo dos homens (LEITE, 1997, p. 27).

Como foi visto, nos oitocentos, uma mulher deveria ter boas maneiras, decoro, respeitar os valores morais e obediência aos ditames sociais e religiosos, tudo o que escapasse desse comportamento era relativo ao papel do homem na sociedade.

Uma viagem transatlântica e o distanciamento da casa ou da pátria deveriam ser justificados por motivos aprovados pela sociedade, assim, a maior parte das mulheres que empreendeu esse tipo de viagem desempenhava o papel de acompanhante do marido; sem

necessariamente pretensão própria, colaboravam com seus cônjuges, na maioria, cientistas, diplomatas, oficiais ou comerciantes.

Mesmo assim, na primeira metade do século XIX, o número de mulheres viajantes era inexpressivo, sobretudo, às que publicaram suas narrativas. Pode-se inferir que as publicações de viagens de autoria feminina eram quase imperceptíveis devido a grande distância que o universo feminino tinha do domínio da escrita e da leitura, fatores que contribuíram para a manutenção da condição subordinada da mulher na sociedade.

Como uma forma de adequação social, algumas mulheres publicaram em parceria com os seus maridos, em outros casos, preferiram utilizar pseudônimos masculinos a fim de participar de um gênero 'sério', ainda dominado pelos historiadores e naturalistas da época, o relato de viagens. Com a dificuldade enfrentada pelas mulheres, a maior parte delas publicou diários ou cartas, considerados pelo mercado editorial como gêneros intimistas e, portanto, de domínio feminino; como se a entrada delas no mercado editorial apenas fosse permitida por meio de publicações à margem das masculinas; assim como seu papel na sociedade oitocentista, onde ficava reclusa em um ambiente delimitado pela atuação dos homens.

No caso de Marie, pode-se afirmar que sua viagem justificava-se pela necessidade financeira e, que de certo modo, a viajante aproveitou a oportunidade para realizar uma vontade antiga.

No período em que esteve no Brasil, Mme. van Langendonck conheceu a realidade brasileira, que podia ser definida pelo colonialismo e do poder do patriarcado. Como se conhece, após dois anos vividos em meio à mata virgem da paisagem do Rio Grande do Sul, e tendo enfrentado diversas situações perigosas, Marie abandonou a floresta e decidiu voltar à Bélgica, em 1859.

Apenas três anos mais tarde, Mme. van Langendonck decidiu publicar um relato, de sua autoria, sobre os anos dessa experiência, intitulado *Une colonie au Brésil*. Na ocasião de sua publicação na Bélgica, em 1862, a autora incluiu o subtítulo *récits historiques* (relatos históricos), razão pela qual se pode afirmar que ela buscava inserir-se em um gênero ainda dominado pela excelência masculina²⁰.

²⁰Segundo Motta (2008, p. 64-65): nomes como Auguste de Saint-Hilaire (1820-1821), Daniel Parish Kidder (1837-1840), Maximiliano Beschoren (1875-1887), Nicolau Dreys (1839), Aldomar A. Rückert (1827-1931), Joseph Hörmeyer (1850), Arsene Isabelle (1833-1834), A. Baguet (século XIX), entre muitos outros de uma grande lista, são constantemente lembrados e estudados com seus registros sobre o sul do país.

Diante disso, a vontade de Marie de ocupar um lugar até então marcado pela presença e autoridade do homem, uma vez que a literatura de viagens fora um gênero eminentemente masculino, evidencia que a simples presença das mulheres nesse gênero já constitui um elemento de transgressão.

Aliás, torna-se conveniente lembrar-se que a experiência da viagem e, conseqüentemente, do relato é limitada às mulheres dado ao fato de que a própria experiência da mulher era restringida pelos limites sociais impostos a ela.

Desde meados do século XVIII, já havia alguns relatos de mulheres viajantes, contudo, evidenciou-se anteriormente, o preconceito imperava o modo como a sociedade enxergava essas mulheres e, sobretudo, a recepção de seus escritos.

Em 1978, a pesquisadora Miriam Lifchitz Moreira Leite iniciou seus trabalhos de análise de documentos sobre a literatura de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante o século XIX.

Esse trabalho revelou uma lista de dezessete mulheres estrangeiras que se dedicaram a escrever suas impressões sobre o Brasil. Inicialmente, em 1980, Miriam publicou um artigo sobre cinco dessas mulheres que estiveram, especificamente, no Rio de Janeiro. Em 1989, ela publicou outro texto no qual englobou as dezessete viajantes, são elas: Rose de Freycinet (1817-1820); Maria Graham (1821-1823); Langlet.Dufresnoy (1837-1852); Baronesa de Langsdorf (1843); Ida Pfeiffer (1858); Isabel Burton (1865); Elizabeth C. Agassiz (1865-1866); B. Virginie-Leontine (1872); A. Toussant-Samson (1852); Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendock (1862)²¹; Carmen O. Gelabert (1872); Ina von Binzer (1881-1882); Annie Brassey (1878); Marguerite Dickins (1893); Therese da Baviera (1888); Marie R. Wright (1900) e Alice R Humprey (1900).

Contudo, foi a publicação de *Livros de Viagens* (1803-1900), uma coletânea dos textos resultantes de sua pesquisa, que redimensionou o interesse por essas autoras que contribuíram para compreender a história brasileira contada sob o olhar feminino e a história das mulheres, à medida que fornecia material para “o cruzamento de critérios de gênero, pelos de classe, estado civil, idade, religião e origem, no processo de criação e publicação dos textos” (LEITE, 1997, p. 26).

No capítulo anterior, Leite (1997) evidenciou que essas viajantes não se limitavam a escrever exclusivamente sobre sua condição, característica que é comprovada por meio

²¹ Os nomes das viajantes são seguidos da data de estadia no Brasil, segundo Leite (1997). No entanto, no caso da viajante Marie van Langendonck a data que segue seu nome não corresponde ao período que esteve no Brasil, mas a data de publicação de seu livro.

da leitura do livro *Uma Colônia no Brasil*. Além disso, a pesquisadora acrescentou que, em sua maioria, o meio mais utilizado por essas viajantes eram as cartas trocadas com a família ou o diário íntimo. Não obstante, a pesquisadora Lúcia Castello Branco, conhecida por dedicar-se aos estudos de autoria feminina, no texto *Notas sobre uma memória feminina* (1989), também explicitou a preferência pelos diários, cartas, memórias e autobiografias e, acrescentou que essa preferência é uma propriedade da escrita feminina e não somente de mulheres-viajantes.

Michelle Perrot, outra pesquisadora que se dedicou aos estudos de autoria feminina, também apresenta no texto *Práticas da memória feminina*, considerações similares às elucidadas por Leite (1997) e Castello Branco (1989) quanto ao modo de registro das mulheres e conferiu a preferência pelos gêneros intimistas ao espaço privado ocupado por elas.

[...] os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória. Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente [...], é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram delegadas por convenção e posição (PERROT, 1989, p. 15).

Em diversos estudos sobre a autoria feminina, principalmente os que realizaram um estudo comparativo entre os escritos de autoria feminina e os de autoria masculina, é comum se escutar que a descrição das mulheres é bem mais minuciosa e crítica ao que se refere ao ambiente doméstico, à convivência entre homens e mulheres, quanto ao cotidiano e às aspirações das famílias de determinado período.

O fato é que as mulheres sempre tiveram maior acesso ao interior das casas e à intimidade das famílias uma vez que, de acordo com os critérios da época, mulheres de caráter moral distintos deveriam manter-se afastadas dos homens, casados ou desacompanhados; com efeito, esse distanciamento dos homens do ambiente doméstico e a familiaridade das mulheres com esse espaço, permitiu que elas descrevessem o cotidiano das famílias com maior riqueza de detalhes.

Além disso, a prática dos diários entre as meninas está ligada a um condicionamento histórico.

Segundo Lejeune (2008, p. 258):

“No século 19, na França, [...], as meninas eram sistematicamente estimuladas a manterem um diário, muitas vezes inspecionado pelos educadores. Ainda hoje, damos a

elas, [...] caderninhos com cadeados, o que raramente fazemos com os meninos”, todavia desde o fim do século XVIII, o diário estava a serviço das pessoas.

Desse modo, sendo o diário íntimo, as cartas e as autobiografias as formas mais utilizadas pelas mulheres na ‘escrita de si’, segue-se para a apreciação do texto de Mme. van Langendonck visando explicar a questão do gênero e, ao mesmo tempo, evidenciar como se manifestava a escrita de Marie.

Quando o livro *Uma Colônia no Brasil* foi publicado na Bélgica incluía o subtítulo *Relatos históricos*, no entanto, por possuir inúmeras observações de cunho particular, fato que o distanciava dos relatos daquele período, que em sua maioria, assemelhavam-se a tratados científicos e geográficos, esse acabou sendo considerado um diário²² íntimo pelo mercado editorial, sendo reeditado como tal no Brasil e na Bélgica.

No entanto, à medida que as pesquisas foram feitas, as particularidades do diário íntimo, da escrita autobiográfica e do relato de viagem, se deparou com algumas questões de natureza teórica que instigaram o interesse em esclarecer a questão do gênero no texto de Mme. van Langendonck, uma vez que, pode-se notar que não há a predominância de um gênero específico, mas uma combinação dos gêneros empregados na ‘escrita de si’.

Para isso, utilizaram-se, principalmente, as teorias propostas por Blanchot e Lejeune acerca dos diários, cartas e autobiografias. Além delas, outros textos foram consultados e incorporados na leitura.

Na França existe um grande debate em torno do diário e, de forma geral, estende-se a escrita autobiográfica. Entre esses debates, podem-se encontrar textos bastante austeros como é o caso do ensaio de Blanchot, *O Diário íntimo e a narrativa* (2005), segundo o autor:

Parece haver, no diário, a feliz compensação de uma dupla nulidade. Quem não faz nada na vida, escreve que não faz nada e pronto, é como se houvesse feito alguma coisa. Quem se deixa desviar da escrita pelas futilidades de seu dia, recorre a esses nada para contá-los, denunciá-los ou gozá-los, e eis um dia preenchido (BLANCHOT, 2005, p. 274).

Como se pode observar na citação acima, o autor apontou o diário como uma espécie de salvação, isto é, o indivíduo escrevia com a finalidade de salvar sua vida, protegendo-se do esquecimento, ele tentava salvar sua individualidade por meio da escrita,

²² Esta informação consta na tese de doutorado de Ansiaux (2006). Segundo o pesquisador “the only primary work on the colonial life of a Belgian in Brazil is a diary published by Marie van Langendonck, a colonist herself [...]” (p. 16).

porém, se escrevia, deixava de viver aquele momento: essa é a falta de validade a que o crítico se refere.

Assim, o diário seria visto por Blanchot (2005) como uma espécie de salvação para o fracassado que não está apto para agir no mundo, de modo que a escrita diária camuflaria a inação de seu autor perante o mundo a sua volta. Contudo, essa interpretação é relativa se interpretar a escrita como uma possibilidade vislumbrada pelo ‘eu’ de compreender a si mesmo, de maneira a equilibrar sua existência e, quem sabe, atuar no mundo exterior.

No diário, a narração é o estilo preponderante da escrita, não necessariamente organizada por meio de elementos como, tempo, espaço, enredo e personagens.

Contudo, a marcação cronológica merece ser destacada. Assim, entre as exigências desse gênero, Blanchot (2005) asseverou que o respeito ao calendário é o pacto que o diário íntimo assinava, observa-se a seguir:

O diário íntimo, que parece tão livre de forma, tão dócil aos movimentos da vida e capaz de todas as liberdades, já que pensamentos, sonhos, ficções, comentários de si mesmo, acontecimentos importantes, insignificantes, tudo lhe convém, na ordem e na desordem que se quiser, é submetido a uma cláusula aparentemente leve, mas perigosa: deve respeitar o calendário (BLANCHOT, 2005, p. 270).

Igualmente, Philippe Lejeune também pactuou com a ideia de obediência ao calendário, tanto no que diz respeito ao diário íntimo como ao diário de viagem. “Um diário sem data, a rigor, não passa de uma simples caderneta” (LEJEUNE, 2008, p. 260).

Faz-se conveniente esclarecer que Lejeune distinguiu o diário íntimo do diário de viagem à medida que a narrativa de viagem teria um fim programado, isto é, começava com uma data específica de início e de fim, seu início respeitava o começo da viagem e acabava concomitantemente à conclusão da mesma.

De maneira diferente ocorria no diário íntimo, visto que:

“É virtualmente interminável desde o início, uma vez que sempre haverá um tempo vivido posterior à escrita, tornando necessária uma nova escrita e que, um dia, esse tempo posterior assumirá a forma da morte” (LEJEUNE, 2008, p. 273).

A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada de diário é o que foi escrito num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi, com certeza, modificado. Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento (LEJEUNE, 2008, p. 260).

A partir dessa premissa, observa-se como é feita a marcação temporal em *Uma Colônia no Brasil*, que no século XIX, fora considerado um diário pelo mercado editorial. As datas específicas aparecem, mas não permeiam toda a narrativa. Inicialmente, em meio ao texto, o leitor é informado que no dia trinta de abril de 1857, a narradora deixava a enseada de Antuérpia na Bélgica e embarcava no brigue Amanda, com destino ao estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.

E, no primeiro capítulo, é informado que em ‘uma manhã’, não se sabe qual o dia especificamente, algumas pessoas morreram; ‘alguns dias depois’ outro senhor entregou sua alma a Deus, e que ‘mais tarde, com alguns dias de intervalo’ outras três crianças nasceram, de modo que o número de mortes e nascimentos equivaleu-se. É após algumas páginas, mas também no mesmo capítulo que se tem uma data - quinta feira, nove de julho -, o dia que marca a chegada do navio no porto do Rio Grande do Sul.

No início do terceiro capítulo, tem a marcação ‘dois dias depois de nossa chegada’ que apesar de não revelar o dia específico, o leitor consegue inferir que se trata do dia onze de julho. Há a informação de que Mme. van Langendonck permaneceu por dez dias em Porto Alegre para mais tarde, avançar em seu projeto de explorar as matas virgens. O Senhor de Montravel tentou fazê-la abandonar esse projeto, mas como ela mesma afirmou ‘foram palavras vãs’.

Naquele momento, pode-se retomar a afirmação da pesquisadora Leite (1997, p. 29), “as viúvas sempre tiveram maior autonomia legal e efetiva que as mulheres solteiras”, uma vez que, não havendo a necessidade de acompanhar um marido, Marie convicta de sua escolha, seguiu para a colônia localizada em meio à mata virgem, de modo que o desejo pelo desconhecido prevaleceu.

O capítulo seguinte iniciou com a frase, “Enfim, no décimo dia, fundeamos não longe da propriedade do major Guimarães” (LANGENDONCK, 2002, p. 38), que apesar de dar uma posição temporal, é imprecisa e acaba por desencadear uma confusão.

Se voltar algumas páginas se consegue depreender que a referência ao ‘décimo dia’ é feita após sua saída da cidade. Os acontecimentos obedecem a uma sequência; primeiro, a viajante encontra-se com o Senhor de Montravel dez dias após sua chegada em Porto Alegre, ao término da conversa (na qual ele tenta desencorajá-la) Mme. van Langendonck demora-se mais ‘alguns dias’ na cidade para posteriormente, partir. Assim, apesar da confusão referente aos dias, consegue-se compreender que o décimo dia é então, contado a partir da data que ela deixa a cidade.

Nessa ocasião, é necessária uma leitura mais atenta para poder acompanhar o encadeamento dos episódios; de modo que o leitor acaba não tomando ciência do momento exato da chegada de Marie nas florestas virgens.

Essa necessidade de retroceder-se à leitura a fim de se compreender como é elaborada a marcação temporal em *Uma colônia no Brasil*, revela-se uma propriedade da escrita feminina: seus deslocamentos constantes.

Segundo Castello Branco (1989, p. 140), o texto feminino “se constrói de deslizamentos que se dão por elipses, por absurdas associações, por saltos inesperados, e que fazem com que a tessitura do texto reproduza mimeticamente a estrutura lacunar”.

De tal modo, ainda que se considere que texto de Marie tenha se estabelecido por meio de uma escrita cotidiana, ou mesmo espaçada, dos dias que passou na colônia brasileira, sua publicação datada de 1862, três anos após voltar para a Bélgica, tempo suficiente para revisar seu texto e assim, sanar possíveis saltos e omissões que estancariam sua leitura.

Por outro lado, se considerar que ela tenha iniciado a escrita de *Uma colônia no Brasil* em seu país de origem, esses deslocamentos, comuns em todo o texto, podem ser justificados à medida que rememorar os fatos com precisão, o que seria uma tarefa impossibilitada pelos lapsos da memória. Ao mesmo tempo, esse distanciamento do vivido, também possibilitaria que a tessitura de texto fosse esteticamente pensada para evitar essas lacunas que confundem a ordem cronológica dos acontecimentos. De qualquer maneira, a mínima modificação no texto comprometeria a essência do diário: a autenticidade do momento.

Assim, ao considerar que as omissões e cortes da narradora apontavam para uma provável tentativa de ressaltar o episódio, ao invés do momento em que os fatos ocorreram, de modo que, essa tentativa de criar relevo no fato em si revelava uma singularidade dos textos de autoria feminina que procuravam aprofundar o olhar para os eventos testemunhados.

De tal maneira, à medida que a viajante contemplava os episódios, ela gradualmente aprofundava suas observações e assim, instituiu relevo àquilo que estava sendo narrado. Por esse motivo, tornou-se difícil manter a impessoalidade do relato, uma vez que, ao aprofundar o olhar, concomitantemente, ela deixou suas impressões sintetizadas a partir de juízos de valor eurocêtricos.

Ainda que o texto de Marie não forneça uma datação concisa, a viajante ofereceu algumas referências temporais marcadas por episódios particulares, que fazem acreditar que a autora julgava mais interessante destacar os acontecimentos acima da ordem temporal.

Com isso, os constantes e inesperados deslocamentos vão se repetir no texto de Marie; os acontecimentos, muitas vezes, são antecipados e o leitor acaba por tomar conhecimento de eventos futuros que em sua maioria, não são de suma importância, mas que servem para confirmar alguns traços da escrita feminina: “excessiva e econômica, detalhista e lacunar” (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 141).

É o que ocorre em uma passagem do capítulo quatro, na qual Mme. van Langendonck criticou a escolha dos colonos, ex-presidiários que estabeleceram propriedade em terras vizinhas. Após uma longa descrição das características físicas e morais das pessoas, Mme. van Langendonck passou a criticar uma cláusula especificada no contrato de compra de terras na colônia, que oferecia o direito de passagem a todos os colonos independente do título de posse da propriedade.

Uma vez que no ato de venda de uma colônia estava estipulado que o comprador era obrigado a dar passagem em todos os pontos de sua propriedade que agradasse os outros colonos atravessarem (condição que torna ilusória a posse) e porque a meus vizinhos agradara abrir passagem por uma parte de caminho que dava em nossa casa, eu tinha a perspectiva assustadora de um encontro forçado e diário com essas amostras de todas as infâmias do velho mundo, de que nos sentíamos felizes de estar longe. Desde então me veio o pensamento de deixar a colônia (LANGENDONCK, 2002, p. 56-57).

Mme. van Langendonck chegou a atribuir ao contato diário com esses vizinhos indesejados ao início de seu pensamento de deixar a colônia. No parágrafo posterior ao trecho citado acima, de súbito, há informação que um ano após o primeiro encontro com esses vizinhos, a matriarca da mesma família veio a falecer:

“No ano seguinte, a ignóbil mulher morreu de moléstia terrível. O dedo de Deus a alcançara na América” (LANGENDONCK, 2002, p. 57).

Pode-se depreender que na atitude de rememorar e descrever as circunstâncias de sua vida na colônia, a viajante antecipou a narração por meio da *prolepse*, quebrando a ordem cronológica dos acontecimentos. Para os leitores, a informação que a ex-presidiária faleceu pode parecer um mero detalhe sem valor, contudo, pode-se notar que esse fato chama a atenção da viajante, que pareceu sentir-se aliviada de não mais topar com aquela indesejada mulher.

Ao declarar que “o dedo de Deus a alcançará na América” pode-se depreender que a viajante assumiu sua forte identidade católica e deixou transparecer seus valores morais e, ao mesmo tempo, pautados na religião, é como se ela afirmasse que embora a justiça dos homens tenha falhado e permitido que seus vizinhos continuassem livres, nenhuma pessoa poderia escapar à justiça de Deus.

Com relação aos excessos dos textos de autoria feminina, as pesquisadoras Perrot, Leite, Castello Branco entre outras, apontavam suas diferenças em relação aos textos masculinos, sendo considerada uma memória construída a partir de detalhes, da subjetividade e das emoções que permeavam as autoras – diferenças já ratificadas no início deste capítulo e, que estão relacionadas ao ambiente privado a que estavam habituadas.

Assim, o uso excessivo de detalhes é uma característica bem definida na escrita feminina e memorialística de modo que a própria viajante reconheceu que em muitas ocasiões ela excedeu na descrição dos fatos e sentimentos que permeavam sua composição.

Para aqueles que acharem esses detalhes, por serem muito pessoais repletos de inconveniência ou pretensão, terei a honra de responder que minha única intenção ao relatar esses fatos, de onde eu gostaria de suprimir o *eu*, era constatar que a civilização, cujo progresso atinge seu apogeu na velha Europa, bem poderia não valer tanto quanto muitas ideias conservadas primitivas no contato com uma nação jovem. Que um estrangeiro, um viajante, tente encontrar na Europa não apenas um lugar provisório em uma casa de família, mas também corações simpatizantes, que, não contentes com absorver metade de suas preocupações, ainda se apliquem em suprimi-las e procure, além disso, mãos abertas e braços fortes: que a ele, estrangeiro, lhe abram o caminho para uma posição que, mesmo com todos os direitos, ele não teria ousado esperar em sua pátria; e vede se, em lugar de simpatia, benevolência e proteção, ele recolherá outra coisa além de humilhações, recusas grosseiras, insolência e desdém (LANGENDONCK, 2002, p. 119-120).

Nesse fragmento, é perceptível que a pretensão inicial da narradora era criar um relato de viagens impessoal, no qual o ‘eu’, isto é, suas impressões não fizessem a narrativa. De modo a distanciar-se do texto, é provável que ela almejasse elucidar os contornos brasileiros pelo seu testemunho, de maneira que suas informações pudessem servir como dados importantes para a historiografia brasileira. Contudo, não se pode esquecer de que Marie é uma escritora de poesias, com obras já publicadas no gênero; *Uma Colônia no Brasil* foi seu primeiro texto em prosa e, mesmo que Marie asseverasse que gostaria de suprimir o ‘eu’ de seu texto, não conseguia fazê-lo, por fim, ela reconheceu o tom demasiado pessoal de sua narrativa e prevendo as possíveis ‘causas’ que levariam seu texto a ser censurado pela crítica, ela se antecipou e justificou suas escolhas.

Desse modo, Mme. van Langendonck descreveu o modo de vida dos brasileiros e colonos europeus, dos aspectos tangentes a colônia e ao governo brasileiro e, concomitantemente, transmite suas apreciações, críticas e censuras, de maneira que, suas descrições não almejam despertar verossimilhança exclusivamente, mas apresentam a possibilidade de fazer história segundo um ponto de vista pessoal.

Além disso, pode-se depreender da passagem anterior que as circunstâncias em que vivera e o aprendizado decorrente de sua experiência fizeram-na atingir a essência das relações humanas desses dois países. Embora, tenha criticado o Brasil nas mais diversas oportunidades, ela reconheceu a amabilidade e simpatia de uma população constituída a partir da mistura de raças e credos tão singulares.

A próxima data elucidada no texto surgiu somente no oitavo capítulo, ou seja, o dia dois de novembro, que fez referência ao dia de Finados. Nesse ponto, a viajante abordou as particularidades da sociedade local, descrevendo como eram os costumes deste dia dedicado aos mortos. Também, conseguiu detalhar com maestria as diferenças e preconceitos de classe que mesmo a morte não conseguiu abolir:

No dia 2 de novembro, dia de finados, toda Porto Alegre veste o luto; não há família que não possua um dos membros repousando no cemitério. Todos o visitam neste dia. Para lá se levam flores, guirlandas, arbustos para adornar os túmulos. [...] Fora de seus muros há uma espécie de monturo, onde se enterravam os negros. Ali eles são depositados na terra sem caixão, envoltos simplesmente em um pedaço de pano, e por vezes mesmo sem esse pobre acessório. [...] Mesmo na morte a igualdade é negada ao homem: apenas o signo da redenção parece proclamá-la (LANGENDONCK, 2002, p. 113).

No século XIX, o negro era sinal de depravação e qualquer relação associada à sua imagem/raça era sinal de recuo social, de maneira que, mesmo na morte, igualar seu tratamento ao dos brancos era visto como uma afronta aos padrões eurocêntricos. Assim, a exposição divulgada por Marie apenas elucidou seus mecanismos de interpretação, guiada por interesses e valores europeus, ocultando ou enfatizando os eventos acontecidos.

À medida que se segue a ordem cronológica da narrativa, consegue-se compreender que o dia dois de novembro mencionado no trecho acima por Marie, não corresponde ao mesmo ano de sua chegada ao Brasil, pois esse episódio referiu-se ao período que ela volta a Porto Alegre a fim de esperar o navio que a conduziria à sua terra de origem, pouco tempo antes de seu retorno à Europa, no ano de 1858.

A última marcação temporal que aparece no livro da viajante corresponde ao dia que ela chega ao solo europeu – 10 de setembro de 1859, e por meio dessa marcação

temporal, e de sua descrição também, consegue-se depreender o mês que ela deixou o Brasil, uma vez que, a informação é baseada na duração da travessia.

No dia 10 de setembro o Virgílio entrou no porto de Marselha. Infelizmente, nosso documento de inspeção sanitária, entregue no Rio de Janeiro pelo cônsul francês, sustentava que ali a febre amarela castigava e, ainda que durante os três meses da travessia nem a mais indisposição se tivesse declarado a bordo, fomos submetidos à quarentena (LANGENDONCK, 2002, p. 138).

Uma Colônia no Brasil não terminou concomitantemente ao fim de sua experiência em terras brasileiras, o que quebra a possibilidade de ser um diário de viagem com fim programado. Após sua partida do Brasil, a viajante ainda relatou toda a viagem de retorno bem como e seus primeiros dias de volta a Europa. As datas específicas são elucidadas conforme a importância que elas adquiriram como meio de contribuir para a rememoração da narradora, por exemplo, a data de sua chegada ao Brasil e a data de seu retorno são esclarecidas e marcam dois momentos importantes da narrativa, o começo e o fim de sua travessia.

Além das referências temporais já mencionadas, outras datas específicas não foram citadas pela narradora, alusões como ‘uma noite’, ‘eu ainda era hóspede da família [...]’, ‘após a espera de um mês’, ‘à medida que a colônia era povoada’, ‘pouco tempo depois’ entre outras, corroboram para manter a ordem dos acontecimentos no decorrer da narrativa.

Com isso, o relato de Mme. van Langendonck, apesar de não respeitar o pacto de marcação temporal explicitados por Blanchot (2005) e Lejeune (2008), atende a uma ordem cronológica espaçada dos episódios presenciados pela narradora em sua primeira visita ao Brasil, de modo a construir uma memória. A triagem do vivido e o modo de organização da narrativa conferiu-lhe uma identidade narrativa, que corroborou para que a vida da narradora fosse memorável, uma vez que, com seu relato Mme. van Langendonck conseguiu mostrar sua forma de ver e entender o mundo a sua volta, mesmo que por meio de juízos de valor eurocêtricos.

A divisão do texto em capítulos obedeceu aos únicos traços formais invariáveis do diário: a “fragmentação e a repetição” (LEJEUNE, 2008, p. 261), mas sendo a datação ‘capital’, a narrativa de Marie não se enquadraria unicamente a esse gênero, mesmo se considerar-se o diário com fim programado, como é o caso do diário de viagem.

No entanto, ao se levar em conta que; “é enquanto diário que a autobiografia é interminável – da mesma maneira que é enquanto autobiografia que o diário pode ser

terminado” (LEJEUNE, 2008, p. 273), pode-se inferir que as características inerentes ao gênero autobiográfico e suas complementaridades com o diário evidenciavam que ambos podiam coexistir em um mesmo texto - como é o caso de *Uma Colônia no Brasil*.

Existe evidentemente o diário puro, sem reconstrução autobiográfica, e, inversamente, a autobiografia pura, sem representação do tempo da escrita [...]. Mas com maior frequência, a atitude complementar existe pelo menos enquanto vestígio ou componente menor: é uma questão de hierarquização ou de dominante (LEJEUNE, 2008, p. 273).

Se, então, refletir-se segundo a afirmação do crítico, fica mais claro se entender como se constrói o texto de Marie e evita-se cair na tentação de definir a que gênero ele pertence. Uma vez que não se tem um gênero fixo. Possivelmente o predomínio do relato de viagem devido, principalmente ao conteúdo temático da obra, pode-se afirmar que, de fato, as características que sacrificam a classificação de *Uma colônia no Brasil* enquanto relato de viagem, diário íntimo, de viagem e autobiografia são as mesmas que conferem singularidade à narrativa.

A reconstrução memorialística de Mme. van Langendonck - dos anos vividos no Rio Grande do Sul, suas impressões, experiências, os aspectos tangentes à colônia, os costumes da população brasileira, a organização política no período Imperial, as relações de classe e a paisagem brasileira - convergem a uma atitude de escrita própria, que ultrapassa as noções de gênero.

É como se essa ‘turbulência formal’²³ estivesse ligada à sua condição de mulher, escritora, narradora e personagem em uma sociedade marcada por inúmeros preconceitos, que delimitavam a atuação da mulher. Com isso, os trabalhos desenvolvidos nas duas últimas décadas sobre literatura de autoria feminina evidenciavam que essa mescla de gêneros e estilos, bem como a dificuldade de fronteiras entre gêneros são peculiares aos textos femininos do século XIX, de maneira que, os textos produzidos por mulheres nesse período caracterizam-se por essa mescla de gêneros.

Por se tratar de uma pessoa e de uma experiência real, cuja existência pode ser verificável, não se pode deixar de considerar que a escrita autobiográfica de Marie pressupõe um ato de vontade e resistência em busca da afirmação do ‘eu’, ainda mais por se tratar, no caso em questão, de uma memória feminina ligada à presença de uma mulher no espaço público, lugar por muito tempo reservado à ação dos grandes homens.

²³ Termo desenvolvido pela autora para evidenciar a mescla de gêneros no texto de Marie.

Assim, o espaço autobiográfico da obra está intrinsecamente ligado ao espaço político ocupado pela mulher na sociedade. Antes de se prosseguir com essa questão, considera-se pertinente explicar o que vem a ser o ‘espaço autobiográfico’ proposto por Lejeune (2008, p. 23):

Talvez só se seja verdadeiramente autor a partir de um segundo livro, quando o nome próprio inscrito na capa se torna um ‘denominador comum’ de pelo menos dois textos diferentes [...]. Veremos que isso é muito importante para a leitura de autobiografias: se a autobiografia é um primeiro livro, seu autor é consequentemente um desconhecido, mesmo se o que se conta é a própria história: falta-lhe aos olhos do leitor, esse signo de realidade que é a produção anterior de outros textos (não autobiográficos), indispensável ao que chamaremos de ‘espaço autobiográfico’.

Primeiramente, este espaço está interligado a uma correspondência entre nome do autor, do narrador e da pessoa de quem se fala. Ademais, de nada adianta essa equivalência se o autor não for conhecido por meio de outras publicações que não a autobiografia.

Quando o autor já é consagrado por outros textos, não autobiográficos, instala-se um ‘signo de realidade’ que permite o reconhecimento do autor pelo público e desse modo, a autoridade do texto.

Uma vez que para Lejeune (2008), o reconhecimento de um autor de textos autobiográficos está ligado às publicações anteriores e, Mme. van Langendonck satisfaz essa premissa - na Europa, a viajante já era reconhecida como autora de poesias por meio das publicações de *Aubepines* e *Heures poétiques* - sendo esse ‘o signo de realidade’ que o crítico fez referência.

Assim, a noção de ‘espaço autobiográfico’ é fundamental para a obra de Mme. van Langendonck visto que, pelo seu reconhecimento como autora, ela concedeu ao leitor as chaves para compreender seu texto não apenas como um relato de viagem, mas também enquanto autobiografia, no qual a viajante utilizava-se de sua habilidade como escritora para registrar a realidade brasileira segundo seu modo de ver e compreender o mundo a sua volta, alcançando assim, uma espécie de poética da história, ainda que a narradora asseverasse que são ‘relatos históricos’. Assim, a verossimilhança histórica apresentava-se permeada por uma visão particularizada, ocorrência que ratifica como o texto de autoria feminina é visceral, onde o eu vivido está presente no texto.

Ainda em conformidade com as ideias propostas por Lejeune (2008, p. 47), “a autobiografia se define por algo que é exterior ao texto, não se trata de buscar, aquém,

uma inverificável semelhança com uma pessoa real, mas sim de ir além, para verificar, no texto crítico, o tipo de leitura que ele engendra a crença que produz”.

Diante disso, ao recuperar algumas das apreciações feitas por Mme. van Langendonck no que se refere à visão política do século XIX, de modo a esclarecer a conversão do espaço autobiográfico em espaço político. Uma vez que se acredita que a escrita de Marie pressupõe um ato de vontade e afirmação em um espaço público, gostar-se-ia de esclarecer a visão que Mme. van Langendonck possui da mulher neste contexto, visto que, em muitos momentos, esse é o foco de suas apreciações, que envolviam juízos de valor eurocêntricos em comparação com os aspectos da sociedade brasileira nos oitocentos.

Conforme as elucidações de Marie, ratificadas no capítulo anterior, a família Maximiliano – único grupo indígena que Marie estabeleceu contato – apresentava sua cultura já infiltrada pela branca, de modo que, a estrutura familiar assemelhava-se a composição europeia. Assim como os europeus que após as Revoluções Industrial e Francesa enxergavam o trabalho como fim recompensador, é por meio do labor que os homens deviam prover o sustento dos demais membros da família, além disso, eles eram os responsáveis pela proteção das mulheres e dos bens que possuíam. Na ausência dos homens, impulsionadas pela insegurança da vida na floresta as mulheres deviam proteger-se mutuamente, fato que as levou a dominar as armas de fogo, como se mostra a seguir:

Por volta da meia-noite uma voz assustada, ainda vinda da floresta, gritou: - Senhor Léon, senhor Léon, em nome do seu, abra e nos ilumine. Meu filho acendeu uma lanterna e partiu na direção da floresta. [...] Elas nos disseram que em torno de sua habitação rondavam homens de aspecto medonho e que emitiam gritos assustadores. [...] Nenhum homem da família Nunez estava lá. [...] Estas pobres mulheres, persuadidas de que sua choupana estava cercada por índios, escaparam nas trevas e guardavam com elas tudo o que haviam podido levar. *Estavam munidas de armas de fogo e de facas de caça; manejavam com perfeição esses brinquedinhos*²⁴ (LANGENDONCK, 2002, p. 77-78).

O acultramento dessa família estende-se à adoração, por parte das mulheres, a imagem da Virgem que Mme. van Langendonck conservava em sua cabana, de modo a evidenciar o processo de evangelização imposto aos índios desde a chegada dos jesuítas ao Brasil. O contato de Marie com aquela família foi de extrema importância pois evidenciou rotinas familiares, tais como, a celebração da festa de São João que ratificou o processo de aculturação dos índios, uma vez que se tratava de uma festa de origem católica.

²⁴ Grifo da autora.

Nesta ocasião, fica evidenciado o tratamento diferenciado atribuído à viajante; a Senhora Maximiliano (a alusão ao nome do marido, faz transparecer a dependência da mulher em relação ao mesmo) lhe outorga as únicas louças e talheres da casa, ocorrência que evidencia o compromisso de agradar alguém que representava os padrões sociais europeus superiores.

Um dia, perguntei-lhes a razão de deferência que eles me testemunhavam. Era o jantar; várias mulheres de colonos comiam ali em tigelas que mantinham sobre os joelhos, enquanto para mim se haviam improvisado uma mesa, coberta com um tecido branco, e eu era servida em uma louça, mudada a cada prato. Fiz notar ao filho da Senhora Nunez que a maneira com que me serviam devia ferir aos outros convidados. – São apenas mulheres, respondeu. – e eu sou o que então? – A Senhora é uma dama, não há outra na floresta (LANGENDONCK, 2002, p. 100- 101).

O uso de talheres e pratos não figurava entre os hábitos indígenas daquele período, entretanto, esta passagem evidenciou que a senhora Maximiliano assim como os demais membros da família conheciam os hábitos europeus, de maneira que não poupavam esforços para ambientar Mme. van Langendonck, disponibilizando seus únicos talheres à figura que representava o modelo de uma verdadeira dama.

Além disso, este episódio evidenciou que, ao admitir o tratamento diferenciado, a viajante ainda que, convivendo sob as mesmas condições que os demais colonos, esses conservavam os limites de submissão e da inferioridade das demais mulheres da colônia frente a sua figura. Nesse caso, compreende-se que embora vivendo como colona, Mme. van Langendonck interpretava o mundo a sua volta segundo os juízos de valor eurocêntricos, de modo que as teorias do Velho Mundo acerca da superioridade da raça branca permeavam suas atitudes e avaliações quando em contato com o ‘outro’, isto é, aquele que lhe é diferente.

No período Imperial brasileiro, mesmo estando a escravidão abolida, era muito comum que as famílias com algumas posses dispusessem de escravas para servi-las.

Assim, seus senhores e senhoras reconheciam nos escravos bens pessoais, em alguns casos, estendendo a servidão à esfera sexual, ocorrência que a viajante presenciou e expôs nas seguintes linhas:

Em uma casa onde me achava em visita, pouco tempo antes de minha partida do Brasil, fui testemunha de uma cena entre os filhos dos senhores e uma pequena escrava, cena de que apenas lembrar me faz tremer de indignação e desgosto. E, no entanto, quando muito emocionada, relatei isso a meus anfitriões, estes

acolheram o relato com perfeita impassibilidade. – O que quer a senhora? Disseram tranquilamente, é coisa inevitável com os negros, é preciso tomar seu partido, pois em definitivo não se pode prescindir deles, é preciso, apesar de tudo, ser servido (LANGENDONCK, 2002, p. 42- 43).

Nesse trecho, pode-se notar que com essa justificativa de que os negros deveriam servir seus senhores de modo que, eram criados e sustentados com a finalidade de satisfazer os brancos em todas as esferas, muitas escravas eram submetidas às violências e humilhações, sendo tratadas como objetos de uso pessoal. Nota-se que esse episódio incomodava e enojava a viajante europeia, mas não sensibilizava a sociedade nem a política brasileira, que permitia as atrocidades e castigos desmedidos aos escravos.

Apesar de Mme. van Langendonck se manifestar incomodada com a situação e isso induzir os leitores a conjecturar ideais liberalistas inerentes à viajante é, em seguida, desconstruído, uma vez que em outras circunstâncias, ela se mostrava preocupada com a ‘bondade’ de algumas senhoras, que deixam seus filhos serem criados ao lado dos ‘negrinhos’²⁵.

Com efeito, pode-se observar um paradoxo, no qual os ideais liberalistas, que possivelmente estão interligados à ordem cristã de igualdade entre os povos, são alternados aos ideais absolutistas europeus, marcados pelo tom preconceituoso da viajante. Assim, essa contradição que, às vezes protege os negros, em outras, afirma que a escravidão permanece durante todo o relato e permite observar que Mme. van Langendonck não conseguia sanar esse paradoxo.

Desse modo, acredita-se que o desgosto de Marie não esteja relacionado aos movimentos antiescravistas e liberais, que defendiam a igualdade entre negros e brancos, mas sim às teorias que sustentavam a inferioridade racial do negro e o racismo biológico²⁶ da segunda metade do século XIX, mais uma vez, infere-se o quanto suas interpretações estão enraizadas em teorias e valores eurocêntricos.

Evidentemente, as teorias que pregavam a inferioridade de raças negras apresentavam o homem europeu como elemento contemplativo, dotado de qualidades e características superiores; inclusive os critérios de beleza são moldados por meio de modelos e valores arraigados na cultura europeia.

²⁵ Na página cinquenta e cinco desta dissertação já se evidencia uma passagem do livro (LANGENDONCK, 2002, p. 41) que demonstra a insatisfação de Marie em relação à união de brancos e negros.

²⁶ O racismo biológico ou científico parte da afirmação de qual a herança biológica transmite características físicas, intelectuais e culturais. Assim sendo, faz uma correspondência a atitudes e hábitos culturais a cor da pele, sendo a forma mais clássica e extrema de racismo.

Em resumo, suas qualidades faziam esquecer sua feiura, que era repulsiva. No entanto, esta mulher era mãe de um belo mulatinho de cinco anos, que não tinha nenhum traço do negro e que anunciava uma inteligência notável. A Senhora Guimarães se afeiçoara a seu pequeno escravo e queria colocá-lo em posição de ser livre um dia, fazendo-o aprender um ofício que lhe daria os meios de se resgatar (LANGENDONCK, 2002, p. 41).

Nessa passagem é perceptível como os padrões de beleza europeus somados à intolerância racial interferiram no julgamento de Mme. van Langendonck. Com desprezo e aversão, ela avaliou a negra em termos de feiura enquanto que seu filho, também escravo, pois filho de uma escrava, por não apresentar feições ‘negras’ e, portanto, inferiores, a criança passa a ser considerado inclusive inteligente, ou seja, ao mencionar ‘uma inteligência notável’, Marie estabeleceu uma ligação entre a habilidade da criança à sua ‘ausência’ de cor ‘que não tinha nenhum traço de negro’.

Em todos os momentos, evidencia-se o quanto as ideias eurocêntricas corroboraram como mecanismos de interpretação no relato de Mme. van Langendonck. Concomitantemente às suas descrições acerca do modo como eram tratadas as escravas, evidenciados exclusivamente em termos de servidão, a viajante estendeu suas observações às mulheres brancas.

Como ressaltado pelo bisneto da viajante, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Mme. van Langendonck sempre frequentou os melhores ambientes na Bélgica assim como em outros países, de maneira que, no período em que esteve no Brasil, a viajante estabeleceu contato com diferentes famílias da elite. Na condição de hóspede, Marie teve maior acesso ao interior das casas, assim como, a rotina das famílias. De suas experiências com as mulheres brancas, Mme. van Langendonck constatou que elas nasciam e viviam para o casamento.

O Senhor Delarue, homem amável e geralmente estimado, possui um tesouro cuja existência é posta em dúvida por todos aqueles que não estão excessivamente apaixonados. Esta coisa rara é simplesmente a mulher perfeita. A Senhora Delarue, incontestavelmente bela, jovem, instruída, cheia de tato, bom gosto e com um grande coração, é ao mesmo tempo uma esposa encantadora e uma perfeita dona-de-casa. Nada na casa escapa a sua constante vigilância; tudo ali se faz segundo suas ordens; ela se ocupa dos mínimos detalhes, mas com tanta sabedoria, tanta amenidade, que seus empregados a adoram. Levantando-se com o raiar do dia, seu marido a encontra ao desjejum (às sete horas) em um elegante penhoar de musselina, cercada por seus três lindos filhos, tão bem cuidados quanto ela mesma (LANGENDONCK, 2002, p. 106).

Pode-se deduzir sobre a passagem acima quais as aptidões femininas que deveriam figurar o protótipo de uma esposa perfeita para os brasileiros em meados do século XIX.

Desde muito jovens, as moças eram instruídas a apresentarem um comportamento comedido e afável, fato que corroboraria na obtenção um bom casamento; entre as qualidades que deveriam figurar entre elas, o ‘bom gosto’, a ‘instrução’ e o ‘grande coração’.

Além disso, toda mulher deveria saber conduzir com maestria as obrigações do lar, exclusivamente avaliadas como responsabilidade feminina, eram as mulheres quem deveriam se preocupar com os mínimos detalhes dos afazeres domésticos. Pertinente destacar que, essas tarefas eram delegadas às escravas, uma vez que o trabalho doméstico era mal visto, considerado sinônimo de recuo social, diretamente vinculado à escravidão e, conseqüentemente, repudiado pelas mulheres de modo que ser escrava era mais inconveniente que ser uma prostituta²⁷.

A Senhora Delarue cumpria com todos esses requisitos de maneira que, suas qualidades além de admiradas pelo marido e pela sociedade, alcançava a adoração dos escravos da casa. Com isso e com todas as obrigações do lar, a Senhora Delarue conseguia ser, além de encantadora e boa dona de casa, uma mulher sedutora e impecável, de modo que sua elegância era exibida todas as manhãs em um ‘penhoar de musselina’. Assim, a figura do marido, homem ‘amável’ e ‘estimado’, somado à representação da mulher e esposa perfeita contribuíam para a boa imagem daquele casal perante a sociedade, como ficou exposto nas seguintes palavras de Marie: “O exemplo deste casal devia despertar o interesse para o casamento nos mais egoístas, nos mais frios celibatários dos dois sexos”. (LANGENDONCK, 2002, p. 107).

Desse modo, as impressões recorrentes desse relacionamento serviram para que a viajante operasse em defesa do casamento, de maneira que, os princípios europeus conservadores corroboraram para sua crença no matrimônio.

Após deixar a casa dos Delarue, na ocasião de sua viagem de volta à Antuérpia, Mme. van Langendonck hospedou-se por algumas semanas na casa de um médico alemão, a quem ela prometera visitar desde sua chegada ao Brasil. Naquela oportunidade, a viajante ratificou o relacionamento entre marido e esposa:

²⁷ Item já evidenciado na página cinquenta e oito.

O doutor Einzelmann era o médico da moda em Porto Alegre: havia desposado uma brasileira, a quem ele literalmente adorava. Seu amor violento resistira a seis anos de casamento: parecia mesmo aumentar ainda mais. A Senhora Einzelmann tinha apenas vinte e três anos, gostava da vida de sociedade, onde era admirada: seu marido, ainda que de uma saúde frágil e apesar das fadigas de sua profissão, acompanhava-a por toda parte, mesmo nos bailes, onde certamente só dançava para ser agradável à sua mulher. Não sei se a Senhora Einzelmann partilhava toda esta paixão; ela era pouco expansiva. No fundo, se não era louca por seu marido, tinha por ele uma afeição sincera e profunda; sua conduta como mulher era exemplar e não dava lugar a nenhuma sombra de maledicência. Ela recebia poucas pessoas; homens, nunca, exceto aqueles que acompanhavam suas esposas. Creio que, agindo assim, queria evitar ofender o médico que, no entanto, vivendo por e para a sua mulher, raramente se mostrava ciumento (LANGENDONCK, 2002, p. 108-109).

Por meio dessa passagem pode-se deduzir como se fundamentavam os relacionamentos naquele período. Além dos princípios já evidenciados pelo exemplo da Senhora Delarue, na ausência de seus maridos, não era permitido visitas de homens em casa, pois o não cumprimento desta condição não só afetava a reputação das mulheres como também, a honra de seus maridos. Uma vez que a Senhora Einzelmann respeitava essa premissa, seu comportamento exemplar era uma espécie de condição que cultivava o ‘violento amor’ do Senhor Einzelmann, que apesar de possuir uma ‘saúde frágil’ sempre se esforçava para acompanhar a mulher nos eventos sociais, muito apreciados por ela.

Assim, parece apropriado afirmar que o casamento dos Einzelmann, era como uma espécie de troca de conveniências, bem definido na seguinte passagem:

[...] a mulher sustenta a imagem indestrutível do marido, enquanto este a deixa escoar sua juventude em festas e passeios também acompanhados (controlados) pelo próprio, ocasião em que ele pode exibir sua moral irrefutável e ela pode mostrar-se tranqüila por ter aderido a uma das mais confortáveis situações femininas à sua escolha: o casamento com um homem de prestígio e dedicado (MOTTA, 2008, p. 77).

Da mesma maneira baseavam-se os demais ‘bons casamentos’ daquele período, relacionamentos em que o homem se vangloriava por possuir uma esposa com bons predicados, detentora de aptidões de dona de casa e mulher perfeita, ou seja, a mulher ostentava o privilégio de ter um ‘bom casamento’, sinônimo de um bom marido, que lhe fornecesse o sustento e a garantia de uma vida tranqüila financeiramente, com escravos para lhe servir. De tal modo, obcecadas pelas ideias transmitidas pelo ideal de mulher perfeita, as brasileiras dedicavam suas vidas aos maridos e filhos – comportamento passado de mãe para filha, desde muito jovens.

No Brasil, a escolarização feminina só se iniciou em 1820, portanto, no período em que Marie esteve na colônia o desenvolvimento intelectual das mulheres brancas da elite era, ainda, precário. Promovido pelo Império, a escolarização feminina propiciou às poucas mulheres contrapor-se à ideia comum de que a mulher não precisava de conhecimentos de leitura e escrita.

Com isso, apenas uma pequena parcela das mulheres da elite teve acesso à educação e dominava um segundo idioma; qualidades almejadas à medida que contribuía para obterem um ‘bom casamento’. Assim que casavam, as mulheres abandonavam as atividades intelectuais, ocorrência que tardou a inserção e a participação dessas mulheres em ambientes políticos e culturais.

Desse modo, conseguir um bom casamento era esteio para a mulher, sinônimo de êxito financeiro e pessoal; contudo, contrair matrimônio era o mesmo que estar à disposição do marido e dependente dele. Para o homem, o casamento era a garantia de continuidade da família e, em algumas circunstâncias, diante de poucos braços para o trabalho, a garantia de aumento de bens, uma vez que os filhos constituiriam mão de obra para o trabalho na colônia. Assim, imediatamente após o matrimônio, as esposas deviam proporcionar herdeiros aos maridos.

Na falta de um cônjuge que pudesse prover a família e sua prole, as mulheres não enxergavam outra opção que não fosse o casamento. Observa-se no seguinte trecho a situação da esposa que perdeu o marido para a febre.

A Sociedade deu a esta mulher dois trabalhadores que roçaram e plantaram uma parte de seu terreno. Três meses depois, passadas apenas algumas semanas depois de dar à luz, ela se casou novamente com um alemão, que a faz feliz, trabalha bem e substitui tanto quanto possível, junto aos órfãos, o pai que eles perderam (LANGENDONCK, 2002, p. 60).

Diante das dificuldades da vida precária na colônia, agravada pela perda do marido, responsável por prover os meios de subsistência da família, a viúva não via alternativa que não casar-se novamente a fim de proporcionar segurança financeira para os filhos.

Apesar das observações da viajante proporcionar uma visão baseada na troca de conveniências em um casamento, as explicações de Mme. van Langendonck também despontavam uma contraposição entre a mentalidade das mulheres brancas frente a das europeias. O fato de serem instruídas desde meninas a serem perfeitas esposas, dedicadas apenas à família, coibidas de qualquer aproximação a outro homem fora do domínio visual

do marido - ocorrência que as restringia ao ambiente doméstico - transpareceu a dependência da mulher em relação ao homem. Contrariamente, na Europa, as mulheres constituíam mão de obra nas fábricas têxteis desde o fim das Revoluções Industrial e Francesa, e, a cada dia, ganhavam mais espaço no mercado de trabalho, enquanto que as brasileiras surgiam como mulheres não habituadas ao trabalho, dependentes do marido e, desse modo, alheias à noção de progresso europeu.

Diante disso, atrasadas intelectualmente e ideologicamente em relação às europeias, ao renunciar ao labor como forma de conseguir independência financeira e, contribuírem para a confirmação do ideal brasileiro de mulher perfeita, as mulheres brancas legitimavam o domínio masculino sobre elas, o que não deixava de ser uma forma de recusa à independência feminina. Em meio a todas as descrições de Marie, as brasileiras apareciam sempre em uma posição passiva, inativa e dependente da imposição do homem sobre elas.

Em direção contrária, tem-se a figura de Mme. van Langendonck, uma mulher instruída da pequena nobreza, que procedeu de uma cidade europeia à vida precária de emigrante em um país desconhecido sem temer o trabalho. Em oposição às mulheres brasileiras daquele período, que acreditavam que um ‘bom casamento’ pudesse proporcionar melhores condições de vida, Mme. van Langendonck emigrou com a noção de progresso decorrente do capitalismo europeu e enxergou no labor a possibilidade de melhorar sua condição.

Na Europa, Mme. van Langendonck sempre teve a melhor educação, seu desenvolvimento intelectual possibilitou sua construção como ser social e político, de maneira que com ‘olhos imperiais’²⁸, de uma mulher europeia branca e culta, ela examinou e interrogou todas as particularidades do país, fato que a diferiu das demais mulheres com quem ela estabeleceu contato no Brasil.

Assim, intelectualmente ativa, Mme. van Langendonck questionou até mesmo a política do governo brasileiro, nota-se:

Ignoro completamente no que consiste a política das nações para saber ao certo o que um governo pode ou não autorizar: que esta confissão faça perdoar minha ousadia de emitir uma ideia talvez irrealizável. Na fronteira extrema do Brasil, contra as repúblicas argentinas, existiu outrora uma colônia florescente, fundada por membros da sociedade de Jesus. O lugar ainda se chama Terra das Missões. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, muitos colonos deixaram a colônia,

²⁸ Isto é, “o olhar do branco vindo dos países civilizados” (PRATT, 1999, p. 11).

e o pequeno número que aí permaneceu foi disperso por hordas de índios ou pelos aventureiros que surgiam do outro lado da fronteira, onde quase todos os meses traziam uma nova revolução. Várias vezes se tentaram repovoar estas terras, mas sempre, apenas formadas colônias, em número excessivamente pequeno para se protegerem a si mesmas, foram devastadas pelos selvagens ou por vagabundos da civilização. No entanto, essas terras que o Brasil quer *dar* estão admiravelmente situadas, na proximidade de grandes rios, são perfeitamente desmatadas, muito férteis, e o clima é de uma salubridade proverbial. Em poucos anos, aí se formaria uma rica colônia se ela pudesse ser protegida contra os saqueadores e todas as espécies de mal-intencionados. O governo brasileiro está impossibilitado de garantir essa indispensável proteção. O exército do Brasil conta apenas com tropas de dez mil homens. Que recruta com grandes esforços e por meios extremos. O governo não poderia dispensar o número de soldados necessários para enviá-los a mil léguas da capital a fim de garantir explorações que dariam, durante alguns anos, um lucro insuficiente para o estado. Portanto, se se concedessem as terras das missões para fazer uma colônia belga, seria lógico, parece-me, permitir à Bélgica manter nestes lugares um regimento belga que valesse pela presença de seus compatriotas.

Gostar-se-ia de destacar a primeira fala de Marie que antes de iniciar sua crítica e ao mesmo tempo sugestão política, admitiu ignorar completamente a política das nações e não saber ao certo o que um governo pode ou não autorizar; mesmo admitindo sua ‘ignorância’ nesse assunto, fato que não a impediu de descrever o que se passava no Brasil naquele momento.

Pode-se inferir mais uma vez que se trata de uma estratégia para conseguir a anuência de seus leitores para o que ela iria constatar. Como foi visto a *captatio benevolentiae* ou conquista da simpatia é um recurso comum na literatura de autoria feminina no século XIX – utilizado pela narradora quando ela elegeu o prólogo de Boileau-Despréaux (1979) - e uma vez que, Mme. van Langendonck iria adentrar em um assunto político - que naquele momento excluía a participação feminina - o emprego da auto-humilhação funcionaria como forma de alcançar a anuência de seus leitores. Assim, ao tentar adentrar o tema político e ponderar sobre as escolhas do governo e, se, de alguma maneira seus julgamentos não condiziam com a realidade, sua figura estaria protegida pela ignorância assumida anteriormente.

Após assumir sua falta de instrução sobre a política das nações, Mme. van Langendonck prosseguiu com uma explanação minuciosa sobre o que aconteceu nas Terras das Missões, de maneira que pode-se compreender que ela possuía informações suficientes sobre o assunto em questão.

E, logo no início da passagem anterior, pode-se ter uma crítica de Marie à expulsão dos jesuítas das Terras das Missões, uma vez que ela afirmava que houve ‘uma colônia florescente, fundada por membros da sociedade de Jesus’, bem como sua insatisfação com

a política estabelecida pelo Marquês de Pombal, já que foi ele quem instituiu a retirada dos membros da companhia de Jesus de todo o território brasileiro.

Ao mesmo tempo, ela reconheceu a fragilidade do exército brasileiro que por não possuir homens em número suficiente para a proteção do território, e não conseguir controlar os recorrentes ataques e revoltas no sul no país; à medida que constatou essa fragilidade e a ampla extensão do território, ela discorreu sobre as qualidades dessa colônia, a fertilidade do solo, a proximidade com dois grandes rios e o clima favorável que por si só já confirmariam a prosperidade da colônia. Mme. van Langendonck fundamentou sua sugestão acreditando se tratar de um espaço que o Brasil quer ‘dar’, uma vez que sem a intervenção do exército essa região seria tomada²⁹.

Durante todo o seu relato, Mme. van Langendonck demonstrou aversão aos colonos escolhidos pela Sociedade Montravel e, naquela oportunidade, ela ressaltou seu desejo de uma colônia exclusivamente povoada por belgas, com autonomia política e financeira em relação ao governo brasileiro, mas ao mesmo tempo fiel a ele, “ora, os soldados belgas, reputados por sua boa-fé, sua fidelidade e sua forte ligação com o soberano, seriam não uma ameaça mas uma segurança para manter a colônia belga dependente da coroa do Brasil e guardar a fronteira do sul contra toda invasão” (LANGENDONCK, 2002, p. 97).

Contudo, nas linhas seguintes, ela reconheceu que tal intento seria impossível visto como o governo no Brasil, apesar de não possuir tropas suficientes para proteger o território, não consentiria com um regimento belga no Brasil, bem como não permitiria perder nem uma pequena parcela de sua extensão. Ao ponderar acerca de uma pequena probabilidade disto vir a ocorrer, Mme. van Langendonck atacou, por meio de suas críticas, a lentidão do corpo diplomático brasileiro, bem como governo e seus representantes:

Mas, ah!, se a questão tiver de ser resolvida por meios diplomáticos, a geração atual não verá os resultados disso. Não se pode fazer uma ideia da lentidão do governo brasileiro: por vezes passam-se anos antes que ele decida tomar a mais insignificante das deliberações. Que os partidários do regime constitucional me perdoem se não posso me impedir de ver nele a causa única do pouco avanço que faz o Brasil em vários ramos do progresso social. Neste estado recente, um governo representativo me parece uma mão de anão calçada com uma luva gigante. Graças à marcha claudicante dos trabalhos do corpo legislativo, os abusos da administração quase nunca são reprimidos, e as lentidões judiciais frequentemente equivalem ao indeferimento da justiça (LANGENDONCK, 2002, p. 97).

²⁹ Mais adiante, será compreendida qual a intenção de Marie, bem como a ideia de Dom Pedro II.

Interessante ressaltar que naquele momento a forma de governo era parecida ao da Bélgica, constituída a partir de uma monarquia parlamentar constitucional e hereditária, isto é, um sistema político que reconhece um monarca hereditário como chefe de estado, mas há uma constituição que limita os poderes deste monarca.

Contudo, as observações de Mme. van Langendonck evidenciavam seu lado favorável à monarquia absolutista no Brasil de maneira que, suas críticas são direcionadas aos abusos do corpo legislativo e judicial, mas nunca ao Imperador Dom Pedro II, a quem ela via com grande estima. Logo, ela recriminava o sistema constitucional que decompunha o poder do imperador, de modo que a representação dos interesses do estado ficava a mercê do trabalho ‘claudicante’, isto é, lento e indeciso dos demais poderes (legislativo, judiciário e executivo), que retardavam as decisões e não repreenderam os abusos de poder. A seguir verifica-se a simpatia de Mme. van Langendonck pelo imperador:

Somente um príncipe com vontade firme, conhecedor das necessidades de seu país e das atitudes de seu povo poderia, dispondo de um poder sem controle, empurrar o Brasil, em poucos anos, por um caminho avançado de bem-estar e progresso. Hoje o império brasileiro tem a triste perspectiva de permanecer por muito tempo ainda tributário da indústria européia, mesmo para os artigos de primeira necessidade. Tenho a convicção de que Dom Pedro II, o atual imperador, faria, como monarca absoluto, a grandeza intelectual, artística e comercial de seu império. Ele reúne as qualidades de soberano paternal, do sábio legislador, do homem de coração, de tato, de energia e inteligência. Infelizmente, tem as mãos atadas pela constituição, e os altos funcionários não têm nenhuma intenção de se prestar a provocar uma ordem de coisas que poria fim aos gastos crônicos (LANGENDONCK, 2002, p. 98).

Nessa passagem é manifestada a aspiração de Mme. van Langendonck em favor de uma monarquia absolutista, que concentraria os poderes na figura do imperador. O Imperador Dom Pedro II era considerado um erudito, patrocinador do conhecimento, cultura e ciências, de modo que ganhou a admiração de estudiosos da época, assim como a admiração da viajante.

Assim, aos olhos da viajante, Dom Pedro II seria a pessoa mais qualificada para isso, uma vez que dispunha de uma grandeza e sabedoria intelectual que conseguiriam transformar o país em uma potência, conquistando, assim, a estabilidade e autonomia econômica e financeira, sem que dependesse dos produtos importados da Europa.

Contudo, nas linhas que seguiam, mais uma vez ela reconheceu que o imperador encontrava-se de ‘mãos atadas’ pela constituição e demais poderes. Ademais, ela advertiu que o fim do regime parlamentar e constitucional não seria interessante para os altos funcionários, uma vez que regularizando o poder nas mãos do monarca isso provocaria ‘uma ordem de coisas’ e colocaria fim aos gastos crônicos advindos dos representantes do legislativo, executivo e judiciário.

Logo, a situação do governo brasileiro naquele período pode ser definida da seguinte maneira: Dom Pedro II situava-se acima das correntes políticas e, em consequência, não exerceu nenhum poder político direto, de maneira que, Dom Pedro II exercia as funções políticas que a Constituição lhe atribuía.

A partir do exposto sobre a política e governo brasileiros, pode-se inferir que Mme. van Langendonck falava com propriedade sobre a temática, de modo que suas apreciações proporcionam uma visão política e econômica de meados do século XIX no Brasil.

Ao contrário das outras mulheres, pode-se notar que Mme. van Langendonck dominava assuntos que não apenas restritos aos femininos, de forma a apontar, assim como qualquer homem seria capaz, melhorias a serem introduzidas no governo ou em suas administrações.

Interessante ressaltar que não se está avaliando suas ponderações em termos do que seria mais apropriado para o governo brasileiro, mas se está lidando com essas observações à medida que impõem um olhar e uma atitude feminina sobre um campo ainda reservado à atuação masculina.

No período em que esteve em Porto Alegre esperando por um navio que a pudesse conduzir para a Bélgica, Mme. van Langendonck estabeleceu contatos com as variadas classes sociais, contudo, na qualidade de nobre, foi brindada com as melhores companhias da nobreza brasileira, contatos dos quais a viajante Marie soube aproveitar com inteligência.

Eu ainda era hóspede da família Einzelmann quando conheci o Senhor Barão d’Ornano, vice-cônsul da França em Porto Alegre. Desta época datam todos os acasos felizes que meus filhos e eu encontramos no Brasil. A Bélgica não tem cônsul em Porto Alegre. Desde que o Barão d’Ornano lá se instalou, há seis anos, ele era a providência tutelar dos belgas que lá se encontravam. Ajudava com dinheiro, seus conselhos e sua influência; sua delicada bondade sem par só era igualada pelo mais nobre desinteresse. Sua proteção fez regularizar a situação de meus filhos, que ele ajudou a colocar em condições de se submeterem aos exames exigidos de agrimensor. Enquanto isso, obteve para meu filho Léon, que desenha bastante bem, fosse empregado na elaboração do plano de várias cidades do interior para a presidência de Porto Alegre (LANGENDONCK, 2002, p. 110).

Após o período em que Mme. van Langendonck viveu em meio à mata virgem distante da civilização, sabe-se os fatos que contribuíam para que a viajante decidisse regressar à sua pátria. A má adaptação de Marie à escolha de colonos alemães, a ausência de médicos na colônia, a alta taxa de mortalidade, o abandono dos filhos da colônia que procuravam outras fontes de lucro que não o trabalho com a terra, entre outros fatores, culminaram na decisão de abandonar a colônia e regressar à Antuérpia.

Contudo, na ocasião de sua volta a Porto Alegre, a viajante precisou esperar por um navio, episódio que a levou a hospedar-se na casa de alguns conhecidos. Na ocasião em que esteve na casa da família Einzelmann, Mme. van Langendonck se relacionou com o Senhor Barão d'Ornano, vice-cônsul da França em Porto Alegre, como evidenciado na passagem acima.

A aproximação entre eles - facilitada uma vez que a viajante, viúva, sexagenária e europeia tinha maior autonomia que as moças casadas e solteiras – tornou-se conveniente para Marie, uma vez que a proteção e a influência do Barão originavam alguns benefícios aos seus filhos. Como a própria viajante afirmou, por não existir um consulado da Bélgica em Porto Alegre era o Barão d'Ornano quem amparava os belgas, condição que demonstrava as boas relações entre os dois países (França e a Bélgica).

Se anteriormente, a presença dos filhos na floresta corroborava na necessidade de proteção e provimentos masculinos sobre ela, a partir desse momento, é Mme. van Langendonck quem procurava os meios de proteger e prover o futuro dos filhos; assim como o patriarca de uma família brasileira, Marie conseguiu que o Barão d'Ornano regularizasse a situação deles e, ainda, obteve a garantia de emprego como agrimensores.

Além disso, a relação próxima com o Senhor Barão d'Ornano descrita pela viajante como uma relação de mãe e filho, originou um respeito e uma admiração que levava o Barão a apresentar a viajante aos seus amigos. Em uma ocasião dessas, Mme. van Langendonck conheceu o presidente governante da província de São Pedro, que segundo ela, “era um homem afável, simples, embora erudito, e de uma perfeita polidez. Foi graças à estima que ele professava pelo Senhor D'Ornano que meus filhos obtiveram sua benevolente proteção” (LANGENDONCK, 2002, p. 111).

Mme. van Langendonck não se incomodou em momento algum com os favores que recebeu, pelo contrário, atuou com naturalidade frente aos seus privilégios; nota-se que ela ficava agradecida com os favores que recebia, uma vez que asseguravam o bem-estar dos

filhos no Brasil, ela os interpretava como provas de amizade de verdadeiros amigos “cujo tipo já se não encontra na Europa” (LANGENDONCK, 2002, p. 115).

Com frequência, o senhor d’Ornano me falara a respeito do cônsul francês no Rio de Janeiro. O senhor d’Ornano, como todos aqueles que conheciam o senhor Taunay, lhe votava uma admiração e um respeito ilimitados. Seu entusiasmo pelo cônsul geral da França era tão intenso que contagiava: desejava, pois, não deixar o Brasil sem haver conhecido o senhor Taunay e sem que me fosse concedida a honra de ser recebida pelo Imperador Dom Pedro II (LANGENDONCK, 2002, p. 120).

Mme. van Langendonck hospedou-se por algum tempo na casa do Senhor d’Ornano, ocorrência que possibilitou a proximidade entre eles, certamente, foi por meio de suas conversas que o vice-cônsul da França em Porto Alegre percorreu à respeito do Senhor Taunay, sendo cônsul geral da França no Brasil e uma figura pública a quem todos dispunham grande admiração e respeito.

No trecho acima, Mme. van Langendonck enxergou a possibilidade de conhecê-lo pessoalmente, uma vez que o Barão d’Ornano poderia interceder para que isso ocorresse.

Ademais, como grande admiradora do imperador, a viajante evidenciou o desejo de também ser apresentada a Dom Pedro II. Assim, mais uma vez, a intervenção do Senhor d’Ornano beneficiou as vontades de Marie. Com uma carta de apresentação para o Senhor Taunay, a viajante despediu-se dos amigos em Porto Alegre e partiu para o Rio de Janeiro, no dia 31 de abril. Uma vez que a carta de apresentação era de um vice-cônsul da França, Mme. van Langendonck destacou o tratamento diferenciado mais uma vez em relação à sua figura; na ocasião de sua chegada, uma embarcação da delegação francesa foi buscá-la.

Assim, como o Senhor d’Ornano, o Senhor Taunay foi descrito em termos de abnegação, caridade e devotamento para com todos. Como representante do consulado da França por quarenta anos, suas ações não beneficiavam apenas compatriotas, mas estendiam-se a quem necessitasse de benfeitorias.

“Para o senhor Taunay, todos os infelizes são compatriotas. Aquele que sofre encontra no consulado da França ajuda e consolo. Jamais o senhor Taunay fecha sua bolsa nem seu coração ao infortúnio” (LANGENDONCK, 2002, p. 124).

Assim, Mme. van Langendonck ganhou a confiança e a proteção desses dois cônsules: o Senhor d’Ornano e o Senhor Taunay, pessoas descritas por meio de suas qualidades benevolentes que procuram auxiliar compatriotas e não compatriotas, de modo que, o desejo de uma dama não deixaria de ser atendido. Mme. van Langendonck também

transpareceu ao Senhor Taunay sua vontade de ver o imperador, de modo que, o cônsul apresentava Marie a uma terceira pessoa, a condessa de Barral, governanta das jovens princesas, Isabel e Leopoldina, que intercedeu por Marie.

A senhora condessa de Barral teve a bondade de me fazer saber que Sua Majestade o Imperador dignava de me receber no dia que me fosse conveniente, às cinco horas da tarde. Desde o dia seguinte, quis aproveitar essa graça. A família imperial estava em seu castelo da São Cristóvão. Distante apenas uma légua do Rio. A Senhora Taunay mandou buscar uma linda viatura, e às quatro horas dirigi-me à residência de Dom Pedro II. [...] Estupefata por esta aparição súbita, só pude encontrar a estúpida exclamação: - Sois vós, Sire! O imperador sorriu e me disse com uma bondade que eu não saberia reproduzir: - Não é nada, fale sem receio. Escutou-me com atenção. Quando lhe expus meu pedido, respondeu: - Não posso tomar uma decisão de imediato: mas creio que ela será favorável. [...] Quando saí da audiência imperial, parece-me que eu teria dado qualquer coisa do que me resta viver para provar minha gratidão e meu entusiasmo (LANGENDONCK, 2002, p. 129).

O privilégio de classes e as relações influentes tornaram a política acessível para Mme. van Langendonck. É por meio da relação com o senhor d'Ornano, vice-cônsul da França em Porto Alegre que a viajante obteve os demais contatos que a levariam à audiência com o Imperador do Brasil. Há uma progressão, primeiro o Barão d'Ornano, pessoa influente, mas distante da figura do Imperador, em seguida, uma carta de apresentação para o Senhor Taunay, cônsul da França no Rio de Janeiro, que por sua vez conhecia uma pessoa muito próxima ao Imperador. Do mais distante até o mais próximo, foi a intercessão da condessa de Barral, mulher instruída e próxima à família real, que conseguiu a audiência com 'Sua Majestade'.

Ressalta-se que, ao mesmo tempo em que sua trajetória progredia até alcançar o Imperador, sua influência também, uma vez que Mme. van Langendonck dispunha de cartas de apresentação de pessoas ilustres, ocorrência que permitia afirmar que o acesso à política estava à disposição de uma classe específica, a elite, e que Mme. van Langendonck dispunha de artifícios que a incluíam nesse grupo.

Seja por meio de sua origem também nobre, ou seja, por sua instrução intelectual, ela estava pronta para fazer um pedido ao Imperador do Brasil. A resposta, ou melhor, o adiamento dela, evidenciou mais uma vez o quanto as decisões do Imperador dependiam de outros poderes que não só os dele. O leitor não toma conhecimento do pedido de Mme. van Langendonck, contudo, as últimas linhas de seu relato permitem transparecer qual foi o assunto:

Pessoalmente, desejo de todo coração a benevolente simpatia de nossos governantes em favor de uma colônia belga na parte sul do Brasil, na proximidade com um grande rio, persuadida de que poucos lugares do globo apresentam vantagens, de todo o gênero, como as que os estrangeiros encontram no Brasil e que nenhum país oferece melhores. (LANGENDONCK, 2002, p. 142).

Pode-se compreender que Marie sugeriu a criação de uma colônia exclusivamente belga ao sul do Brasil, lugar destinado à antiga colônia de jesuítas. Da mesma maneira, nota-se que a viajante não poupava esforços a fim de transferir sua proposta e observações ao Imperador.

Contudo, no trecho acima, é possível afirmar mais uma vez que havia outros poderes responsáveis por esta questão, de modo que a decisão favorável não dependia exclusivamente de Dom Pedro II.

Assim, ela conferiu a eles a benevolência da instalação dessa colônia e, ainda, ressaltava as belezas e riquezas naturais que, apesar de sua partida, continuavam despertando a admiração da viajante. É por meio desse pedido que Mme. van Langendonck encerrou sua primeira experiência em terras brasileiras.

A primeira edição de *Uma Colônia no Brasil* que se teve contato foi a publicada em 2002 pela Editora Mulheres em parceria com a EDUNISC; ao final dessa edição foram anexadas cartas trocadas entre Mme. van Langendonck e o Imperador Dom Pedro II, o estado das cartas não permitiu a decifração de todas, contudo, as que foram anexadas permitiram observar a relação entre Marie e o imperador.

Mesmo após sua partida e contando com a bondade do Senhor d'Ornano para com seus filhos, Mme. van Langendonck também intercedeu junto a Dom Pedro II a fim de prover o sustento deles. Em carta datada de agosto de 1865, Marie justificou a ausência do filho, “uma indisposição muito grave impediu meu filho de assumir o honroso cargo que Sua Majestade consentiu em fazer com que lhe fosse concedido” (LANGENDONCK, 2002, p. 145).

Em outra carta, um mês após a primeira, Mme. van Langendonck escreveu descrevendo um acidente que deixou seu filho Hipólito mancando de uma das pernas, mais uma vez, ela buscou pela benevolência da majestade fornecer melhores oportunidades aos seus filhos:

Meu filho Hipólito, subtenente na brigada Imperial, me volta estropiado para sempre, coxeando horrivelmente da perna direita. O pobre rapaz ainda não tem vinte e nove anos; ele se resigna a sua desgraça; apenas teria preferido devê-la a um tiro ou uma estocada, em lugar de devê-la à inépcia, ou antes, à ausência de médicos no exército (LANGENDONCK, 2002, p. 147).

O anseio de Mme. van Langendonck em prover o futuro dos filhos se revelou recorrente nos pedidos endereçados ao imperador. Do mesmo modo que a utilização da *captatio benevolentiae*, a repetição dos pedidos da viajante revela que ela dominava a *ars dictaminis*, isto é, a arte de compor cartas, uma vez que o pedido ou a solicitação de providências às autoridades competentes é a função da *petitio*.

Na tradição das cartas, esse recurso funciona como um discurso pelo qual se trata de fazer um pedido. Assim, a utilização desses recursos permite inferir que Mme. van Langendonck dominava a arte de compor cartas de modo a usá-las para o seu benefício.

Além de descrever a fatalidade que acometeu o filho, no trecho anterior, Mme. van Langendonck chamou a atenção para a falta de médicos no exército, bem como de medicamentos para curar os feridos na guerra. Certamente, ela estava se referindo a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), travada entre o Paraguai e a aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, a chamada Tríplice Aliança.

Marie estabeleceu uma discussão também política sobre a situação das colônias, denunciando as condições precárias de assentamento das mesmas, pedindo favores em prol de seus filhos; a corrupção do governo entre outros assuntos permitiu observar a proximidade da relação entre ela e o imperador.

Segundo informações do bisneto da viajante, Mme. van Langendonck manteve correspondência por mais de uma década com Dom Pedro II bem como, com a esposa dele, Dona Teresa Cristina. Essas cartas ratificam a figura de Mme. van Langendonck como um ser social e político, de modo que, seu relato foi construído também nessa esfera e transmitem uma visão histórica do Brasil em meados do século XIX permeado pelo olhar particularizado de uma europeia.

Como ratificado anteriormente, a recepção ao texto de Mme. van Langendonck por ocasião de sua publicação na Bélgica revelou uma rigidez do mercado editorial, que pressupunha como uma norma que o relato de viagem deveria ser impessoal para, assim, servir como documento histórico e, ainda, restringir a entrada de mulheres neste gênero.

Desse modo, afirma-se que a turbulência formal do texto, à medida que apresenta características que não satisfazem noções capitais do gênero intimista, oferece uma nova

forma de configuração dos relatos de viagens daquele momento. Assim, a reconstrução memorialística e autobiográfica de Mme. van Langendonck converge a uma atitude de escrita própria, que ultrapassa as noções de gênero, de modo que essa turbulência formal pode ser relacionada a própria condição de Marie como mulher e escritora, uma vez que transgredir o que se espera de uma mulher no século XIX, bem como o que se espera de uma publicação feminina: intimista e descritiva.

Diante disso, os comentários de Marie estendem-se de impressões sobre as mulheres e a cultura local para as esferas políticas e sociais, ocorrência que levam a afirmar que o ‘espaço autobiográfico’ da obra está intrinsecamente interligado à sua atuação como mulher e escritora.

Os comentários de Mme. van Langendonck apontavam para a visão da mulher em meados do século XIX, sob a perspectiva que apresentava as índias aculturadas; as negras como exclusivamente servas, feias e burras; e as mulheres brancas da elite recriminadas por não estarem inseridas na noção de progresso europeu. Todas as imagens das diferentes mulheres ‘brasileiras’ apresentavam um encontro entre a cultura europeia e a da colônia, de maneira que, o olhar de Mme. van Langendonck, alheio aos costumes brasileiros daquele momento histórico, destacou minuciosamente as relações conjugais, os preconceitos étnicos, as particularidades do cotidiano das mulheres brancas e, assim, corroborava para evidenciar estereótipos de poder e o posicionamento da viajante, representação da mulher europeia diante da realidade oitocentista americana.

Sabe-se que ela almejava participar de um gênero sério com essa publicação, tivera a audácia de imergir em um lugar ocupado pelos viajantes do sexo masculino - naturalistas e historiadores como foi exposto no início deste trabalho – e que reconhecer a impossibilidade de sua escrita, essa impossibilidade de distanciar-se daquilo que viu e viveu acabam por afirmar sua identidade como escritora, narradora e personagem. Suas descrições sobre a fauna, flora e hábitos brasileiros não estão distantes das exposições apresentadas por viajantes dos séculos anteriores.

Contudo, a singularidade da narrativa apresenta-se centrada no plano da expressão e da reflexão, nas censuras feitas ao longo do livro pelo seu olhar crítico e feminino. Nessa perspectiva, pode-se pensar em um relato de viagem com o teor afirmativo de sua forma de ver e entender o mundo que a cerca, sendo o registro realístico arma fundamental para sua autoafirmação.

Desse modo, Mme. van Langendonck descreveu o modo de vida dos brasileiros e colonos europeus, dos aspectos tangentes à colônia e ao governo brasileiro e, concomitantemente, transmitiu suas apreciações, críticas e censuras, de maneira que, suas descrições não almejavam despertar verossimilhança, exclusivamente, mas apresentavam a possibilidade de fazer história segundo um ponto de vista pessoal. À medida que pedia permissão para expor seus juízos de valor, Mme. van Langendonck interpretou a história e a realidade sob um viés crítico. Dessa maneira, o caráter singular da escrita da autora apontava para um discurso elitista e conservador, que corroborava para afirmar sua ousadia política ímpar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscou-se defender algumas hipóteses levantadas durante a elaboração e evolução deste trabalho.

Buscou-se num primeiro momento evidenciar as diferentes representações dos selvagens e da natureza americana ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Este percurso histórico contemplou as impressões de Colombo, as teorias filosóficas que defendiam a bondade e ingenuidade dos selvagens do novo continente (teoria do bom selvagem), bem como as teorias que afirmavam a inferioridade do mesmo, ressaltou o imaginário difundido pela Carta de Caminha, e pelas Cartas de Nóbrega, também as teorias naturalistas de inferioridade das espécies animais, da natureza e do homem americano, e, a retomada dos motivos edênicos por Humboldt.

Já no período romântico, evidenciavam que as representações do homem selvagem e da natureza americana manifestavam-se de forma ambivalente pelo discurso europeu, oscilando entre a imagem positiva de felicidade natural e inocente dos habitantes de clima próspero e fértil, a visão do paraíso segundo o pesquisador Sérgio Buarque de Holanda, e a condenação dos costumes bárbaros de grupos posicionados à margem da noção de civilização.

Comprovou-se que estes discursos obedeciam aos interesses políticos, mercantis e de expansão capitalista da metrópole europeia. Assim, os estudos desenvolvidos acerca da alternância da imagem dos trópicos ajudam na compreensão e análise dos relatos de viajantes, naturalistas, cronistas e descobridores ao longo dos séculos, uma vez que, esses relatos refletem as teorias e o pensamento europeu.

Assim, essas representações constituem uma fonte de informação fundamental para que se possa compreender a visão dos europeus sobre as terras descobertas, bem como ilustrar os conceitos eurocêntricos acerca do ‘outro’.

Ademais, ao traçar esse ambivalente percurso acerca da visão europeia sobre o Brasil e demais países da América, foi possível compreender que a retomada dos motivos edênicos no período que corresponde ao Romantismo europeu fundamentou as bases de formação de Marie, uma vez que países detentores de uma natureza exuberante, como é o caso do Brasil, tornaram-se objeto de enlevo, admiração e fonte de inspiração de novos conteúdos e formas distintas de escrita.

Mme. van Langendonck recuperou a natureza americana como fonte de inspiração, permitindo a ela afastar-se de seu país de origem e fixar seu olhar na observação dessa paisagem. A viajante apresentou o encantamento pela visão paradisíaca retomada pelos seus contemporâneos, de modo que não se pode desconsiderar que a ótica romântica fundamentou seu desejo de permanecer nas florestas virgens que tanto desejou.

Contudo, mesmo imbuída pela busca de lugares remotos, das paisagens intocáveis, Marie evidenciou a tácita insatisfação com o todo da cultura, da política, dos colonos e do processo de colonização brasileira. As análises do terceiro capítulo, de cunho mais sociológico, permitiram ratificar que apesar de realizada e satisfeita com a natureza americana, a viajante não conseguiu se adaptar à escolha dos colonos alemães selecionadas pela Sociedade Montravel, às condições precárias da vida na colônia, as altas taxas de mortalidade e às práticas agrícolas rudimentares.

Diante disso, as discussões presentes neste capítulo são extremamente importantes, uma vez que se explorou com propriedade o texto dela, de modo a evidenciar que as opiniões e práticas costumeiras do país de origem de Marie fundamentavam quase todas as suas impressões e juízos de valor.

Em diversas passagens é possível ratificar como ela sintetizou suas impressões segundo valores eurocêntricos, por exemplo, a destruição das matas ciliares que aparece evidenciada em termos de perdas financeiras, uma vez que suas observações almejavam um fim prático e ao mesmo tempo lucrativo, certamente foi conduzida por noções de reaproveitamento de matéria prima, visão marcadamente europeia que reconhecia a escassez dos materiais naturais, diferentemente dos americanos habituados à natureza exuberante que fornecia esses mesmos materiais sem a necessidade do labor humano.

Observa-se que Marie ressaltou sobre a avaliação do planejamento precário das colônias, as críticas à Sociedade Montravel, a incredulidade frente às curas da Senhora Maximiliano, esse último, pode ser justificado à medida que o pensamento europeu do século XIX, não reconhecia métodos que não comprovados cientificamente.

Apesar de a viajante preservar durante todo o relato a admiração pela natureza brasileira, inspirada no romantismo, isso não foi suficiente para sustentar sua nova identidade, as avaliações da gente e dos costumes na colônia vão desconstruindo aquele desejo inicial, concomitantemente, a imagem de paraíso terrestre vai sendo desconstruída ao ponto de a viajante decidir voltar ao seu país de origem.

Em função dos termos desenvolvidos no estudo sobre o discurso de Marie, observa-se que seus relatos são marcados pelo seu ponto de vista, seu olhar particularizado.

Mesmo que, inicialmente, a viajante tivesse a pretensão de criar um texto esteticamente pensado, as discussões do quarto e último capítulo despontam em um levantamento importante sobre a questão de gênero. Uma vez que se acredita que o caráter pessoal de seu texto tenha corroborado para que *Uma Colônia no Brasil* fosse avaliado pela crítica e o mercado editorial do século XIX como um diário, com isso, buscou-se por meio das teorias de Blanchot (2005) e Lejeune (2008) analisar essa atribuição.

Após ponderar sobre as características capitais do diário de viagem, do diário íntimo, do relato, da autobiografia e das memórias, chegou-se à conclusão de que a recepção por ocasião da publicação do texto na Bélgica revela uma rigidez no mercado editorial. Os aspectos que sacrificam a classificação da obra dentro de um gênero específico são os mesmos que conferem singularidade ao texto de Marie. Do ponto de vista formal, a escrita de *Uma colônia no Brasil* revela-se por meio de uma mescla de gêneros, que apontam para uma característica da autoria feminina, de modo que, essa ‘turbulência formal’ também aponta para a condição de Mme. van Langendonck enquanto mulher, escritora, narradora e personagem em uma sociedade marcada por inúmeros preconceitos, que delimitavam a atuação da mulher, do mesmo modo que a experiência das viagens também era limitada pelos limites sociais impostos.

Além disso, conclui-se que, do ponto de vista da expressão e da reflexão, a singularidade da narrativa está pautada nos comentários de Marie sobre as mulheres e a cultura local e, ao mesmo tempo, estende-se às esferas políticas e sociais, ocorrência que induz a afirmar que o ‘espaço autobiográfico’ da obra está intrinsecamente interligado à atuação da viajante como mulher e escritora. Como avaliado no terceiro capítulo e ratificado no quarto, todas as imagens das diferentes mulheres ‘brasileiras’ apresentam um encontro entre a cultura europeia e a da colônia, de maneira que, o olhar estrangeiro, alheio aos costumes brasileiros daquele período, consegue destacar com precisão as relações conjugais, os preconceitos étnicos, as particularidades do cotidiano das mulheres brancas e, assim, corrobora para evidenciar estereótipos de poder e o posicionamento da viajante, representação da mulher europeia diante da realidade oitocentista americana.

À medida que a narradora traçou um retrato dessas mulheres atrasadas intelectualmente e ideologicamente, bem como passivas e dependentes da imposição do

homem sobre elas, Mme. van Langendonck evidenciou-se politicamente ativa, de modo a estabelecer relações que beneficiavam a ela e a sua família.

E, foi por meio do olhar crítico de Marie, elitista e conservador, das suas expressões e apreciações, que não buscavam exclusivamente despertar verossimilhança, mas apresentava a possibilidade de fazer história segundo um ponto de vista pessoal, que afirmavam sua autoridade na escrita, de modo a demonstrar sua ousadia política. Nessa perspectiva, o relato de Marie funcionou como arma fundamental para sua autoafirmação.

Para finalizar, torna-se conveniente atentar-se para o fato de que as análises e reflexões que se realizou nesta dissertação não esgotam a complexidade e riqueza da obra de Mme. van Langendonck, de maneira que acredita-se que elas possam abrir novas possibilidades interpretativas aos leitores e demais pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, S. R. G. O Brasil de P K. Page: deslocamentos, olhares e viagens. **Revista Interfaces Brasil/Canada**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em; < <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/interfaces/article/view/843/667>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- AMARAL, M. B. **Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo viajantes estrangeiros do século XIX**. 2003. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (RS), 2003.
- ARFUCH, L. **O espaço Biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARROYO, L. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**: ensaios de informação à procura de constantes válidas de método. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BLANCHOT, M. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BOILEAU-DESPREAUX, N. **A arte poética**. São Paulo: Perspectiva, 1979. Disponível em:< http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/67097/mod_resource/content/1/Boileau_A_Arte_Poetica_ed._Perspectiva.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.
- BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011.
- DUQUE-ESTRADA, E. M. **Derives Autobiográficos**: a atualidade da escrita de si. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- FALBEL, N. Os fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011. P.23-50.
- FRANÇA, J. M. C. (Org.). **Mulheres Viajantes no Brasil (1764-1820)**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2008.
- FUCHS, A. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EFUFU, 2013. Disponível em: <<http://www.calameo.com/read/00279161577462923e26b>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- GAZZOLA, A. L. A. O Brasil de Marianne North: lembranças de uma viajante inglesa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1031-1045, set./dez. 2008. Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114361020>> . Acesso em: 25 dez. 2012.

GONÇALVES, M. A. Artífício e Excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 613-628, set./dez. 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a09v13n3.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KRISTEVA, J. Tocada e fuga para o estrangeiro. In: _____. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 9-46.

LOBO, L. **Teorias poéticas do romantismo**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

MORLEY, H. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. **Masculino, Feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A. (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 361-366.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

ZIMMERMANN, T. R.; MEDEIROS, M. M. Biografia e Gênero: repensando o feminino. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 9, n.1, p. 31-44, 2004.

REFERÊNCIAS

- ANSIAUX, R. R. **Early Belgian Colonial Efforts: the long and fateful Shadow of Leopold I.** 2006. 227 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Texas, Arlington, 2006. Disponível em: < <http://dspace.uta.edu/bitstream/handle/10106/382/umi-uta-1517.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 15 set. 2013.
- BERNARDINO, S. Na casa da indecisão: algumas reflexões sobre a rainha do ignoto de Emilia Freitas. In: CUNHA P. H. **Desafiando o cânone.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- BLANCHOT, M. **O livro por vir.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRAGA-PINTO, C. **As promessas da história:** discursos proféticos e assimilação no Brasil colonial (1500-1700). São Paulo: Edusp, 2003.
- CARDOSO, S. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, A. (Org.). **O Olhar.** São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 347-360
- CASTELLO BRANCO, L. Notas sobre uma memória feminina. In: CASTELLO BRANCO, L.; BRANDÃO, R. S. **A mulher escrita.** Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 137-147.
- FRANÇA, J. M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII:** antologia de textos (1591-1808). São Paulo: UNESP, 2012.
- GERBI, A. **O novo mundo:** história de uma polêmica 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LANGENDONCK, Madame Van. **Uma colônia no brasil.** Tradução de Paula Berinson. Florianópolis: Editora Mulheres: EDUNISC, 2002.
- LANGENDONCK, Madame Van. **Uma colônia no brasil.** Tradução de Dora Lindenberg. Campinas: PUCCAMP, 1990.
- LANGSDORFF, E. **Diário da Baronesa E. de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o príncipe de Joinville:** 1842-1843. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes do século XIX. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Gênero sem fronteiras:** oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 25-43.

LEJEUNE, P. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MONTAIGNE, M. Dos Canibais. In: _____. **Ensaaios**: livro I. Porto Alegre: Globo, 1961.

MOTTA, L. O universo feminino sul-rio-grandense na segunda metade do século XIX no olhar de Madame van Langendonck: perspectivas para estudos de gênero. **Textura**, Porto Alegre, v. 17, p. 63-80, 2008. <
<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/738/559>> Acesso em: 20 dez. 2013.

MUZART, Z. L. A paixão das florestas ou as viagens de Mme. van Langendonck. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1061-1071, set./dez. 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9958/9196>>. Acesso em: 29 set. 2011.

NUNES, B. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 51-74.

PÉCORA, A. A arte das cartas jesuíticas do Brasil. In: _____. **Máquina de gêneros**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 17-68

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 18, p. 15 ago./set. 1989.

PRATT, M. L. **Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.

ROSENFELD, A.; GUINSBURG, J. Romantismo e classicismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 261-274.

SOUZA, L. M. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

SUSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VENTURA, R. Estilo Tropical: a natureza como pátria. **Remate de Males**, Campinas, v. 7, p. 27-38, 1987.
<<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/2955/2438>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

WHITE, H. O tema do nobre selvagem como fetiche. In: _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994. p. 203-217.